



Cadernos do IUM



ESTUDOS DE REFLEXÃO SOBRE AS INFORMAÇÕES MILITARES

Coordenação:
Tenente-coronel de Infantaria Carlos Marques da Silva



Janeiro 2022

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

**ESTUDOS DE REFLEXÃO SOBRE
AS INFORMAÇÕES MILITARES**

Coordenador

Tenente-coronel de Infantaria

Carlos Miguel Coelho Rosa Marques da Silva

IUM – Centro de Investigação e Desenvolvimento (CIDIUM)
Janeiro de 2022

Os **Cadernos do IUM** têm como principal objetivo divulgar os resultados da investigação desenvolvida no/sob a égide IUM, autonomamente ou em parcerias, que não tenha dimensão para ser publicada em livro. A sua publicação não deverá ter uma periodicidade definida. Contudo, deverão ser publicados, pelo menos, seis números anualmente. Os temas devem estar em consonância com as linhas de investigação prioritárias do CIDIUM. Devem ser publicados em papel e eletronicamente no sítio do IUM. Consideram-se como objeto de publicação pelos Cadernos do IUM:

- Trabalhos de investigação dos investigadores do CIDIUM ou de outros investigadores nacionais ou estrangeiros;
- Trabalhos de investigação individual ou de grupo de reconhecida qualidade, efetuados pelos discentes, em particular pelos do CEMC e pelos auditores do CPOG que tenham sido indicados para publicação e que se enquadrem no âmbito das Ciências Militares, da Segurança e Defesa Nacional e Internacional;
- Papers, ensaios e artigos de reflexão produzidos pelos docentes;
- Comunicações de investigadores do IUM efetuadas em eventos científicos (e.g., seminários, conferências, workshops, painéis, mesas redondas), de âmbito nacional ou internacional, em Portugal ou no estrangeiro.

N.ºs Publicados:

1 – Comportamento Humano em Contexto Militar

Subsídio para um Referencial de Competências destinado ao Exercício da Liderança no Contexto das Forças Armadas Portuguesas: Utilização de um “Projeto STAfS” para a configuração do constructo

Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos

2 – Entre a República e a Grande Guerra: Breves abordagens às instituições militares portuguesas

Coordenador: Major de Infantaria Carlos Afonso

3 – A Abertura da Rota do Ártico (*Northern Passage*). Implicações políticas, diplomáticas comerciais

Coronel Tirocinado Eduardo Manuel Braga da Cruz Mendes Ferrão

4 – O Conflito da Síria: as Dinâmicas de Globalização, Diplomacia e Segurança (Comunicações no Âmbito da Conferência Final do I Curso de Pós-Graduação em Globalização Diplomacia e Segurança)

Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Rui Vieira
Professora Doutora Teresa Rodrigues

5 – Os Novos Desafios de Segurança do Norte de África

Coronel Tirocinado Francisco Xavier Ferreira de Sousa

- 6 – Liderança Estratégica e Pensamento Estratégico
Capitão-de-mar-e-guerra Valentim José Pires Antunes Rodrigues
- 7 – Análise Geopolítica e Geoestratégica da Ucrânia
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Leonel Mendes Martins
Tenente-Coronel Navegador António Luís Beja Eugénio
- 8 – Orientações Metodológicas para a elaboração de Trabalhos de Investigação
Coordenadores: Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
Tenente-Coronel Técnico de Manutenção de Material Aéreo Joaquim Vale Lima
- 9 – A Campanha Militar Terrestre no Teatro de Operações de Angola. Estudo da Aplicação da Força por Funções de Combate
Coordenadores: Coronel Tirocinado José Luís de Sousa Dias Gonçalves
Tenente-Coronel de Infantaria José Manuel Figueiredo Moreira
- 10 – O Fenómeno dos “*Green-on-Blue Attacks*”. “*Insider Threats*” – Das Causas à Contenção
Major de Artilharia Nelson José Mendes Rêgo
- 11 – Os Pensadores Militares
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Leonel José Mendes Martins
Major de Infantaria Carlos Filipe Lobão Dias Afonso
- 12 – *English for Specific Purposes no Instituto Universitário Militar*
Capitão-tenente ST Eling Estela do Carmo Fortunato Magalhães Parreira
- 13 – I Guerra Mundial: das trincheiras ao regresso
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Leonel José Mendes Martins
Major de Infantaria Fernando César de Oliveira Ribeiro
- 14 – Identificação e caracterização de infraestruturas críticas – uma metodologia
Major de Infantaria Hugo José Duarte Ferreira
- 15 – O DAESH. Dimensão globalização, diplomacia e segurança. Atas do seminário 24 de maio de 2016
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Adalberto José Centenico
Professora Doutora Teresa Ferreira Rodrigues
- 16 – Cultura, Comportamento Organizacional e Sensemaking
Coordenadores: Coronel Piloto-Aviador João Paulo Nunes Vicente
Tenente-Coronel Engenheira Aeronáutica Ana Rita Duarte Gomes S. Baltazar
- 17 – Gestão de Infraestruturas Aeronáuticas
Major Engenheira de Aeródromos Adelaide Catarina Gonçalves

- 18 – A Memória da Grande Guerra nas Forças Armadas
Major de Cavalaria Marco António Frontoura Cordeiro
- 19 – Classificação e Análise de Fatores Humanos em Acidentes e Incidentes na Força Aérea
Alferes Piloto-Aviador Ricardo Augusto Baptista Martins
Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada
Capitão Engenheiro Aeronáutico Bruno António Serrasqueira Serrano
- 20 – A Aviação Militar Portuguesa nos Céus da Grande Guerra: Realidade e Consequências
Coordenador: Coronel Técnico de Pessoal e Apoio Administrativo
Rui Alberto Gomes Bento Roque
- 21 – Saúde em Contexto Militar (Aeronáutico)
Coordenadoras: Tenente-Coronel Médica Sofia de Jesus de Vidigal e Almada
Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada
- 22 – *Storm Watching. A New Look at World War One*
Coronel de Infantaria Nuno Correia Neves
- 23 – Justiça Militar: A Rutura de 2004. Atas do Seminário de 03 de março de 2017
Coordenador: Tenente-Coronel de Infantaria Pedro António Marques da Costa
- 24 – Estudo da Aplicação da Força por Funções de Combate - Moçambique 1964-1975
Coordenadores: Coronel Tirocinado de Infantaria Jorge Manuel Barreiro Saramago
Tenente-Coronel de Infantaria Vítor Manuel Lourenço Ortigão Borges
- 25 – A República Popular da China no Mundo Global do Século XXI. Atas do Seminário de 09 de maio de 2017
Coordenadores: Professora Doutora Teresa Maria Ferreira Rodrigues
Tenente-coronel de Infantaria Paraquedista Rui Jorge Roma Pais dos Santos
- 26 – O Processo de Planeamento de Operações na NATO: Dilemas e Desafio
Coordenador: Tenente-coronel de Artilharia Nelson José Mendes Rêgo
- 27 – Órgãos de Apoio Logístico de Marinhas da OTAN
Coordenador: Capitão-tenente de Administração Naval Duarte M. Henriques da Costa
- 28 – Gestão do Conhecimento em Contexto Militar: O Caso das Forças Armadas Portuguesas
Coordenador: Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
- 29 – A Esquadra de Superfície da Marinha em 2038. Combate de alta Intensidade ou Operações de Segurança Marítima?
Capitão-de-mar-e-guerra Nuno José de Melo Canelas Sobral Domingues

- 30 – Centro de Treino Conjunto e de Simulação das Forças Armadas
Coronel Tirocinado de Transmissões Carlos Jorge de Oliveira Ribeiro
- 31 – Avaliação da Eficácia da Formação em Contexto Militar: Modelos, Processos e Procedimentos
Coordenadores: Tenente-coronel Nuno Alberto Rodrigues Santos Loureiro
Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
- 32 – A Campanha Militar Terrestre no Teatro de Operações da Guiné-Bissau (1963-1974).
Estudo da Aplicação da Força por Funções de Combate
Coordenadores: Brigadeiro-general Jorge Manuel Barreiro Saramago
Tenente-coronel de Administração Domingos Manuel Lameira Lopes
- 33 – O Direito Português do Mar: Perspetivas para o Séc. XXI
Coordenadora: Professora Doutora Marta Chantal Ribeiro
- 8 – Orientações Metodológicas para a elaboração de Trabalhos de Investigação (2.ª edição, revista e atualizada)
Coordenadores: Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
Coronel Técnico de Manutenção de Material Aéreo Joaquim Vale Lima
- 34 – Coreia no Século XXI: Uma península global
Coordenadores: Professora Doutora Teresa Maria Ferreira Rodrigues
Tenente-coronel Rui Jorge Roma Pais dos Santos
- 35 – O “Grande Médio Oriente” Alargado – Volume I
Coordenadores: Professor Doutor Armando Marques Guedes
Tenente-coronel Ricardo Dias Costa
- 36 – O “Grande Médio Oriente” Alargado – Volume II
Coordenadores: Professor Doutor Armando Marques Guedes
Tenente-coronel Ricardo Dias Costa
- 37 – As Forças Armadas no Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais
Coordenador: Tenente-coronel Rui Jorge Roma Pais dos Santos
- 38 – A Participação do Exército em Forças Nacionais Destacas: Casos do Kosovo, Afeganistão e República Centro-Africana. Vertente Operacional e Logística
Coordenador: Brigadeiro-general Jorge Manuel Barreiro Saramago
Major de Transmissões Luís Alves Batista
Major de Material Tiago José Moura da Costa

- 39 – Pensar a Segurança e a Defesa Europeia. Atas do Seminário 09 de maio de 2019
Coordenador: Tenente-coronel Marco António Ferreira da Cruz
- 40 – Os Desafios do Recrutamento nas Forças Armadas Portuguesas. O Caso dos Militares Contratados
Coordenador: Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
- 41 – Inovação na Gestão de Recursos Humanos nas Forças Armadas Portuguesas: Os Militares em Regime de Contrato. Atas das Comunicações do *Workshop* de 28 de janeiro de 2019
Coordenador: Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
- 42 – Sistemas de Controlo de Gestão: Modelos, Processos e Procedimentos
Coordenador: Tenente-coronel Nuno Alberto Rodrigues Santos Loureiro
- 43 – Desafios Estratégicos para Portugal no Pós-Covid-19
Auditores Nacionais do Curso de Promoção a Oficial General 2019/2020
- 44 – Gestão Estratégica: Contributos para o Paradigma Estrutural da Marinha Portuguesa
Capitão-de-mar-e-guerra Nuno Sardinha Monteiro
- 45 – A Geopolítica dos *Chokepoints* e das *Shatterbelts* (Volume I)
Coordenadores: Professor Doutor Armando Marques Guedes
Tenente-coronel Marco António Ferreira da Cruz
- 46 – A Geopolítica dos *Chokepoints* e das *Shatterbelts* (Volume II)
Coordenadores: Professor Doutor Armando Marques Guedes
Tenente-coronel Marco António Ferreira da Cruz
- 47 – A Geopolítica dos *Chokepoints* e das *Shatterbelts* (Volume III)
Coordenadores: Professor Doutor Armando Marques Guedes
Tenente-coronel Marco António Ferreira da Cruz
- 48 – Estudos Estratégicos das Crises e dos Conflitos Armados
Coordenadores: Brigadeiro-general Lemos Pires
Tenente-coronel Ferreira da Cruz
Tenente-coronel Pinto Correia
Tenente-coronel Bretes Amador
- 49 – A Vulnerabilidade em Infraestruturas Críticas: Um Modelo de Análise
Tenente-coronel Santos Ferreira

50 – Função de Combate Proteção

Coordenadores: Coronel de Infantaria Paulo Jorge Varela Curro
Major de Cavalaria Rui Miguel Pinho Silva

51 – Estudos Estratégicos das Crises e dos Conflitos Armados

Coordenadores: Coronel de Cavalaria (Reformado) Marquês Saraiva
Tenente-coronel GNR Marco Cruz
Tenente-coronel ENGEL Silva Costa
Major Engenheiro Reis Bento

52 – Reinventar as Organizações Militares

Coordenador: Tenente-coronel de Administração Militar Carriço Pinheiro

Como citar esta publicação

Silva, C. M. C. R. M. (Coord). (2022). *Estudos de Reflexão sobre as Informações Militares*. Cadernos do IUM, 53. Lisboa: Instituto Universitário Militar.

Diretor

Tenente-general José Augusto de Barros Ferreira

Editor-chefe

Comodoro João Paulo Ramalho Marreiros

Coordenadora Editorial

Tenente-coronel Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada

Capa – Composição Gráfica

Tenente-coronel Técnico de Informática Rui José da Silva Grilo

Secretariado

Primeiro-marinheiro Rodolfo Miguel Hortência Pereira

Assistente técnica Gisela Cristina da Rocha Basílio

Propriedade e Edição

Instituto Universitário Militar

Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa

Tel.: (+351) 213 002 100

Fax: (+351) 213 002 162

E-mail: cidium@ium.pt

<https://cidium.ium.pt/site/index.php/pt/publicacoes/as-colecoes>

Paginação, Pré-Impressão e Acabamento

Sumário Colorido

Rua de Palames, Edifício Caravelas 1º esq.

2970-703 Sesimbra

Tel: (+351) 932 696 712

E-mail: sumariocolorido@gmail.com

ISBN: 978-989-53460-0-4

ISSN: 2183-2129

Depósito Legal: 494328/22

Tiragem: 90 exemplares

© Instituto Universitário Militar, janeiro, 2022.

Nota do Editor:

Os textos/conteúdos do presente volume são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

ÍNDICE

NOTA EDITORIAL	1
<i>Tenente-general Piloto Aviador José Augusto de Barros Ferreira</i>	
PREFÁCIO	3
<i>Comodoro Luís Pedro Pinto Proença Mendes</i>	
INTRODUÇÃO GERAL	5
<i>Tenente-coronel Carlos Miguel C. R. Marques da Silva</i>	
ESTUDO 1 – A INFLUÊNCIA DO EXTREMISMO IDEOLÓGICO NAS FORÇAS ARMADAS	9
<i>Capitão Rita Olímpia Parada da Silva Parreira</i>	
<i>Tenente-coronel Hugo Miguel da Silva Rodrigues</i>	
ESTUDO 2 – AS CÉLULAS DE INFORMAÇÃO MILITARES E O SEU CONTRIBUTO PARA A PARA A COMUNIDADE DE INTERESSE E INFORMAÇÕES E SEGURANÇA MILITARES	49
<i>Major Luís Miguel da Silva Resende Mouta</i>	
<i>Tenente-coronel Carlos Miguel C. R. Marques da Silva</i>	
ESTUDO 3 – A FORMAÇÃO CONJUNTA NO ÂMBITO DAS INFORMAÇÕES MILITARES	83
<i>Primeiro-tenente António Augusto Ramos Carvalho</i>	
<i>Tenente-coronel Carlos Miguel C. R. Marques da Silva</i>	
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	115
POSFÁCIO DE AUTORES	119

NOTA EDITORIAL

A presente publicação consolida o número 53 da linha editorial *Cadernos do IUM* e integra três estudos, prosseguindo a orientação do Instituto Universitário Militar (IUM), em alinhar a vertente de ensino superior e da investigação em Ciências Militares com a aplicação operacional e a divulgação externa dos trabalhos desenvolvidos. Uma publicação que resulta, ainda, da parceria entre o IUM e o Centro de Informações e Segurança do Estado-Maior-General das Forças Armadas, que, entre outros citáveis esforços nos últimos anos, culminou com a criação, em 2019, de uma pós-graduação em Informações Militares, que, à data, já vai na 3.ª edição, com assinalável sucesso.

No mesmo sentido, saliento a existência de uma linha de investigação no Centro de Investigação e Desenvolvimento do IUM, denominada de “Informações, Contrainformação e Segurança enquanto instrumentos militares contribuintes para a Segurança e Defesa Nacional”, que materializa a relevância em continuar a aprofundar este tema para as Forças Armadas.

Esta obra assenta numa abordagem holística às Informações Militares visando, por um lado, identificar e compreender formas de otimização organizacional e funcional dos diversos intervenientes no sistema de informações militares, e, por outro lado, aprofundar os desafios associados à própria evolução do ambiente operacional, de elevada volatilidade e incerteza, onde as Forças Armada se inserem, e que inclui, entre outros, a abordagem ao fenómeno associado ao extremismo ideológico.

Apesar destas matérias serem intrínsecas às Forças Armadas, a leitura e análise da obra que é agora levada à estampa destina-se a todo um vasto conjunto de estudiosos, profissionais e simples curiosos, com interesse em aprofundar o conhecimento na área das Informações e dos assuntos aqui aprofundados.

Votos de uma profícua leitura.

IUM em Pedrouços, 06 de janeiro de 2022
Tenente-general Piloto Aviador José Augusto de Barros Ferreira
Comandante do Instituto Universitário Militar

PREFÁCIO

Esta publicação, número 53 da linha editorial *Cadernos do IUM* e a segunda dedicada ao tema “Estudos de reflexão sobre as Informações Militares”, representa mais uma expressão do profícuo relacionamento entre o CISMIL, órgão de informações e de segurança militares das Forças Armadas e o IUM.

O CISMIL tem por missão assegurar a produção de informações necessárias ao cumprimento das missões das Forças Armadas e à garantia da segurança militar, atuando nas áreas das Informações, Contrainformação e Segurança Militares, áreas de extrema importância e de presença constante nas atividades militares, mas que não constituem uma especialização, embora tenham vindo a atrair um conjunto de militares que, por interesse pessoal ou pelas funções que desempenham, têm vindo a aprofundar conhecimentos práticos e a frequentar ações de formação isoladas que, adicionados os cuidados que temos no CISMIL, de preparar os novos elementos para as suas tarefas, resulta num conjunto de militares muito bem preparados.

Importava, no entanto, criar uma formação académica, que permitisse formar quadros superiores, numa perspetiva holística de interoperabilidade institucional na área das Informações em sentido lato, e numa vertente militar em sentido estrito, razão pela qual foi edificada uma Pós-Graduação em Informações Militares, fruto da disponibilidade e investimento académico do IUM nesta vertente e da necessidade do CISMIL. O número crescente de candidatos de dentro e fora das Forças Armadas atesta o seu interesse e a sua qualidade, sendo de realçar a permanente participação dos nossos congéneres civis.

Concomitantemente, assiste-se a uma presença constante de temas ligados às Informações nos trabalhos de investigação dos cursos de carreira ministrados no IUM.

Esta publicação permite uma partilha e divulgação mais alargadas das abordagens que são feitas sobre esta temática no IUM, e contribui para que se continue a pensar estas matérias, procurando sempre soluções inovadoras para o sucesso dos que diariamente têm por missão garantir a produção atempada de Informações, e negar que outros obtenham informações sensíveis ou periguem a segurança das nossas pessoas, infraestruturas ou informações.

Deve ser reconhecido aos autores dos três trabalhos aqui reproduzidos, a pertinência da escolha dos respetivos temas, todos de bastante interesse para o CISMIL e para a comunidade de interesse das Informações Militares.

No mesmo sentido, importa salientar o esforço desenvolvido pelo Tenente-

-coronel Marques da Silva, militar do CISMIL e Investigador do Centro de Investigação do IUM, pelo trabalho continuado que tem vindo a fazer nesta área, mantendo viva a relação entre o CISMIL e o IUM.

Por fim, uma palavra de apreço, na qualidade de Chefe do CISMIL, ao General Barros Ferreira, Comandante do IUM, pelo acolhimento que tem dado às temáticas das Informações, cujos resultados se refletem na qualidade dos nossos militares e no aprofundar de relações com os nossos congéneres civis, que reconhecem a excelência deste trabalho continuado.

Aos nossos leitores, desejo boas leituras e agradeço críticas e comentários que nos ajudem a continuar a definir o nosso caminho.

Lisboa, 20 de dezembro de 2021

Comodoro Luís Pedro Pinto Proença Mendes
Chefe do Centro de Informações e Segurança Militares

INTRODUÇÃO GERAL

Esta publicação surge no âmbito do desenvolvimento da linha de investigação inscrita no Centro de Investigação do Instituto Universitário Militar - “Informações, Contrainformação e Segurança enquanto instrumentos militares contribuintes para a Segurança e Defesa Nacional”, em convergência com a relação de cooperação institucional entre o Centro de Informações e Segurança Militares e o Instituto Universitário Militar.

Os temas abordados nesta publicação são pertinentes e atuais, procurando aprofundar questões reais e objetivas com impacto na eficiência das estruturas de informações militares, quer na otimização de recursos humanos e materiais, quer no acompanhamento e neutralizações de ameaças num ambiente cada vez mais volátil e complexo.

Os desafios associados a uma sociedade contemporânea rica em elementos potenciadores de instabilidade demográfica, económica e social, tais como a pandemia COVID 19, criam as condições ideais para a promoção de radicalismos exacerbados, exploradores de vulnerabilidades pessoais.

Neste sentido, num ambiente social e operacional incerto e ambíguo, importa estudar formas eficientes de partilha, de sincronização e convergência pragmática entre os universos teóricos e práticos. Para atingir este desiderato, terão que ser estimulados fóruns de debate académicos e operacionais que conjuguem os vários vetores do “saber fazer”.

De todo o espectro de desafios identificados anteriormente à sociedade contemporânea, assume-se o fenómeno do extremismo, como um dos maiores desafios com que a Segurança e Defesa Nacional (SDN) e a Comunidade Internacional (CI) se debatem.

Numa abordagem holística, vislumbra-se que este fenómeno, ameaça estruturas sociais e instituições políticas, contestando os seus fundamentos, na tentativa de minar a autoridade do Estado na garantia da segurança dos seus cidadãos. Por conseguinte, compreender as relações entre o extremismo, o elemento militar e as próprias Forças Armadas, através da identificação de vulnerabilidades e suscetibilidades individuais e organizacionais, permite a possibilidade de intervenção precoce no reconhecimento de indicadores de radicalização e recrutamento. É nesse seguimento, que é efetuada no primeiro estudo desta publicação, uma análise crítica a esta problemática através de um estudo objetivo e consequente.

Os desafios impostos às Forças Armadas pelo ambiente operacional, apresentam-se, contudo, com uma característica multidimensional, que impera analisar e otimizar. É nesse contexto, que todo o Sistema de Informações Militares (SIM) deve estar preparado para operar. Num contexto de apoio às operações militares, existe a necessidade permanente de adaptação das operações ligadas às Informações, às diferentes ameaças, duradouras ou temporárias, à área de operações, e ao ambiente operacional em que se inserem. Nessa conformidade, assume relevância a manutenção ou aquisição rápida de um elevado nível de *conhecimento cultural* específico da zona de intervenção e dos desafios associados. As Células de Informações Militares nacionais foram empregues em variados teatros de operações, e têm participado ativamente para a construção do conhecimento situacional, constituindo uma origem única e particular de todo o processo e ciclo de produção de Informações Militares.

É nesse contexto, que é efetuada uma análise às potencialidades que estas células poderão assumir, enquanto elemento contributivo para a Comunidade de Interesse das Informações e Segurança Militares das Forças Armadas, tendo em conta que o seu objetivo fundamental de partilha de Informações de qualidade e oportunas de modo coordenado e colaborativo, que satisfaçam as necessidades inerentes ao planeamento e à conduta das missões das Forças Armadas e das ações do âmbito das Informações, Contrainformação e da Segurança militar.

Paralelamente, e no seguimento das organizações estruturais que têm caracterizado as instituições estatais em geral, e a instituição militar em particular, importa através de uma análise crítica e pragmática, compreender de que modo podem os recursos humanos e materiais disponíveis, serem otimizados num importante vetor em contínuo desenvolvimento e atualização como é o da formação. Como tal, o terceiro estudo apresentado nesta publicação visa compreender de que modo o sistema formativo em IM, em vigor nas Forças Armadas, acompanha esta realidade de necessidade conjuntural de otimização de meios, evoluindo para um modelo de formação conjunta, a fim de se adequar à conjuntura e aos desafios do presente.

Através deste ensaio, pretende-se apresentar, numa perspetiva holística, os benefícios que poderão existir com a implementação e harmonização de um sistema formativo conjunto em IM, promovendo-se assim, a interoperabilidade, a uniformização de procedimentos e a eficiência na produção de informações em Operações Conjuntas.

Em suma, será unânime considerar, o papel que as atividades e ações no âmbito das Informações, Contrainformação e Segurança, assumem, enquanto ferramentas de redução, mitigação e eliminação de incerteza e potencialidades de

uma ameaça. Estes aspetos são os desafios que se colocam ao leitor, assumindo à partida a existência de diferentes perspetivas de abordagem aos temas em análise, mas concomitantemente, com a forte convicção da relevância do debate e discussão sobre os mesmos, que se pretende com esta publicação provocar.

Lisboa, 20 de dezembro de 2021

O Coordenador
Tenente-coronel Carlos Miguel Coelho Rosa Marques da Silva

ESTUDO 1 – A INFLUÊNCIA DO EXTREMISMO IDEOLÓGICO NAS FORÇAS ARMADAS

Rita Olímpia Parada da Silva Rodrigues

Capitão Polícia Aérea da Força Aérea
Colocada na Repartição de Segurança e Contrainformação do Centro de Informações e Segurança
Militares
Bacharel em Tecnologias Aeronáuticas Militares
1400-204 Lisboa
parreira.rops@emgfa.pt

Hugo Miguel da Silva Rodrigues

Tenente-coronel de Infantaria do Exército
Colocado na Repartição de Segurança e Contrainformação do Centro de Informações e Segurança
Militares
Licenciado em Ciências Militares
Investigador Associado do Centro de Investigação do Instituto Universitário Militar
1449-027 Lisboa
rodrigues.hms@ium.pt

RESUMO

A ameaça das ideologias de Extrema-direita, é atualmente tida como um fenómeno desafiante com que a Comunidade Internacional se tem deparado. Neste contexto, e considerando que estas ideologias não podem ser subestimadas, acresce a responsabilidade Institucional de perceber de que modo pode as Forças Armadas constituir-se como um elemento suscetível de aliciamento. Este estudo tem como objetivo propor contributos não só para a mitigação desta ameaça, como também na identificação precoce deste fenómeno. Para isso, recorreu-se a uma metodologia de raciocínio dedutivo, assente numa estratégia de investigação qualitativa e num desenho de pesquisa de estudo de caso, concretizado através, não só, de análise documental, como também da realização de entrevistas a especialistas e entidades com relevância na temática abordada. Com a presente investigação procurou-se compreender os potenciais fatores de vulnerabilidade a ser explorados pelos movimentos extremistas, de modo a identificar lacunas às atuais medidas de mitigação, criando as condições necessárias para recomendações que visem sobretudo potenciar a eficácia destas, na redução do risco de aliciamento e radicalização. Deste modo, foi possível concluir que as Forças Armadas Portuguesas têm na sua estrutura as capacidades necessárias para mitigar estas ameaças, e que a implementação das recomendações poderá tornar esta estrutura mais eficiente.

Palavras-chave: Forças Armadas, Extremismo Ideológico, Extrema-direita, Radicalização.

1. INTRODUÇÃO

“O risco zero é algo que não existe no extremismo ideológico...”

Ventura (2020)

De todo o espectro de ameaças à sociedade contemporânea, o extremismo é um dos fenómenos mais desafiantes com que a Segurança e Defesa Nacional (SDN) e a Comunidade Internacional (CI) se deparam (Conselho de Ministros, 2013). Este fenómeno, ameaça as estruturas sociais e as instituições políticas estabelecidas, contestando os seus fundamentos, na tentativa de minar a autoridade do Estado na garantia da segurança dos seus cidadãos. Tal como é salientado pela Organização das Nações Unidas (ONU) (2020), o extremismo não é apenas um meio para alcançar objetivos políticos, ideológicos e/ou sociais, é, pois, também, um instrumento de propaganda e intimidação, incitando ao medo e ao terror nas sociedades, causando um impactante efeito negativo de foro psicológico.

Tem-se assistido por toda a Europa, a um recrudescimento da tentativa de infiltração de ideologias extremistas a várias organizações e instituições, nomeadamente, nas Forças Armadas (FFAA), como fonte de recrutamento de elementos qualificados, treinados e com potencial acesso a material, armamento e explosivos. Tendo por base que, a ameaça das ideologias extremistas não deve ser subestimada, acresce às FFAA, enquanto ator contribuinte para a SDN, a responsabilidade de perceber de que forma estas, se constituem suscetíveis a aliciamento ou tentativa de afiliação (Koehler, 2019). Compreender as relações entre o extremismo, o elemento militar e as próprias FFAA, através da identificação de vulnerabilidades e suscetibilidades individuais e organizacionais, permite a possibilidade de intervenção precoce no reconhecimento de indicadores de radicalização e recrutamento.

Concomitantemente, é possível relevar ainda mais a pertinência do tema em análise, em virtude do aumento de movimentos ideológicos extremistas, que ameaçam a SDN (Duarte, 2020) e que representam na sua generalidade, um dos problemas contemporâneos mais prementes e transversais à CI. As FFAA, pelas missões e responsabilidades que lhe são legalmente acometidas, constituem-se importantes ativos enquanto instrumentos de SDN, constituindo-se como um dos vetores que garante não só, a integridade do Estado, como também a garantia dos direitos e liberdades dos cidadãos portugueses (Assembleia da República, 2009).

Porquanto, sendo um elemento fulcral no sistema de SDN instituído, as FFAA devem possuir mecanismos concebidos para proteger os militares e a

Organização, de infiltrações e abusos de extremismos ideológicos. Neste contexto, importa compreender os riscos a que estão sujeitas, e reconhecer fatores potenciais de exploração destas ideologias extremistas, enquanto fontes de suscetibilidade. Face ao exposto, considera-se importante, analisar a eficácia das atuais abordagens de monitorização e de mitigação deste fenómeno nas FFAA.

De forma a circunscrever o fenómeno estudado, e considerando a abrangência do tema proposto, identificou-se o extremismo ideológico como **objeto de estudo**, delimitando-se a sua análise aos domínios: espaço, conteúdo e tempo. No que respeita ao **domínio do espaço**, limitou-se a investigação da influência do extremismo ideológico às FFAA em território nacional. Relativamente ao **domínio do conteúdo**, o estudo enforma as Ideologias de Extrema-direita (IED). Por fim, no que respeita ao **domínio do tempo**, a investigação apresenta uma delimitação temporal assente na atualidade (2021).



Figura 1 – Objeto de Estudo e delimitação da Investigação

Identificados os domínios de investigação (Figura 1), e definido o objeto de estudo, surge a necessidade de responder ao seguinte Problema: **Compreender, face ao crescimento da influência do Extremismo Ideológico de Direita (EID) na sociedade contemporânea, como este pode ser mitigado nas FFAA.**

Nesta conformidade, e segundo o exposto, o objetivo geral (OG) desta investigação é: **Avaliar de que modo pode a influência do EID ser mitigada nas FFAA.**

Para atingir o OG concorrem os três objetivos específicos (OE) expressos na Figura 2.

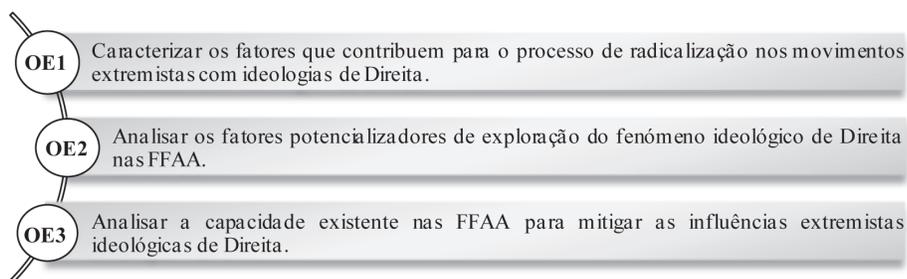


Figura 2 – Objetivos Específicos da Investigação

Com vista a atingir o OG da investigação, definiu-se a seguinte questão central (QC): **De que modo pode a influência do EID ser mitigada nas FFAA?**

Para atingir os objetivos pretendidos, o Trabalho de Investigação Individual (TII) está estruturado em cinco capítulos, resultado da decomposição dos objetivos da investigação (NEP/INV - 001 (A1), 2020): (i) introdução; (ii) enquadramento conceptual e metodológico – onde se apresenta o estado atual do conhecimento sobre o tema; (iii) metodologia e método – exposição do método de investigação utilizado; (iv) apresentação dos dados e discussão de resultados – onde se pretende dar resposta às questões de investigação e contributos para o conhecimento; (v) conclusões – que encerra a investigação sublinhando os aspetos de maior relevância, limitações, recomendações práticas e sugestões para estudos futuros.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

O presente capítulo apresenta os aspetos mais relevantes decorrentes da revisão da literatura, procurando-se explanar a estrutura base que cria o ponto de partida para desenvolvimento da presente investigação. Para uma melhor compreensão do objeto de estudo, torna-se premente esclarecer e definir um conjunto de conceitos estruturantes, que sustentam esta pesquisa, possibilitando “estabelecer os alicerces do modelo de análise” (Santos, et al., 2019, p. 53).

2.1. REVISÃO DE LITERATURA

De acordo com a ONU (2015) a disseminação do extremismo ideológico e a sua mensagem de intolerância, tem agravado a crise humanitária, ultrapassando fronteiras e procurando desafiar os valores compartilhados de paz, justiça e dignidade humana.

No mesmo sentido, a *European Commission* (EC) (2020) adverte que o crescimento (Gráfico 1) de incidentes originados por este fenómeno, a extensão do impacto ideológico na sociedade, as formas e métodos utilizados pelos extremistas,

as forças e meios de disseminação da sua ideologia, configuram-se uma ameaça latente e transversal a todos os membros da comunidade social.

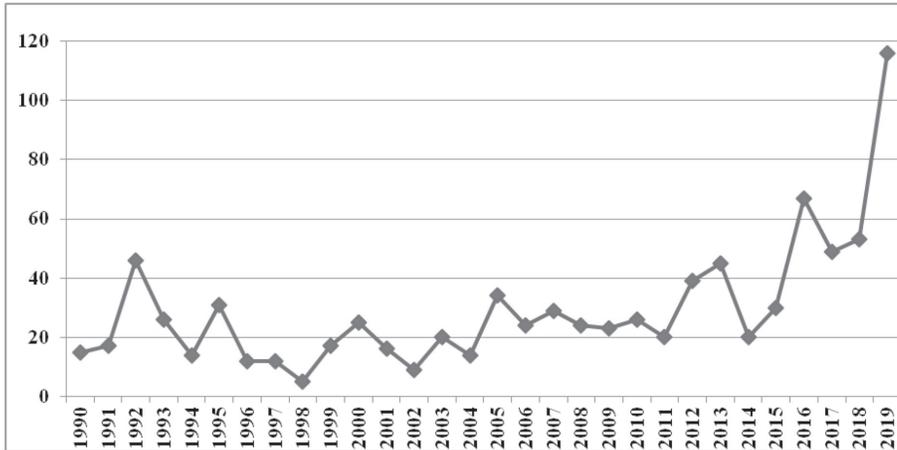


Gráfico 1 – Incidentes de Extrema-direita (ED) na Europa: 1990-2019

Fonte: *Centre for Analysis of radical Right* (2021).

Na perspetiva da *Organization for Security and Co-operation in Europe* (OSCE) (2014, pp. 45, 60), o extremismo ideológico manifesta-se pela sua propaganda, capaz de influenciar a consciência social, através de ideologias antissociais, que visam, numa primeira instância, criar oposição às instituições políticas e estruturas sociais estabelecidas, e *à posteriori* resolver disputas étnico-raciais, inter-religiosas e/ou territoriais.

Numa outra visão sobre o tema, estudos da *United States Agency for International Development* (USAID) (2009) concluem que este fenómeno pode ser perpetrado por indivíduos com diferentes estatutos sociais e diferentes afiliações nacionais e religiosas, sendo transversal a todos os níveis profissionais, idades e género. A atualidade mostra que o extremismo, como expressão de visões e atitudes extremas, tem a capacidade de penetrar em todas as esferas da vida pública. Neste sentido, Koehler (2019) adverte que as FFAA não estão imunes a este fenómeno, verificando-se sistematicamente uma tentativa de infiltração destas ideologias extremistas nas instituições militares.

Da mesma forma o relatório da *European Union's Law Enforcement Agency* (EULEA) (2020), demonstra a crescente tendência destes grupos, referindo o seu interesse no recrutamento de militares e tentativa de infiltração, como forma de incrementar as suas competências de combate e acesso ao treino militar,

apresentando como exemplo desses casos, países como a Alemanha, Grécia, Bélgica, Itália e Reino Unido, onde se tem verificado uma cada vez maior adesão de militares, a este tipo de grupos extremistas.

Por outro lado, Mockaitis (2021) e Atuel (2018) alertam para a potencial atração dos militares por organizações com ideologias extremistas. A investigadora salienta que estes grupos oferecem aos militares, um sentimento valorizado de pertença e uma identidade com valores semelhantes aos seus, tais como o patriotismo, a disponibilidade, a disciplina, a honra e a lealdade.

Koehler (2019), Pitcavage (2020) e Brown (2021), salvaguardam o facto de que, apesar da preocupação generalizada na CI, sobre a vulnerabilidade a que os militares estão sujeitos e à suscetibilidade de radicalização, o conhecimento sobre a sua real extensão, é ainda pouco aprofundado. Como tal, e na perspetiva de Koehler (2019), urge a necessidade de compreensão dos potenciais problemas, identificando-se que a maioria das FFAA ainda não desenvolvem ferramentas eficazes de combate ao extremismo ideológico nas suas fileiras.

2.2. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

Tendo em vista o enquadramento da investigação apresentam-se de seguida os conceitos centrais e estruturantes para o desenvolvimento desta temática.

2.2.1. Extremismo

Segundo Williford (2019), o extremismo é um fenómeno complexo e dependente da perspetiva social. Se numa sociedade democrática, os indivíduos ou grupos que defendem a instituição de um regime autoritário são comumente apelidados de extremistas, por outro lado, nas sociedades autoritárias e totalitárias verifica-se o inverso, inferindo-se assim, que o uso do termo é subjetivo e construtivo. Coleman e Bartoli (2015, pp. 2, 3) definem o extremismo como sendo todas as atividades, crenças, atitudes, sentimentos e ações que diferem das geralmente aceites, onde a sua definição é sempre uma questão subjetiva e política.

Na sua reflexão, Myatt (2013) acrescenta que um extremista é alguém que se identifica com “[...] uma categoria com características especiais [...] considerada incontestavelmente [...] melhor ou superior aos demais.” Nesta linha de pensamento, Schmid (2014) advoga que os extremistas procuram a criação de uma sociedade homogénea baseada em dogmas rígidos e autoritários, suprimindo toda a oposição e subjugando as minorias, tornando desta forma a sociedade conformista e tendente para o totalitarismo.

No mesmo sentido, Bale (2009, cit. por Schmid, 2014) acrescenta que o extremismo é a favor do uso da violência como forma de alcançar e manter o poder,

porém, esta manifestação por vezes é vaga e ambígua, especialmente quando estes grupos têm uma posição fraca ou desfavorecida.

Para efeitos do presente trabalho, importa referir o conceito de extremismo, como sendo uma posição extrema, que se manifesta através de opiniões intolerantes e aceita o uso da violência como legítimo na sua implementação ideológica.

2.2.2. Ideologia

De acordo com o dicionário da Porto Editora (2003-2021), a ideologia é um “[...] sistema de ideias, valores e princípios que definem uma determinada visão do mundo, fundamentando e orientando a forma de agir de uma pessoa ou de um grupo social (partido ou movimento político, grupo religioso, etc.” O conceito foi criado por Karl Marx e de acordo com o autor a ideologia tem dois significados: conceitos falsos e ilusórios sobre a realidade ou conjunto de ideias que refletem os interesses e as experiências de grupos de indivíduos.

Face ao exposto e como base conceptual, assume-se o conceito de ideologia como sendo um sistema de crenças e ideias que condicionam a forma como os indivíduos percecionam e atuam na sociedade.

2.2.3. Radicalização

Numa revisão de literatura sobre a temática, McCullough e Schomerus (2017, p. 4) relativizam o conceito de radicalização como sendo uma mudança de atitudes, crenças e práticas que se afastam consideravelmente da tendência dominante na sociedade, não levando necessariamente a atos violentos e/ou perigosos, ideologias extremistas nem tão pouco ao terrorismo.

Por outro lado, Schmid (2014) caracteriza a radicalização como sendo um processo de transformação baseada em ideologias políticas, que culmina inevitavelmente na violência, entendendo o fenómeno como a mudança de crenças, sentimentos e comportamentos em direções que justificam a violência intergrupala e que exigem o sacrifício em prol do grupo.

Para efeitos deste estudo considera-se a radicalização como sendo um processo de mudança de crenças e valores pelo qual um individuo passa a aceitar como possível o uso da violência como linha de ação.

2.2.4. Segurança

O debate sobre este conceito não é novo, e de acordo com Garcia (2006), este é um conceito “[...] que não consegue consenso internacional, sendo definido de diversas formas, de acordo com a escola interpretativa, ou mesmo com a região

geográfica ou país. No fundo, é um conceito contestado, ambíguo, complexo, com fortes implicações políticas e ideológicas.”

Santos (2016) relembra que a “[...] segurança é um conceito amplo e sem significado único. Depende do contexto político em que é concebida, onde as práticas são reflexo das teorias de pensamento.”

De acordo com David (2000, cit. por Escorrega, 2009), pode entender-se a segurança como “a ausência de ameaças militares e não militares que possam pôr em causa os valores centrais que uma pessoa ou uma comunidade querem promover, e que impliquem um risco de utilização da força”

Denota-se que o conceito suscita múltiplas e variadas abordagens conceptuais, desta forma, importa referir como conceito de Segurança como a condição alcançada quando a Informação, o Pessoal e as Infraestruturas, estão protegidos contra terrorismo, espionagem, sabotagem, subversão, e crime organizado.

2.2.5. Motivação

De uma forma geral entende-se a motivação como sendo, a vontade para fazer um esforço e alcançar um determinado objetivo. Verifica-se que nas diferentes definições de motivação existe uma tendência na inclusão de “um elemento de estimulação, ação e esforço, movimento e persistência, bem como a recompensa” (Costa, 2010).

Chiavenato (2005, p.242, cit. por Costa, 2012) considera a motivação como sendo a pressão interna surgida de uma necessidade, também interna, que origina um estado que impulsiona o organismo à atividade, incitando, guiando e mantendo a conduta até que a meta (objetivo, incentivo) seja conseguida ou a resposta seja bloqueada.

Face ao exposto, considera-se motivação como sendo uma vontade intrínseca ou proporcionada, que canaliza o comportamento no sentido de desenvolver ações ou atividades necessárias para alcançar um desiderato.

3. METODOLOGIA E MÉTODO

3.1. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta investigação seguiu-se o seguinte modelo de análise, conforme um **raciocínio dedutivo**, associado a uma **estratégia de investigação qualitativa** e a um *desenho de pesquisa de estudo de caso*.

Quadro 1 – Modelo de Análise

Tema	A influência do Extremismo Ideológico nas Forças Armadas				
Objeto de Estudo	Extremismo Ideológico				
Objetivo Geral	Avaliar de que modo pode a influência do EID ser mitigado nas FFAA.				
Objetivos Específicos	Questão Central	De que modo pode a influência do extremismo ideológico ser mitigada nas FFAA?			
	Questões Derivadas	Conceitos	Dimensões	Indicadores	Técnicas de Recolha de dados
OE1 – Caracterizar os fatores que contribuem para o processo de radicalização nos movimentos extremistas com ideologias de Direita.	QD1 – Quais os fatores que contribuem para o processo nos movimentos extremistas com ideologias de Direita?	Extremismo Ideologia Radicalização Motivação	1. Micro 2. Meso 3. Macro	1.1. Perfil psicológico 1.2. Experiências pessoais 1.3. Racionalidade 2.1. Privação social 2.2. Interação social 2.3. Identidade social 3.1. Político 3.2. Económico 3.3. Cultural	Análise Documental Entrevistas
OE2 – Analisar os fatores potencializadores, de exploração do fenómeno ideológico de Direita nas FFAA.	QD2 – Quais os fatores potenciadores nas FFAA suscetíveis de serem explorados pelas ideologias extremistas de Direita?				
OE3 – Analisar a capacidade existente nas FFAA para mitigar as influências extremistas ideológica de Direita.	QD3 – Quais as capacidades e medidas implementadas nas FFAA de mitigação à influência do EID?	Segurança	1. Organizacional 2. Recursos Humanos		
Delimitação	Domínios	Espaço		FFAA em território nacional	
		Conteúdo		Ideologia de Direita	
		Tempo		Atualidade (2021)	
Resumo Metodologia	Metodologia de Racionamento	Estratégia de Investigação		Desenho de Pesquisa	
	Dedutivo	Qualitativa		Estudo de Caso	

3.2. MÉTODO

3.2.1. Participantes e procedimento

Efetuaram-se seis entrevistas semiestruturadas, a entidades com relevância na temática abordada, conforme se pode observar na Tabela 1. A realização das entrevistas foi conduzida por videoconferência no período decorrente entre abril e junho de 2021.

Tabela 1 – Entidades entrevistadas

Função	Nome
(À data) Subdiretor Geral de Política de Defesa Nacional	BGen Lemos Pires
Chefe do Centro de Informações e Segurança Militares	Com Proença Mendes
Investigador no Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa	Dr. Riccardo Marchi
Diretor do German Institute on Radicalization and De-radicalization Studies	Dr. Daniel Koehler
Diretor da Research & Analysis da Global Risk Awareness	Dr. Pathé Duarte
Chefe dos Leadership Studies, American Studies Center, University of Warsaw	Dr. Bodhan Szklarski

3.2.2. Instrumentos de recolha de dados

Considerando a especificidade do objeto e da abordagem qualitativa da investigação, optou-se por uma técnica de recolha de dados baseada em entrevistas semiestruturadas, na análise documental e de conteúdos, onde se inclui os estudos de caso (Santos L. et al., 2019, p. 28).

Neste âmbito, e na falta de identificada documentação nacional, identificaram-se dois estudos, cuja abordagem enquadra estas análises, contribuindo desta forma para a presente investigação: *Synthesis report on the state-of-the-art in evaluating the effectiveness of counter-violent extremism* (2014) e o *Military Experience, Identity Discrepancies, and Far Right Terrorism* (2013).

3.2.3. Técnicas de tratamento de dados

No que respeita à fase analítica desta investigação, realizou-se uma análise de conteúdo às entrevistas semiestruturadas e não estruturadas, que se baseou no agrupamento de segmentos de resposta. Importa salientar que a avaliação das entrevistas e do estudo de caso considerou os princípios orientadores das dimensões e dos indicadores apresentados no mapa conceptual. Os dados obtidos nas entrevistas, são apresentados sob a forma de transcrições ou interpretações no corpo do trabalho.

4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão analisadas as dinâmicas associadas ao processo de radicalização, a fim de perceber a génese e os fatores facilitadores que contribuem para esse processo. De seguida, pretende-se analisar os fatores que potenciam esse processo nas FFAA, bem como a identificação e análise das atuais medidas de mitigação implementadas.

Por último, identificar-se-ão contributos para a proficuidade dos mecanismos de mitigação dessas ameaças.

4.1. PROCESSO DE RADICALIZAÇÃO NOS MOVIMENTOS DE EXTREMA-DIREITA

Neste subcapítulo pretende-se construir uma ponte entre os conhecimentos académicos e as descobertas empíricas, sendo o objetivo apresentar uma abordagem holística de modo a elencar os fatores propícios para o processo de radicalização.

4.1.1. A Ultradireita, a Direita Radical e a Extrema-direita

Koehler (2019) e Mudde (2021) alertam para o crescimento exponencial nos países ocidentais de movimentos de Ultradireita com discursos anti-imigração, antissemita e antissistema, sendo este aumento notado mesmo em países tradicionalmente “imunes” a este fenómeno, como o caso de Portugal (Jupskås & Leidig, 2020). De acordo com R. Marchi (entrevista via zoom, 27 de abril de 2021), esta vaga assenta em três eixos; insatisfação crescente com a *performance* dos regimes democráticos, estagnação económica e questões culturais relacionadas com o radicalismo islâmico.

A Ultradireita integra uma “massa homogénea e plural, que engloba a Direita Radical e a Extrema-direita” (Mudde, 2021), tecendo uma rede de grupos de movimentos, estruturados e sustentados numa diversa combinação de ideologias: o autoritarismo¹, o nacionalismo², o nativismo³, o populismo⁴, entre outras.

Os investigadores Mudde (2021) considera a Direita Radical como uma ideologia populista integrada no *mainstream*⁵, que defende uma reforma do sistema político e económico e que demonstra a sua oposição a alguns dos aspetos liberais da democracia. Já a ED é caracterizada como uma ideologia inerentemente antidemocrática e, que contrariamente à Direita Radical, legítima o uso da violência como forma de alcançar os seus objetivos políticos e/ou sociais.

Para um melhor entendimento do emaranhado destas ideologias, Bjørgo e Ravndal (2019) desenvolveram um modelo explicativo (Figura 3) onde a “família” da Ultradireita tem por base três movimentos ideológicos: o nacionalismo cultural, o nacionalismo étnico e o nacionalismo racial.

¹ Comportamento social defensor absoluto e discricionário do patriotismo e do tradicionalismo, associado a atitudes negativas em relação a imigrantes, assim como a uma proximidade ou mobilização junto das forças de segurança.

² Corrente ideológica expressa através da valorização da nação e sentimentos de pertença cultural. Manifesta-se através do patriotismo, exteriorizada muitas vezes através da utilização de símbolos nacionais.

³ Ideologias que advogam, que os Estados devem ser habitados exclusivamente por membros nativos da nação, e que elementos não nativos, como ideias ou pessoas, devem ser consideradas perigosas para a preservação da essência da nação.

⁴ Corrente ideológica de direita que considera que a política deve ser uma expressão da vontade do povo, e que a sociedade deve ser fracionada em dois grupos: o “povo puro” e a “elite corrupta”.

⁵ Corrente cultural ou ideologia que expressa uma tendência dominante ou comum.

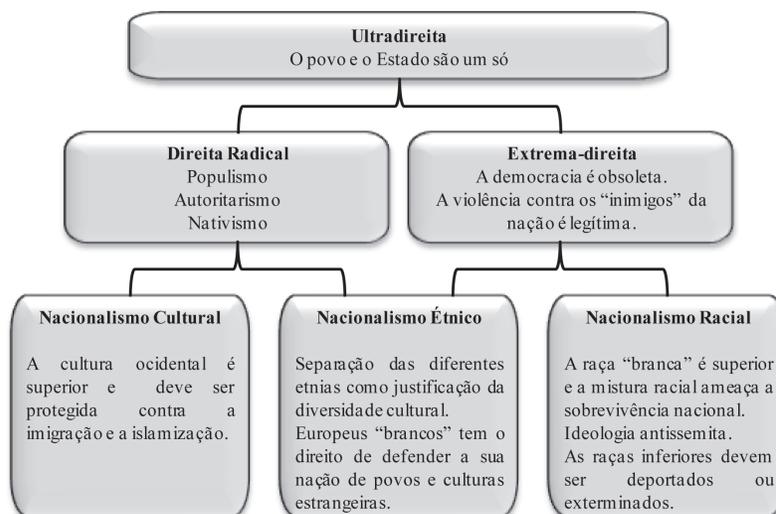


Figura 3 – Modelo das ideologias de Direita
 Fonte: adaptado a partir de Bjørgero e Ravndal (2019).

Sterkenburg (2019) alerta que na prática, a distinção e diferenciação entre os diferentes nacionalismos poderá não ser inteiramente perceptível, no entanto, este modelo esquematizado pretende oferecer um ponto de partida para a compreensão da ideologia de Ultradireita e as suas ramificações.

4.1.2. Fatores catalisadores “Pull”, “Mixed” e “Push”

O processo de radicalização não segue um caminho linear, sendo condicionado e moldado por múltiplos fatores (UN, 2015). De acordo com o Professor Szklarski (entrevista via zoom, 24 de maio de 2021) nenhum fator é por si só, suficiente para o explicar, convergindo de vários fatores e operando em diferentes níveis. Em concordância, o *Centre for the Prevention of Radicalization* (CPR) (2021) refere que o processo de radicalização de um indivíduo pode ser desencadeado por circunstâncias emocionais e sociais, que quando confrontado com um mal-estar político, social ou económico, real ou percebido, pode levar a questionar o seu sentimento de pertença à comunidade. Consoante o autor, poderão ser sublinhados diversos fatores potenciadores da radicalização, tais como as dinâmicas de grupo e a “*biographical availability*”⁶, a vulnerabilidade emocional e a perda repentina de identidade resultante numa sensação de incerteza e redução

⁶ “[...] ausência de restrições pessoais, tais como emprego a tempo inteiro, casamento ou responsabilidades familiares” (McAdam, 1986).

de autoestima (Coolsaet, 2016; Horgan, 2008; Sageman, 2004).

O percurso de radicalização não assenta numa única causa, e o seu entendimento configura uma série de desafios decorrentes da forma como o próprio fenómeno é visto e definido (Schmid, 2014; Coleman & Bartoli, 2015). A radicalização implica a mudança de perceção de uma dada situação, das interpretações individuais e subjetivas para problemas específicos, assim como a articulação de metas e objetivos cada vez mais “radicais” (Della Porta & LaFree, 2012).

O *Plan of Action to Prevent Violent Extremism* da ONU (2015), na Figura 4, apresenta os fatores no processo de radicalização, designando-os como fatores “Push” e fatores “Pull”, e apontando-os como principais motivadores que levam os indivíduos a tornarem-se vulneráveis às narrativas extremistas.

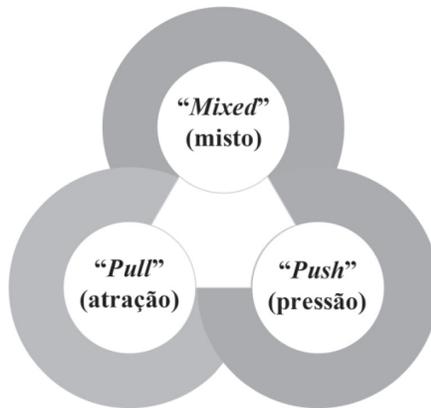


Figura 4 – Fatores “Push”, “Pull” e “Mixed” no processo de radicalização

Fonte: adaptado a partir do *Plan of Action to Prevent Violent Extremism* (UN, 2015).

Os fatores “Push” (pressão) são elementos extrínsecos que potenciam o aumento ou propagação do extremismo ideológico, podendo ser de natureza política, económica e cultural. No entanto estes fatores geralmente funcionam indiretamente e em conjunto com outras variáveis. Por outro lado, os fatores “Pull” (atração) são elementos intrínsecos materializados através de processos individuais (cognitivos e emocionais) e têm um impacto direto na radicalização e no recrutamento (UN, 2015). Para que os fatores “Push” tenham influência direta e os indivíduos se tornem efetivamente vulneráveis à radicalização, os fatores de “Pull” têm de existir, caso contrário o processo de radicalização não se verifica. Ou seja, terá que existir entre os elementos uma convergência ou ligação simbiótica.

Da análise, identifica-se ainda um estágio intermédio de interação, entre o

fator “Pull” e “Push” com as respectivas dinâmicas associadas, ao qual se denomina fator “Mixed”. No Quadro 2, exemplificam-se alguns fatores motivadores de vulnerabilidade.

Quadro 2 – Exemplos de fatores “Pull”, “Mixed” e “Push”

“Pull” (Atração)	“[...] antecedentes e motivações individuais; queixas coletivas e vitimização resultantes da dominação, opressão, subjugação ou intervenção estrangeiras; distorção e abuso de crenças, ideologias políticas e diferenças étnicas e culturais; e liderança e redes sociais.”
“Mixed” (Misto)	As dinâmicas de grupo; regras sociais, laços de amizade, pressão dos pares. A estigmatização social, marginalização, exclusão social; discriminação; Injustiça e/ou indignação (real e/ou percebida).
“Push” (Pressão)	“[...] falta de oportunidades socioeconômicas; marginalização e discriminação; má governação, violações dos direitos humanos e do Estado de direito, fragmentação social [...]”

Fonte: adaptado a partir de UN (2015).

Estes fatores, ajudam a perceber os motivos pelos quais determinados indivíduos são pressionados ou atraídos para o extremismo ideológico, e a perceber o que os torna vulneráveis às narrativas extremistas, sendo potenciados quando articulados com a não valorização e/ou apreciação, ou com as expectativas e aspirações individuais não concretizadas (Abrahams, 2017).

Não podendo aferir o perfil de indivíduos que tendem a aderir a estes movimentos ideológicos, torna-se premente analisar a interação dos fatores de vulnerabilidade em três dimensões das relações sociais (Figura 5): Micro, Meso e Macro (Lia & Skjølberg, 2004; Schmid, 2014).

Para uma compreensão do processo, devem-se relacionar a interação do indivíduo entre o ambiente económico, político e cultural (Macro), com o papel das dinâmicas de grupo (Meso) e as experiências de vida individuais (Micro). Nenhum fator deve ser analisado isoladamente, mas considerados como relacionais e desenvolvidos pelas relações entre os atores (Della Porta, 2009).

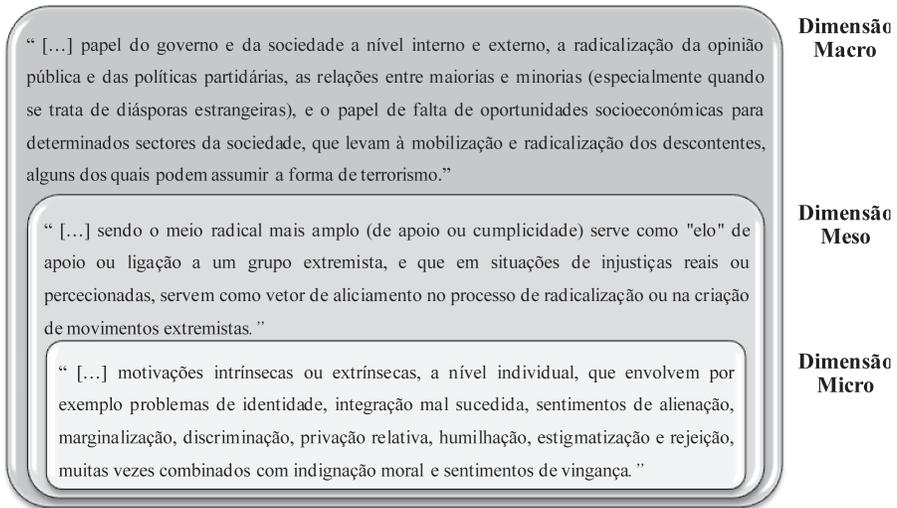


Figura 5 – Dimensões de análise dos fatores de radicalização
 Fonte: adaptado a partir de Schmid (2013) e de Sageman (2004).

Com base no modelo adotado por Allan, Glazzard e Jespersion (2015), propõe-se um modelo teórico adaptado (Figura 6), onde se pode identificar a distribuição dos fatores potenciadores de radicalização em três dimensões de análise:



Figura 6 – Modelo teórico das raízes do Extremismo Violento (EV)
 Fonte: adaptado a partir de Allan, Glazzard, Jespersion, Reddy-Tumu, e Winterbotham (2015).

O processo de radicalização é resultante da forma como os fatores são percebidos e assimilados por todos os atores, o que conseqüentemente dificulta a análise das causalidades do processo de radicalização. Desta forma, apresentam-se três tabelas de estudo, nas suas diferentes dimensões de análise. De acordo com a Tabela 2, é possível identificar a nível Micro, alguns fatores “Pull” exemplificativos, considerando os indicadores em estudo:

Tabela 2 – Fatores “Pull” a nível Micro

Fatores Pull	Indicador	Dimensão
Depressão, frustração, ansiedade		
Apetência à violência e agressão		
Emocionalmente vulnerável	Perfil psicológico	
Impulsivo, sensível à humilhação		
Idealista ou altruísta		
Motivação ou apetência para aderir a grupos radicais		Micro
Idealismo e forte sentido de justiça	Racionalidade	
Xenofobia e sentimento de ódio a grupos minoritários		
Falta de um propósito significativo na vida		
Marginalização, discriminação e privação relativa		
Estigmatização, ausência de integração e rejeição	Experiências pessoais	
Exclusão, isolamento, humilhação		

Fonte: adaptado a partir do *Centre for the Prevention of Radicalization* (2021).

No Tabela 3 destacam-se na dimensão Meso exemplos de fatores “Mixed”, considerando os seus indicadores:

Tabela 3 – Fatores “Mixed” a nível Meso

Fatores Pull	Indicador	Dimensão
Crise ou procura de identidade		
Injustiça e/ou indignação (real e/ou percebida)		
Falta de reconhecimento ou valorização	Identidade social	
Sentimento de frustração		
Dinâmica de grupo: regras sociais, laços de amizade, pressão dos pares		
Ausência de laços fortes ou relações de proximidade familiar		Meso
Falta de reconhecimento ou sentimentos de humilhação	Interação social	
Feedback não corresponde ao padrão de identidade		
Interesse em álcool, drogas ou outros fatores de ligação a grupos		
Preso, detido, ambiente de casernas		
Estigmatização social, marginalização, exclusão social; discriminação	Privação social	
Perda de emprego ou processos criminais		

Fonte: adaptado a partir do *Centre for the Prevention of Radicalization* (2021).

Na dimensão Macro, e de acordo com o Tabela 4, elencam-se os fatores e os indicadores a si subjacentes:

Tabela 4 – Fatores “Push” a nível Macro

Fatores <i>Push</i>	Indicador	Dimensão
Impacto das políticas globais		
Exclusão política		
Desilusão com os sistemas socioeconómicos e políticos	Político	Macro
A radicalização da opinião pública e/ou política partidária		
Política internacional / conflitos internacionais		
Relações tensas entre maioria e minoria		
Desigualdade ou exclusão económica e oportunidades limitadas	Económico	
Pobreza e privação, discriminação		
Desemprego		
Mudanças ou alterações sociais (rápidas)	Cultural	
Injustiça, corrupção e violação de direitos humanos		
Globalização e modernização		
Choque de identidade		
Banalização da violência nos órgãos de comunicação social		

Fonte: adaptado a partir do *Centre for the Prevention of Radicalization* (2021).

4.1.3. Síntese conclusiva

Da análise dos resultados foi possível inferir que a radicalização é um processo dinâmico, multifacetado, que ocorre de forma progressiva, através da combinação favorável de experiências e características individuais, dinâmicas de grupo e fatores de ambiente externos (políticos, económicos e culturais). Foi possível ainda caracterizar os fatores responsáveis pelo processo de radicalização, os fatores “Pull”, ao nível individual (Micro), os fatores “Mixed” ao nível social (Meso), e os fatores “Push” que se caracterizam ao nível do político, económico e cultural (Macro). Da análise destes fatores, e considerando que existe a necessidade de estudos mais aprofundados, verificou-se que o processo de radicalização advém da simbiose ou convergência dos diferentes fatores.

Elencando os fatores potenciadores e identificando as causas subjacentes dentro dos diferentes níveis de análise, considera-se que se obteve resposta à QD1 – “**Quais os fatores que contribuem para o processo de radicalização nos movimentos extremistas com ideologia de Direita?**”.

4.2. PROCESSO DE RADICALIZAÇÃO NAS FORÇAS ARMADAS

Pires (entrevista via zoom, 23 de abril de 2021) refere que a apreensão sobre a radicalização dos militares não é nova, e que sempre preocupou a instituição castrense. As FFAA, por terem o “exclusivo da violência organizada, e o exclusivo da panóplia de instrumentos mortais, tendem a fascinar movimentos radicais de ED, dado que possibilitam o acesso a instrumentos que podem causar a morte e consequentemente legitimar o poder de o poder fazer.”

4.2.1. Fatores de risco associados aos militares

Recentemente na comunicação social, (Euronews, 2021; BBC News, 2021; Hennigan, 2021), tem-se apontado não só, um crescente número de extremistas de direita com experiência militar, bem como, militares radicalizados e defensores destas ideologias.

De acordo com Koehler (*op. cit.*) e Szklarski (*op. cit.*), a relação entre a ED e o envolvimento militar afigura-se como sendo um problema complexo, em que as dinâmicas que explicam esta relação não são totalmente compreendidas. O tema da radicalização nestes grupos é significativamente delicado, na medida em que, pode influenciar o modo como as instituições são percebidas pelo público, impactando negativamente a sua credibilidade. Lenos e Handle (2021) acrescentam, que é difícil expor estas matérias, visto que parte da informação obtida, é de facto confidencial, mas também porque acreditam que provocam impactos negativos na coesão interna.

Face ao exposto, a pergunta que se impõe é: Como se avalia a vulnerabilidade dos militares, ou de que forma estes se encontram suscetíveis quando expostos a estas ideologias?

Para Duarte (entrevista via zoom, 01 de junho de 2021) a existência do Estado democrático consciencializa o militar a não ter afiliações partidárias e a não usar a sua condição em favor de qualquer alteração política. No entanto, considera que dever-se-á ponderar que a existência de uma certa desconsideração pela classe militar, quer em termos políticos quer em termos sociais, poderá gerar um descontentamento potenciador de afiliação extremista.

Por seu turno Simi, Bubolz e Hardman (2013) enfatizam que as próprias FFAA podem ser responsáveis por alguns fatores de suscetibilidade, agindo inclusive em alguns casos como um fator catalisador de radicalização. A ausência de relações de proximidade familiar ou a “*biographical availability*” são identificadas como características típicas entre os militares e associadas a uma maior vulnerabilidade, no que concerne a aderir a subculturas desviantes (McAdam, 1986).

Ferber (1999), a par com Koehler (*op. cit.*), acreditam que poderá existir uma sobreposição organizacional e cultural entre os militares e os grupos ou movimentos ideológicos extremistas, uma vez que além de masculinizados, enfatizam atitudes autoritárias e hierarquizadas, características estas tradicionalmente típicas na cultura militar. De certa forma, o grau de semelhança entre estas duas “culturas”, entre estes dois ambientes, cria um sentimento de simpatia ou até mesmo de atração, podendo levar, a que os indivíduos gravitem de certa maneira entre si. (Silber & Bhatt, 2007)

Um estudo elaborado por vários psicólogos (Schwartz, Waterman, & Dunkel, 2009) conclui que os indivíduos que não são valorizados enquanto militares, tendem a procurar esse reconhecimento envolvendo-se com movimentos ou grupos extremistas. Nestes casos, verifica-se que o processo de radicalização começa de facto, com uma crise identitária, onde o indivíduo encontra uma sensação de valorização face ao seu fracasso percecionado enquanto militar e de vingança e raiva contra um “sistema injusto” resultante de um sistema corrupto. Também a *Studies in Conflict & Terrorism* (Simi, Bubolz, & Hardman, 2013), a revela que indivíduos que se associaram e/ou praticam IED absorveram estímulos negativos associados ao serviço militar. Estes estímulos estão relacionados com dois fatores principais. O primeiro é a sensação de perda de identidade que ocorre como consequência das saídas compulsivas das fileiras ou no final de carreira, que envolve uma interrupção abrupta da posição de um militar num sistema extremamente estruturado e organizado. De acordo com Ashforth (2001), esta é uma situação particularmente problemática, porque além de perturbar a identidade, estes por vezes não se prepararam adequadamente para as mudanças na sua vida, criando a sensação de um futuro incerto e sem propósito. Esta saída gera uma incongruência de identidade, levando os indivíduos a procurar uma lógica alternativa à sua condição ou identidade militar. O segundo fator envolve uma resposta emocional que ocorre quando uma pessoa sente que o desempenho das suas funções e as suas conquistas, não são devidamente reconhecidas ou valorizadas. De acordo com Burke (1991), quando um indivíduo recebe um *feedback* que não corresponde ao percecionado por si, ao seu padrão de identidade, gera um *stress* social que altera o seu comportamento, facilitador da procura de grupos que apreciem e valorizem as suas capacidades. O mesmo autor conclui que, esta situação resulta em sentimentos de alienação, baixa autoestima e um sentimento de perda de identidade.

Os investigadores Simi e Hardman (2013) encontram na insatisfação individual a possível transição para o extremismo, uma vez que a cultura ideológica de ED proporciona a aceitação e valorização que o indivíduo necessita e procura. Embora alguns indivíduos possam aderir a movimentos ou grupos

menos militarizados, os movimentos de ED são os que mais se assemelham com a aceitabilidade e valores onde o indivíduo pode satisfazer as suas expectativas inerentes à sua identidade e cultura militar.

No Quadro 5 verificam-se agora a relação objetiva dos fatores “Pull”, potenciadores da radicalização identificados na dimensão Micro nas FFAA.

Quadro 5 – Fatores “Pull” a nível Micro

Fatores Pull	Indicador	Dimensão
Frustração, vingança e raiva	Perfil psicológico	Micro
Apetência para o confronto violento		
Emocionalmente vulnerável		
Sentimentos de alienação		
Perda de identidade		
Motivação ou apetência para aderir a subculturas desviantes	Racionalidade	
Violência como justificável e legítimo		
Sensação de futuro incerto e sem propósito		
Baixa autoestima		
Descontentamento face às suas vivências nas FFAA	Experiências pessoais	
Fracasso percecionado		

No Quadro 6 elencam-se os fatores “Mixed”, verificados na dimensão Meso, também potencializadores no processo de radicalização nas FFAA.

Quadro 6 – Fatores “Mixed” a nível Meso

Fatores Mixed	Indicador	Dimensão
Crise ou procura de identidade	Identidade social	Meso
Injustiça e/ou indignação (real e/ou percebida)		
Falta de reconhecimento ou valorização		
Feedback não corresponde ao padrão de identidade	Interação social	
Biographical availability		
Falta de reconhecimento ou sentimento de humilhação		
Stress social		
Destacamentos e missões longe de casa	Privação social	
Saídas compulsivas das fileiras ou no final de carreira		
Preso, detido, ambiente de casernas		
Perda de emprego e/ou processos disciplinares		

Identificam-se no Quadro 7 os fatores “Push” identificados na dimensão Macro, potencializadores no processo de radicalização nas FFAA.

Quadro 7 – Fatores “Push” a nível Macro

Fatores Push	Indicador	Dimensão
Impacto das políticas das reformas das FFAA	Político	Macro
A radicalização da opinião pública e/ou política partidária		
Política internacional / conflitos internacionais		
Desilusão com os sistemas socioeconómicos e políticos		
Desinvestimento nas FFAA	Económico	
Crise económica		
Desemprego, ou possibilidade a curto médio prazo		
Mudanças ou alterações sociais (rápidas)	Cultural	
Surgimento de epidemias e pandemias		
Descrédibilização das FFAA		
Banalização da violência nos órgãos de comunicação social		

Os Quadros reúnem os fatores identificados na análise e que permitem explicar a suscetibilidade dos militares aderirem a movimentos ou grupos de ED.

Ainda que não exista um único estudo consistente sobre a profundidade deste problema, ou sobre os fatores que levam à radicalização no sector militar, Koehler (*op. cit.*) considera que estes fatores potenciam a vulnerabilidade às narrativas de ED. De acordo com o investigador, o processo de radicalização pode ocorrer em duas fases diferentes: ou o militar terá sido exposto a narrativas extremistas antes dos fatores referidos, ou os próprios fatores funcionam como um “iniciador” (Simi, Bubolz, & Hardman, 2013) que levam o militar ao encontro destas ideologias.

4.2.2. Síntese conclusiva

Os estudos sugerem que as FFAA poderão em algumas circunstâncias atuar como potenciadoras dos fatores catalisadores no processo de radicalização, levando a que os militares procurem grupos e/ou movimentos com uma identidade cultural semelhante, proporcionado um sentimento de pertença e de valorização pessoal.

São observados os fatores “Pull”, “Mixed” e “Push” (Quadros 5, 6 e 7), que nas diferentes dimensões, Micro, Meso e Macro, podem levar ao comprometimento do bem-estar social e mental do militar, induzindo estímulos negativos que geram emoções de raiva e hostilidade, potenciando conseqüentemente a procura por uma lógica alternativa à sua identidade militar.

Verificou-se que quando o militar percebe que o *feedback* recebido, face ao desempenho das suas funções não corresponde ao seu padrão de identidade, cria um *stress* social que o leva a alterar o seu comportamento levando à procura

de grupos com culturas semelhantes à sua e que o valorize.

Perante o exposto neste subcapítulo considera-se que se obteve resposta à QD2 – **“Quais os fatores potenciadores nas FFAA, suscetíveis de serem explorados pelas ideologias extremistas de Direita?”**.

4.3. CAPACIDADES E MEDIDAS IMPLEMENTADAS

Koehler (*op. cit.*) defende que a confiança depositada pela sociedade na Instituição Militar (IM) “obriga-a” à responsabilidade de estabelecer medidas eficazes contra qualquer um que tente abusar dessa confiança.

4.3.1. Aparelho regulamentar

“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.”

Declaração Universal dos Direitos Humanos (UN, 1948)

De acordo com a pesquisa efetuada, identificou-se a existência de diversos programas internacionais que asseguram às nações, diretrizes para a criação de políticas de prevenção ao EV (EU, 2020; NATO, 2020; OSCE, 2020; UN, 2019; UNODC, 2020), objetivando “[...] chegar à raiz do extremismo, prevenindo desta forma o [...] recrutamento de indivíduos, através da oferta de alternativas positivas” (INEE, 2017).

Embora o extremismo ideológico não esteja contemplado no ordenamento jurídico-penal nacional (Marcelino, 2020), a Constituição (2001) no seu artigo 46.º é explícita no que respeita a ideologias racistas ou fascistas, não consentindo “[...] associações armadas nem de tipo militar, militarizadas ou paramilitares, nem organizações racistas ou que perfilhem a ideologia fascista.”

No que concerne aos militares, no artigo 11.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR) (2015) determina que estes devem “[...] em todas as circunstâncias, pautar o seu procedimento pelos princípios da ética e da honra, conformando os seus atos pela obrigação de guardar e fazer guardar a Constituição e a lei [...]”. Este dever é espelhado no Regulamento de Disciplina Militar (RDM) (2009) nomeadamente no dever de lealdade expresso no artigo 16.º, que impede os militares de “[...] manifestar de viva voz, por escrito ou por qualquer outro meio, ideias contrárias à Constituição ou ofensivas dos órgãos de soberania e respetivos titulares, das instituições militares e dos militares em geral ou, por qualquer modo, prejudiciais à boa execução do serviço ou à disciplina das Forças Armadas [...]”, em

conjugação com o dever especial de tutela, expresso no artigo 15.º, onde recai sobre a hierarquia a responsabilidade de “[...] zelar pelos interesses dos subordinados e dar conhecimento, através da via hierárquica, dos problemas de que o militar tenha conhecimento e àqueles digam respeito.”

Pelo mesmo Regulamento, os Chefes de Estado-Maior dos Ramos possuem competência para remover das fileiras, quaisquer elementos atentatórios disciplinares de natureza expulsiva, através das penas de separação de serviço e cessação compulsiva dos regimes de voluntariado ou de contrato, expressos nos artigos 37.º e 38.º respetivamente.

4.3.2. Recrutamento Militar

No processo de recrutamento, a única informação pública existente, e que oferece alguma orientação aos potenciais recrutas face às proibições no que concerne às ideologias extremistas, prende-se com a utilização de tatuagens e outras formas de arte corporal. Esta informação pode ser consultada nos *sites* de recrutamento dos Ramos, onde refere a proibição de adornos que contenham “[...] símbolos de qualquer natureza ofensiva, ou que ponham em causa a ordem, disciplina, a moral, a coesão, o prestígio e a imagem das FFAA [...]”, proibindo “[...] conteúdos discriminativos em função do género, religião, raça, nacionalidade ou etnia, ou que evidenciem, entre outros, afiliação a grupos políticos e sociais” (2021). Porém, o Exército no *site* de Recrutamento militar do Governo (2021), expressa a proibição de “utilização de tatuagens ou adornos [...] não respeitadores da decência e do decoro militar: Partidários; **Extremistas**; Sexistas; Racistas.”

Pese embora não se verificarem medidas específicas, para vetar a entrada de afiliados da ED nas fileiras, Pires (*op. cit.*) acredita que de uma forma geral, os Ramos, através dos seus serviços de seleção de pessoal, “garantem um crivo do ponto de vista psicológico” através de testes psicotécnicos aos candidatos, com a finalidade de aferir as características na dimensão de personalidade e motivação, e identificar outros indícios, como por exemplo na ostentação de tatuagens e adornos de cariz extremista. Da mesma forma Mendes (entrevista via zoom, 27 de maio de 2021) acrescenta que “a psicologia é uma ciência excecional para detetar os primeiros indícios”, reforçando a importância do Centro de Informações e Segurança Militares (CISMIL) na sensibilização destas ameaças e dos riscos aos psicólogos da seleção do recrutamento.

Para Koehler (*op. cit.*) o processo de recrutamento é fundamental para impedir a entrada de extremistas nas FFAA, e, portanto, “crucial que existam diretrizes claras de que o extremismo e tais atitudes simplesmente não se enquadram na filosofia das FFAA”, acrescentando que “sem políticas e regras não há forma de as aplicar.”

4.3.3. Prevenção, monitorização e mitigação

De acordo com Pires (*op. cit.*), a principal capacidade passa pela formação, “que tem tanto de técnica como de princípios sociais, direitos, valores, liberdades e garantias” sendo o “antídoto mais eficaz que existe, para que dentro das fileiras não existam núcleos extremistas suficientemente grandes que possibilitem constituir metástases que se espalhem rapidamente.” É a formação que concorre para uma disciplina assumida, onde “[...] os exemplos, as mensagens e políticas claras sobre a defesa da igualdade e intransigências contra violências ilegítimas atuam como elementos de proteção.”

Também para Mendes (*op. cit.*), a formação, apoiada pela Contrainformação Militar (CIM), permite reforçar o dever de tutela, permitindo à estrutura hierárquica uma maior sensibilidade para eventuais alterações e desvios comportamentais dos seus subordinados. A formação e ações de sensibilização dirigidas, permitem uma maior noção da tomada de consciência da necessidade e possibilidade de reporte de atitudes suspeitas e desviantes.

Ambos os entrevistados salientam que a CIM possui os meios e a capacidade de, salvaguardando os princípios de privacidade (ética), poder monitorizar as tendências pessoais nas redes sociais. De acordo com Pires (*op. cit.*), esta monitorização deveria assentar em “redes que fazem parte da estrutura das FFAA” referindo como uma mais-valia a existência de “sistemas de inteligência artificial na recolha e tratamento de informação.”

Pires (*op. cit.*) refere que o pensamento crítico, os princípios e valores, e a resiliência, são fatores chave no combate ao extremismo ideológico: “a forma resiliente mais fácil de lutar contra discursos agressivos, é potenciar através da educação e através do respeito pelas normas sociais.”

De uma forma geral, na análise documental e nas entrevistas efetuadas, permitiu identificar as mesmas medidas implementadas nas FFAA.

No Tabela 8 poder-se-á verificar algumas medidas que estão implementadas a nível organizacional, considerando os diferentes indicadores de estudo.

Tabela 8 – Medidas aplicadas na dimensão Organizacional

Dimensão	Indicadores	Extrato de resposta
Organizacional	Prevenção	“Os centros de psicologia [...] os três Ramos das FFAA, têm essa preocupação.”
		“[...] critérios de rigor à entrada, os testes psicotécnicos à entrada.”
		“Os centros de psicologia que garantem essa prevenção [...] a psicologia é uma ciência excepcional para detetar os primeiros indícios.”
	Monitorização	“[...] sistema de monitorização, em rede, sistemas informáticos [...].”
		“Através da capacidade de CIM, consegue-se monitorizar as tendências nas redes sociais [...].”
		“A psicologia é outra capacidade que deverá ser tida nesta equação, [...] a psicologia é uma ciência excepcional para detetar os primeiros indícios.”
	Mitigação	“Sistemas de check and balances ⁷ , feitos aos vários níveis, começando pelo próprio Ministério da Defesa.”
		“[...] aplicar o dever de tutela.”
		“[...] expulsão das fileiras de eventuais militares radicalizados.”

No Tabela 9, elencam-se as medidas identificadas na dimensão de Recursos Humanos (RH).

Tabela 9 – Medidas aplicadas na dimensão de Recursos Humanos

Dimensão	Indicadores	Extrato de resposta
Recursos Humanos	Prevenção	“[...] a formação.”
		“[...] a capacidade de liderança dos chefes e a perceção das necessidades.”
		“Os chefes devem estar atentos ao seu pessoal.”
		“[...] em complemento a capacidade de CIM, [...] vantagens da capacidade de Contrainformação, é realmente os briefings que são feitos.”
		“[...] as formações que se dão durante a carreira”
	Monitorização	“[...] liderança situacional [...].”
		“O primeiro alerta vem sempre das próprias FFAA o detetar passa por não existir comandantes de secretária.”
	Mitigação	“Há uma estrutura montada, [...] o dever de tutela.”
		“[...] dar o exemplo, transmitir [...].”
		“[...] intransigência quanto a desigualdades [...].”
		“[...] mensagens fortes sobre proteção, contra a violência.”
		“[...] única disciplina que é verdadeiramente coesa é a disciplina que é assumida [...].”
“[...] a capacidade de CIM com a componente de sensibilização.”		

⁷ Procedimentos de regulação estabelecidos de forma a reduzir erros, evitar comportamentos impróprios ou a diminuir riscos.

4.3.4. Síntese conclusiva

Em suma e pelo referido, em resposta à **QD3 – “Quais as capacidades e medidas implementadas nas FFAA de mitigação à influência do EID?”**, conclui-se que, para além da avaliação do perfil psicológico aquando do processo de recrutamento e do aparelho regulamentar que permite a expulsão das fileiras, a capacidade implementada passa essencialmente pelo dever de tutela e pela formação da comunidade militar, assim como a promoção de uma melhor compreensão dos desafios que esta ameaça pode apresentar. Acresce ainda a capacidade da CIM de monitorização de tendências e a sua componente de sensibilização.

4.4. CONTRIBUTOS À MITIGAÇÃO DAS AMEAÇAS IDEOLÓGICAS EXTREMISTAS

As narrativas ideológicas extremistas são inadmissíveis face aos valores democráticos e consequentemente inaceitáveis na IM, impondo-se uma inequívoca rejeição ao extremismo e intolerância.

4.4.1. Principais lacunas identificadas

Para Koehler (*op. cit.*) a questão, não é saber se existem militares com opiniões extremistas nas FFAA, mas sim como os militares e as FFAA, podem e devem lidar com esse problema. É de senso comum que os Ramos devem, não só evitar que extremistas entrem nas suas fileiras, mas ao mesmo tempo adotar medidas para detetar e mitigar esta ameaça. Para isso, as FFAA precisam não apenas de regulamentações abrangentes e eficazes, como também, de fornecer formação e treino sistemático a todo o pessoal relevante, sobre os regulamentos, sobre as suas responsabilidades nesta área, assim como as ferramentas existentes à disposição, socorrendo-se para tal de especialistas, nomeadamente da CIM.

No seguimento da análise das medidas implementadas na mitigação à influência do extremismo ideológico, com base no conteúdo das entrevistas efetuadas aos especialistas e à análise documental, pode-se inferir a existência de uma estrutura e uma capacidade implementada, sendo, no entanto, identificadas um conjunto de lacunas nas dimensões em estudo e que se sintetizam no Tabela 10.

Tabela 10 – Lacunas identificadas na análise das entrevistas

Dimensão	Indicadores	Lacunas
Organizacional	Prevenção	Carência de políticas sobre proibição a associações extremistas.
		Inexistência de Políticas de fiscalização e diretivas de segurança específicas.
		Inexistência de campanhas de sensibilização aos Centros de Recrutamento pelo CISMIL.
		Défice de campanhas de consciencialização e sensibilização no combate aos extremismos ideológicos.
		Permissão de acessos a conteúdos extremistas em redes da estrutura das FFAA.
	Monitorização	Deficiente processo de monitorização dos sistemas informáticos da estrutura das FFAA.
		Reduzida capacidade na deteção e identificação de indivíduos em redes.
		Reduzida capacidade de monitorização/vigilância de conteúdos on-line.
		Reduzida colaboração do CISMIL no processo de recrutamento.
Mitigação	Inexistência no CISMIL de um software dedicado à pesquisa de tendências extremistas.	
	Políticas deficientes face a comportamentos desviantes.	
Recursos Humanos	Prevenção	Inexistência de mecanismos de apoio, aconselhamento e/ou denúncia específicos.
		Deficiente formação ao longo da carreira, de refrescamento e de atualização das bases normativas.
	Monitorização	Ausência de formação específica sobre comportamentos desviantes.
		Inexistência de formadores com conhecimentos específicos em comportamentos desviantes.
		Défice de conhecimento dos RH sobre identificação de indícios, relacionados com ideologias extremistas.
	Mitigação	Reduzidos RH em células com a capacidade de monitorização e vigilância de conteúdos on-line.
		Reduzidos RH adidos ao acompanhamento e apoio de militares vulneráveis.

É importante ressaltar que valores como o patriotismo ou nacionalismo não são indicadores de radicalização, e que dentro de determinados limites estes valores são salutares e louváveis. Porém, quando “empurrados” para além dos limites, levam a comportamentos contrários aos da defesa da pátria, e podem “alimentar” um terreno potencial para a radicalização e recrutamento.

4.4.2. Recomendações para a otimização das medidas mitigadoras

Embora os fatores potenciadores de vulnerabilidades possam indicar riscos que deverão ser mitigados, combatidos ou eliminados, eles não oferecem diretrizes precisas para a implementação de medidas de proteção (Sieckelink & Gielen, 2018). De acordo com Birchmore (2000) e partindo do pressuposto que aumentar os fatores positivos é mais fácil do que atenuar as condições negativas, demonstra-se que a abordagem contra a radicalização e/ou o extremismo ideológico deverá

ser baseada no desenvolvimento da resiliência individual e social. Também Pires (*op. cit.*) defende a resiliência como uma arma vantajosa que oferece uma estrutura baseada no estímulo de proteção em diferentes níveis de agregação, abrangendo o indivíduo, a comunidade e a sociedade. Desta forma a criação de resiliência num processo interativo e recíproco, onde existam princípios promotores, ajuda a manter as bases de proteção em vigor, a fim de bloquear ou mitigar os fatores de risco. A criação de políticas e processos dirigidos para a criação de resiliência especificamente contra a IED, aumentará os mecanismos de proteção que podem ajudar não apenas a mitigar o problema, mas também a lidar com questões semelhantes a longo prazo.

Outra questão levantada por Mendes (*op. cit.*) é a expulsão das fileiras de eventuais militares radicalizados, que por si só, não se apresenta como sendo uma solução aceitável, uma vez que se transfere para a sociedade civil um problema agravado de “guerreiros” treinados no uso de armas e táticas de guerra indissociáveis das FFAA. O mesmo entrevistado, acrescenta ainda que, a capacidade de CIM necessita de reforçar a componente de sensibilização junto de todos os níveis da cadeia hierárquica e em especial junto dos serviços de recrutamento e seleção dos Ramos, de modo a potenciar a deteção de indícios reveladores, disponibilizando por exemplo, um catálogo de simbologia extremista.

Desta forma, face às lacunas identificadas, correlacionou-se a informação de âmbito conceptual e de investigação obtida com os indicadores de análise, sendo possível construir algumas recomendações por forma a otimizar o atual modelo de mitigação às ideologias extremistas. No Tabela 11 apresentam-se essas recomendações identificadas.

Tabela 11 – Recomendações

Dimensão	Indicadores	Recomendações
Organizacional	Prevenção	Reforçar a implementação de políticas de proibição a associações extremistas.
		Reforçar as políticas de fiscalização e diretivas de Segurança dedicadas a este fenómeno.
		Desenvolver e implementar ações de sensibilização aos Centros de Recrutamento/CISMIL.
		Definir e implementar campanhas de consciencialização e sensibilização de combate aos extremismos ideológicos.
		Restringir os acessos a conteúdos extremistas em redes da estrutura FFAA.
		Criar um catálogo de simbologia extremista.
		Incrementar a sensibilização nos vários níveis de comando.
	Desenvolver programas contra narrativas extremistas.	
	Monitorização	Desenvolver processos de monitorização dos sistemas informáticos da estrutura das FFAA.
		Aumentar a capacidade na deteção e identificação comportamentos desviantes em redes sociais.
Aumentar a capacidade de monitorização e vigilância de conteúdos on-line.		
Fomentar a articulação e colaboração do CISMIL no processo de recrutamento (vetting).		
Mitigação	Aquisição de software dedicado à compilação e tratamento de dados OSINT.	
	Criar catálogo de indicadores no que concerne a comportamento desviantes.	
	Análise de conteúdos e relatórios de evolução de risco	
Recursos Humanos	Prevenção	Criar mecanismos de apoio, aconselhamento e/ou denúncia específicos.
		Reforçar a formação ao longo da carreira, com refrescamentos e atualização das bases normativas em vigor.
		Proporcionar formação e treino sistemático e específico.
	Monitorização	Proporcionar campanhas de consciencialização e sensibilização de combate ao extremismo ideológico.
		Formação de militares com a capacidade formativa específicos em comportamentos desviantes.
	Mitigação	Reforço de conhecimento aos RH sobre identificação de indícios, relacionados com ideologias extremistas.
		Reforço de RH em células com a capacidade de monitorização e vigilância de conteúdos on-line
		Realização de reuniões/workshops do CISMIL e os Ramos estimulando a partilha de informação e do conhecimento do fenómeno em estudo.

4.4.3. Análise crítica

Resultante do conhecimento originado, inferem-se seguidamente um conjunto de elementos com recurso à ferramenta de análise SWOT⁸, que numa abordagem holística face ao modelo atual de resposta a ameaças extremistas ideológicas, procuram suportar a resposta à QC, considerando as lacunas existentes e as medidas implementadas nas FFAA.

⁸ *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças).



Figura 7 – Matriz SWOT das medidas mitigadoras

4.4.4. Síntese conclusiva

Como resultado da investigação infere-se a existência de capacidades e estruturas implementadas de mitigação à influência do extremismo ideológico de Direita nas FFAA, tendo-se, no entanto, através de uma análise crítica sistémica, elencado na Tabela 10 a existência de um conjunto de lacunas detetadas nas dimensões Organizacional e de Recursos Humanos.

Decorrente da análise crítica e das lacunas identificadas, foram apresentadas e sintetizadas na Tabela 11 uma série de recomendações enquadradas nas dimensões em estudo, com o intuito de contribuir para otimização do quadro de capacidades e medidas mitigadoras já existentes e implementadas nas FFAA.

Face ao até aqui analisado e discutido, considera-se que se obteve resposta à QC – **“De que modo pode a influência do EID ser mitigada nas FFAA?”**

5. CONCLUSÕES

Constata-se atualmente por toda a Europa, uma crescente tendência no número de incidentes relacionados com IED. Sendo este, um dos fenómenos mais desafiantes com que a CI se tem deparado no espetro das ameaças transnacionais contemporâneas, também as FFAA, como reflexo das sociedades em que se inserem, tem sentido no interior da sua Instituição, a potencial ameaça deste fenómeno, pondo em causa a coesão interna, a ordem, a disciplina e os valores em que assentam.

As FFAA, enquanto instrumento basilar de SDN, devem possuir mecanismos especialmente concebidos para a sua proteção contra infiltrações e desvios relativos a extremismos ideológicos.

Por conseguinte, esta investigação teve como objeto de estudo as IED, em especial os fatores de radicalização, procurando identificar contributos que sirvam de base para a melhoria das capacidades e medidas mitigadoras de proliferação dos processos de radicalização no seio das FFAA. Nesta senda, a investigação foi delineada tendo como finalidade responder à seguinte QC – “De que modo pode a influência do EID ser mitigada nas FFAA?”

O procedimento metodológico que orientou o trabalho baseou-se num raciocínio dedutivo, assente numa estratégia de investigação qualitativa recorrendo ao desenho de pesquisa de estudo de caso, com uma filosofia interpretativa, focado nas FFAA. Para a recolha de dados, e considerando o mapa conceptual elaborado, procurou-se tratar os dados recolhidos através da análise documental, bem como a realização de entrevistas semiestruturadas e não estruturadas a entidades e especialistas com relevância na temática abordada.

Por forma a alcançar o OE1 – “Caracterizar os fatores que contribuem para o processo de radicalização nos movimentos extremistas com ideologias de Direita”, e responder à correspondente QD1, começou-se por diferenciar a ED na amálgama ideológica de Ultradireita e identificar os fatores catalisadores de radicalização. Em resultado, verificou-se que estes motivadores são categorizados em três vertentes principais, os fatores “Pull”, “Mixed” e os fatores “Push”, devendo a sua análise ser efetuada tendo em consideração três dimensões: macro, meso e micro+. Aferiu-se ainda a existência de uma relação simbiótica entre os diferentes fatores motivacionais no que concerne o desencadeamento do processo de radicalização. Foram ainda sintetizados os fatores de vulnerabilidade, considerando os principais indicadores nas suas dimensões de análise.

Relativamente ao OE2 – “Analisar os fatores potenciadores de exploração do fenómeno ideológico de Direita nas FFAA”, este foi operacionalizado através

da QD2. Face ao desconhecimento de estudos específicos no setor militar, por intermédio de uma análise documental e pela realização de entrevistas, extrapolou-se que os militares estão essencialmente sujeitos a fatores “Pull”, “Mixed” e “Pull”, que nas dimensões Micro, Meso e Macro, são identificados como potenciadores do comprometimento do bem-estar social e mental do militar, induzindo estímulos negativos que geram emoções de raiva e hostilidade, potenciando consequentemente a procura por uma lógica alternativa à sua identidade militar.

Quanto ao OE3 – “Analisar a capacidade existente nas FFAA para mitigar as influências extremistas ideológicas de Direita”, concretizado através da resposta à subsequente QD3, a investigação incidiu na análise do quadro regulamentar existente, caracterização do processo de recrutamento e das capacidades e medidas de mitigação existentes. Em concreto, constatou-se a implementação de várias medidas, diferenciadas nas dimensões Organizacional e de RH. Destacou-se o dever de tutela, a liderança, a resiliência e a capacidade da CIM como base fundamental para proteger e combater as IED no seio das FFAA.

Face ao até aqui analisado, no que respeita ao OG – “Avaliar de que modo pode a influência do EID ser mitigada nas FFAA”, e decorrente da QC, foi possível, com base na análise documental e de conteúdo das entrevistas efetuadas, numa primeira análise, identificar um conjunto de recomendações com vista a mitigar as lacunas detetadas nas atuais medidas implementadas (Quadro 10). As recomendações elencadas têm como propósito apresentar as principais linhas de ação necessárias para um reforço e otimização das medidas e capacidades existentes.

Neste sentido, como **contributos para o conhecimento** da presente investigação, enfatiza-se o facto de se terem identificado vários aspetos em que a otimização das capacidades existentes e as medidas implementadas, podem ser melhoradas e potenciadas. Complementarmente releva-se o conjunto de contributos e sugestões a implementar, que se considera ter potencial para mitigar grande parte das lacunas das medidas em vigor.

Ao nível das **limitações** do estudo, releva-se um enorme vazio sobre a existência de dados concretos sobre o envolvimento de radicalização entre militares. Todavia, considera-se que esta limitação foi contornada, na medida do possível, com a opinião dos entrevistados e por extrapolação de estudos mais abrangentes, conseguindo-se obter a visão de entidades bastante relevantes no assunto.

Em termos de **estudos futuros**, e por forma a serem aprofundadas algumas das recomendações apresentadas, sugere-se o desenvolvimento do tema e exploração das limitações identificadas:

– Sendo que os motivos e processos de radicalização não diferem muito das ameaças às FFAA, seria interessante ampliar o âmbito de estudo e estabelecer um paralelismo com a forma como outras instituições críticas e/ou FFAA congéneres respondem a estas ameaças;

– Perante a escassez de estudos empíricos assentes na compreensão das vulnerabilidades dos militares face às IED, torna-se pertinente analisar a relação deste constructo com outros focos de comprometimento para além do organizacional (e.g., comprometimento profissional, com o grupo de trabalho), tal como defendido pelos especialistas;

– Refira-se ainda, a possibilidade de conceber os dois estudos anteriores longitudinalmente, com o propósito de verificar a evolução de ambos os constructos isoladamente, bem como da relação entre eles.

A análise ao atual modelo de mitigação da influência do EID nas FFAA ficou concluída com a elaboração holística de uma matriz SWOT (Figura 7), lançando-se as bases de contributos para melhoria das capacidades e medidas necessárias, dos quais se salientam as seguintes **recomendações** específicas:

- Reforçar as políticas de fiscalização e diretivas de Segurança dedicadas a este fenómeno;
- Desenvolver e implementar *briefings* de sensibilização aos Centros de Recrutamento pelo CISMIL;
- Definir e implementar campanhas de consciencialização e sensibilização de combate aos extremismos ideológicos;
- Desenvolver programas contra as narrativas extremistas de modo a proporcionar formação e treino sistemático;
- Aumentar a capacidade na deteção e identificação de comportamentos desviantes em redes sociais;
- Aumentar a capacidade de monitorização de conteúdos *on-line*;
- Fomentar a articulação e colaboração do CISMIL no processo de recrutamento militar;
- Aquisição de *software* dedicado à monitorização, compilação e tratamento de dados;
- Criar mecanismos de apoio, aconselhamento e/ou denúncia específicos;
- Reforçar a formação ao longo da carreira, com refrescamentos e atualização das bases normativas em vigor;
- Reforço de militares em células com a capacidade de monitorização e vigilância de conteúdos *on-line*;
- Realização de reuniões/*workshops* do CISMIL e dos Ramos estimulando a partilha de informação e do conhecimento do fenómeno em estudo.

De facto, conceitua-se que a IM precisa não apenas de fornecer treino sistemático a todos os militares, quer sobre os regulamentos, quer sobre as suas responsabilidades nesta área, mas também, de serem conhecedores das ferramentas à sua disposição. Além disso, de forma a permitir que os militares tenham um desempenho eficaz, as regulamentações sobre questões relacionadas aos extremismos, que abrangem desde tatuagens a atividades proibidas, devem ser normalizadas e transversais nos Ramos.

Para isso, a IM precisa de regulamentações abrangentes e eficazes, que englobem não apenas, medidas de combate ao Extremismo com base na segurança, mas também, medidas preventivas e sistemáticas para abordar as condições subjacentes que levam os indivíduos a radicalizarem-se e a aderir a grupos extremistas.

Por fim, salienta-se que o combate às ideologias extremistas, não são uma demonstração de força, mas a interiorização que todas as adversidades podem ser superadas, mostrando-se como um caminho no reforço da confiança depositada pela nação nas FFAA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- European Commission. (2020, 9 de dezembro). *Security Union: A Counter-Terrorism Agenda and stronger Europol to boost the EU's resilience*. Retirado de https://ec.europa.eu/commission/presscorner/api/files/document/print/en/ip_20_2326/IP_20_2326_EN.pdf
- A/70/674. (2015, dezembro). *Plan of Action to Prevent Violent Extremism*. (O. o. Counter-Terrorism, Editor, & T. U.-T. Strategy, Produtor) Retirado de <https://undocs.org/pdf?symbol=en/A/70/674>
- Abrahams, J. A. (2017, março). *Ideological radicalization: a conceptual framework for understanding why youth in major u.s. metropolitan areas are more likely to become radicalized*. Retirado de <https://www.hsdl.org/?view&did=800947>
- Allan, H., Glazzard, A., Jespersen, S., Reddy-Tumu, S., & Winterbotham, E. (2015, 16 de outubro). *Drivers of Violent Extremism: Hypotheses and Literature Review*. Retirado de https://assets.publishing.service.gov.uk/media/57a0899d40f0b64974000192/Drivers_of_Radicalisation_Literature_Review.pdf
- Ashforth, B. E. (2001, outubro). *Role Transitions in Organizational Life: An Identity-Based Perspective*. Retirado de <https://www.jstor.org/stable/3560250>
- Atuel, H. (2018, 11 de setembro). *Addressing the Pathways Toward Violent Extremism Among Military Service Members and Veterans*. Retirado de <https://dworakpeck.usc.edu/news/addressing-the-pathways-toward-violent-extremism-among-military-service-members-and-veterans>

- Birchmore, T. (2000, maio). *The Handbook of Child and Adolescent Clinical Psychology: A Contextual Approach*. Retirado de https://www.researchgate.net/publication/247801157_The_Handbook_of_Child_and_Adolescent_Clinical_Psychology_A_Contextual_Approach_By_A_Carr
- Bjørger, T., & Ravndal, J. (2019, setembro). *Extreme-Right Violence and Terrorism: Concepts, Patterns, and Responses*. (I. T. Hague, Editor) Retirado de <https://icct.nl/app/uploads/2019/09/Extreme-Right-Violence-and-Terrorism-Concepts-Patterns-and-Responses-4.pdf>
- Brown, R., Helmus, T., Ramchad, R., Palimaru, A., Weiland, S., Rhoades, A., & Hiatt, L. (2021, 2 de abril). *Violent Extremism in America*. (J. P. Program, Editor) Retirado de https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_reports/RRA1000/RRA1071-1/RAND_RRA1071-1.pdf
- Burke, P. J. (1991). *Identity Processes and Social Stress*. Retirado de <http://rsp-lab11.ucr.edu/Papers/91.pdf>
- Coleman, P., & Bartoli, A. (2015, dezembro). *Addressing Extremism*. (T. I. Resolution, Ed.) Retirado de https://www.tc.columbia.edu/i/a/document/9386_WhitePaper_2_Extremism_030809.pdf
- Conselho de Ministros. (2013, 5 de abril). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Retirado de https://www.defesa.gov.pt/pt/comunicacao/documentos/Lists/PDEFINTER_DocumentoLookupList/10_Conceito-Estrategico-de-Defesa-Nacional.pdf
- Coolsaet, R. (2016, 10 de maio). *Jihadi Terrorism and the Radicalisation Challenge. European and American Experiences*. (Routledge, Editor) Retirado de <https://www.taylorfrancis.com/books/edit/10.4324/9781315590479/jihadi-terrorism-radicalisation-challenge-rik-coolsaet>
- Costa, P. C. (2010, outubro). *Motivação no Trabalho*. Retirado de <https://www.rhportal.com.br/artigos-rh/motivao-no-trabalho-2/>
- Della Porta, D. (2009, setembro). *Social movement studies and political violence*. (D. o. Science, Editor) Retirado de Centre for Studies in Islamism and Radicalisation.
- Della Porta, D., & LaFree, G. (2012). *Processes of Radicalization and De-Radicalization*. (E. U. Institute, Editor) Retirado de https://www.ijcv.org/index.php/ijcv/article/download/2926/pdf_56
- Duarte, F. (2020, 30 de dezembro). *As ameaças à segurança interna para 2021. O prognóstico dos peritos*. Retirado de <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/30-dez-2020/as-ameacas-a-seguranca-interna-para-2021-o-prognostico-dos-peritos-13181340.html>

- EU. (2020, fevereiro). *Preventing and addressing violent extremism through community resilience*. Retirado de https://pave-project.eu/downloads/PAVE_Paper_Theoretical%20framework%20paper_%20New%20layout_final1.pdf
- European Commission. (2018, 18 de maio). *High-Level Commission Expert Group on Radicalisation (HLCEG-R)*. Retirado de Migration and Home Affairs: High-Level
- European Commission. (2020, 9 de setembro). *A Counter-Terrorism Agenda for the EU: Anticipate, Prevent, Protect, Respond*. (Brussels, Editor) Retirado de https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/default/files/pdf/09122020_communication_commission_european_parliament_the_council_eu_agenda_counter_terrorism_po-2020-9031_com-2020_795_en.pdf
- EUROPOL. (2020, 23 de junho). *European Union Terrorism Situation and Trend Report*. Retirado de <https://www.europol.europa.eu/activities-services/main-reports/european-union-terrorism-situation-and-trend-report-te-sat-2020>
- Ferber, A. L. (1999, dezembro). *White Man Falling: Gender, Race, and White Supremacy*. (G. a. Society, Ed.) Retirado de https://www.jstor.org/stable/190447?read-now=1&refreqid=excelsior%3A2fb8091892ff6e54a0fc07bcf34a1af9&seq=2#page_scan_tab_contents
- Força Aérea. (2021). *Tatuagens, “piercings” e outras formas de arte corporal*. Obtido em 17 de maio de 2021, de Centro de Recrutamento da Força Aérea. Retirado de <https://crfa.emfa.pt/pagina-014.002.005-informacoes-uteis>
- INEE. (2017, 28 de setembro). *Preventing Violent Extremism: An introduction to education and preventing violent extremism*. Retirado de https://inee.org/system/files/resources/INEE_ThematicPaper_PVE_ENG.pdf
- Jupskås, A. R., & Leidig, E. (2020). *Knowing what’s (far) right A compendium*. (U. o. Oslo, Editor) Retirado de <https://www.sv.uio.no/c-rex/english/groups/compendium/c-rex-compendium-print-version.pdf>
- Koehler, D. (2019, setembro). *A Threat from Within? Exploring the Link between the Extreme Right and the Military*. Retirado de <https://icct.nl/app/uploads/2019/09/ICCT-Koehler-A-Threat-from-Within-Exploring-the-Link-between-the-Extreme-Right-and-the-Military.pdf>
- Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto. Lei de Combate ao Terrorismo, Diário da República Eletrónico, Retirado de <https://dre.pt/pesquisa/-/search/656128/details/maximized>
- Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 20 de julho. Lei de Defesa Nacional. Diário da República Eletrónico.
- Lei Orgânica n.º 2/2009, de 2 de julho. *Regulamento de Disciplina Militar*. Diário da República.

- Lenos, S., & Handle, J. (2021, 12 de fevereiro). *Radicalised police, military and prison staff*. (R. Europa, Ed.) Retirado de https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/default/files/what-we-do/networks/radicalisation_awareness_network/about-ran/ran-pol/docs/ran_pol_meeting_radicalised_police_military_prison_staff_16122020_en.pdf
- Lia, B., & Skjølberg, K. (2004, janeiro). *Causes os Terrorism: An Expanded and Updated Review of the Literature*. (N. D. Research, Editor) Retirado de https://www.researchgate.net/publication/281274883_CAUSES_OF_TERRORISM_An_Expanded_and_Updated_Review_of_the_Literature
- Marcelino, V. (2020, 22 de novembro). *Organizações de neonazis e fascistas podiam ser proibidas em Portugal*. Retirado de <https://www.dn.pt/edicao-dodia/02-nov-2020/amp/organizacoes-de-neonazis-e-fascistas-podiam-ser-proibidas-em-portugal-12974510.html>
- Marchi, R. (2020). *A Nova Direita Anti-Sistema - O Caso do Chega*. Lisboa: Edições 70.
- McAdam, D. (1986, julho). *Recruitment to High-Risk Activism: The Case of Freedom Summer*. Retirado de https://www.jstor.org/stable/2779717?read-now=1&refreqid=excelsior%3A3b419c5ebe8a0e8ae4322de6f4dab1f3&seq=1#page_scan_tab_contents
- McCullough, A., & Schomerus, M. (2017, fevereiro). *What do we know about drivers of radicalization and violent extremism? Literature review*. (O. D. Institute, Ed.) Retirado de <https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/resource-documents/11405.pdf>
- Mockaitis, T. (2021, 1 de janeiro). *Extremism in the U.S. military*. Retirado de <https://thehill.com/opinion/national-security/535470-extremism-in-the-us-military>
- Mudde, C. (1995, fevereiro). *Right-Wing Extremism Analyzed. A Comparative Analysis of the Ideologies of Three Alleged Right Wing Extremist Parties (NPD, NDP, CP'86)*. (E. J. Research, Ed.) Retirado de https://works.bepress.com/cas_mudde/19/download/
- Mudde, C. (2007, agosto). *Populist Radical Right Parties in Europe*. (C. U. Press, Ed.) Retirado de https://www.researchgate.net/publication/47379651_Populist_Radical_Right_Parties_in_Europe
- Mudde, C. (2021, 3 de janeiro). *O Regresso da Ultradireita – Da Direita Radical à Direita Extremista*. Retirado de <https://visao.sapo.pt/ideias/2021-01-03-portugal-tem-de-estar-preparado-para-o-que-ai-vem-porque-so-agora-comecou-a-despontar-esta-sua-direita-radical/>
- Myatt, D. (2013, 30 de abril). *Understanding and Rejecting Extremism: A Very Strange Peregrination*. (C. I. Platform, Ed.) Retirado de <https://www.davidmyatt.info/myatt-understanding-extremism-v2.pdf>

- NATO. (2020). *AAP - 06 Nato Glossary of terms and definitions*. (NATO, Editor) Retirado de https://nso.nato.int/nso/nsdd/_CommonList.html
- NEP/INV - 001 (A1). (2020, setembro). *Procedimentos relativos à elaboração de trabalhos de investigação realizados no âmbito de cursos que não atribuem grau académico*. Pedrouços: Instituto Universitário Militar.
- NEP/INV - 003 (A3). (2020, setembro). *Estrutura e regras de citação e referência de trabalhos escritos a realizar no Instituto Universitário Militar*. Pedrouços: Instituto Universitário Militar.
- OSCE. (2014, fevereiro). *Preventing Terrorism, and Countering Violent Extremism and Radicalization that Lead to Terrorism: A Community-Policing Approach*. (O. f. Institutions, Editor, & T. T. Department, Produtor) Retirado de <https://www.osce.org/files/f/documents/1/d/111438.pdf>
- Pitcavage, M. (2020, 11 de fevereiro). *Alarming Incidents of White Supremacy in the Military—How to Stop It?* (H. A. Committee, Editor, & S. o. Personnel, Produtor) Retirado de <https://www.adl.org/media/14041/download>
- Porto editora. (2003-2021). *Dicionário infopédia da Língua Portuguesa*. (P. Editora, Ed.) Retirado de <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/ideologia>
- Proença Garcia, F. (2006, março). *As Ameaças Transnacionais e a Segurança dos Estados. Subsídios para o seu Estudo*. (R. N. Estrangeiros, Editor) Retirado de <https://scholar.google.com/citations?user=1XAzA8AAAAJ&hl=en>
- RAN. (2019, dezembro). *Audiences of right- and left-wing violent*. Retirado de https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/default/files/what-we-do/networks/radicalisation_awareness_network/about-ran/ran-c-and-n/docs/ran_c_n_audiences_of_right_left-wing_violent_extremists_2-3_11_en.pdf
- RAN Europe. (2019, dezembro). *Far-right extremism. A practical introduction*. Retirado de https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/default/files/what-we-do/networks/radicalisation_awareness_network/ran-papers/docs/ran_fre_factbook_20191205_en.pdf
- RAN Europe. (2019, 24 de janeiro). *Local-level management of far-right extremism*. Retirado de https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/default/files/what-we-do/networks/radicalisation_awareness_network/about-ran/ran-local/docs/ran_local_rotterdam_far_right_extermism_20190124_en.pdf
- RAN Europe. (2019). *Preventing Radicalisation to terrorism and violent extremism*. Retirado de https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/default/files/what-we-do/networks/radicalisation_awareness_network/ran-best-practices/docs/ran_collection-approaches_and_practices_en.pdf

- RAN Europe. (2021, 12 de fevereiro). *Radicalised police, military and prison*. Retirado de https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/default/files/what-we-do/networks/radicalisation_awareness_network/about-ran/ran-pol/docs/ran_pol_meeting_radicalised_police_military_prison_staff_16122020_en.pdf
- Sageman, M. (2004). *Understanding Terror Networks*. (T.-S. networks, Editor) Retirado de https://dl1.cuni.cz/pluginfile.php/502417/mod_resource/content/1/marc%20sageman-understanding%20terror%20networks-university%20of%20pennsylvania%20press%20%282011%29.pdf
- Santos, Á. (2016, outubro). *Segurança e Globalização: A Perspetiva dos Estudos Críticos de Segurança*. Retirado de https://academiamilitar.pt/images/site_images/Revista_Proelium/07_Alvaro_Santos.pdf
- Santos, L., & Lima, J., (Coords.) (2019). *Orientações Metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação* (2ª ed.). Pedrouços: CIDIUM.
- Schmid, A. (2014, maio). *Radicalisation, De-Radicalisation and Counter-Radicalisation*. Retirado de <https://opev.org/wp-content/uploads/2019/10/Violent-and-Non-Violent-Extremism-Alex-P.-Schmid.pdf>
- Schmid, A. P. (2013, março). *Radicalisation, De-Radicalisation, Counter-Radicalisation: A Conceptual Discussion and Literature Review*. Retirado de https://icct.nl/app/uploads/2013/03/ICCT-Schmid-Radicalisation-De-Radicalisation-Counter-Radicalisation-March-2013_2.pdf
- Schmid, A. P. (2014, maio). *Radicalisation, De-Radicalisation and Counter-Radicalisation*. Retirado de <https://opev.org/wp-content/uploads/2019/10/Violent-and-Non-Violent-Extremism-Alex-P.-Schmid.pdf>
- Schwartz, S. J., Waterman, A. S., & Dunkel, C. S. (2009, maio). *Terrorism: An Identity Theory Perspective*. Retirado de www.researchgate.net/profile/Alan-Waterman/publication/225029149_Terrorism_An_Identity_Theory_Perspective/links/5f734284299bf1b53efdf9c8/Terrorism-An-Identity-Theory-Perspective.pdf?origin=publication_detail
- Sieckelinck, S., & Gielen, A. (2018, abril). *Protective and promotive factors building resilience against violent radicalisation*. Retirado de https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/default/files/what-we-do/networks/radicalisation_awareness_network/ran-papers/docs/ran_paper_protective_factors_042018_en.pdf
- Silber, M. D., & Bhatt, A. (2007, setembro). *Radicalization in the West: The Homegrown Threat*. Retirado de https://seths.blog/wp-content/uploads/2007/09/NYPD_Report-Radicalization_in_the_West.pdf

- Simi, P., Bubolz, B., & Hardman, A. (2013, 24 de julho). *Military Experience, Identity Discrepancies, and FarRight Terrorism: An Exploratory Analysis*. Retirado de https://www.researchgate.net/publication/260780820_Military_Experience_Identity_Discrepancies_and_Far_Right_Terrorism_An_Exploratory_Analysis
- Sterkenburg, N. (2019, dezembro). *Far-right Extremism. A practical introduction*. (RAN, Editor) Retirado de https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/default/files/what-we-do/networks/radicalisation_awareness_network/ran-papers/docs/ran_fre_factbook_20191205_en.pdf
- Taşpınar, Ö. (2015, outubro). *The Problem with Radicalism*. Retirado de <https://www.thecairoreview.com/essays/the-problem-with-radicalism/>
- UN. (1948, 10 de dezembro). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Retirado de <https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>
- UN. (2015, 24 de dezembro). *Plan of Action to Prevent Violent Extremism*. Retirado de <https://www.undocs.org/A/70/674>
- UN. (2020). *Impact of COVID-19 on Violent Extremism and Terrorism*. (U. Nations, Ed.) Retirado de <https://unitar.org/learning-solutions/publications/impact-covid-19-violent-extremism-and-terrorism>
- UNODC. (2020, 2 de julho). *Technical Guide on Preventing Violent Extremism through Sports*. Retirado de https://www.unodc.org/documents/dohadeclaration/Sports/PVE/PVE_TechnicalGuide_EN.pdf
- USAID. (2009, fevereiro). *Guide to the drivers of violent extremism*. Retirado de https://pdf.usaid.gov/pdf_docs/Pnadt978.pdf
- USArmy. (2020, junho). *Violent Extremism Guide for Army Leaders and Army Security Professionals*. Retirado de https://home.army.mil/jbmhh/application/files/6416/1347/9393/AT_Violent_Extremism_Guide_web.pdf
- Ventura, J. P. (2020, 02 de novembro). *Organizações de neonazis e fascistas podiam ser proibidas em Portugal*. Retirado de <https://www.dn.pt/edicao-dodia/02-nov-2020/amp/organizacoes-de-neonazis-e-fascistas-podiam-ser-proibidas-em-portugal-12974510.html>
- Williford, A. (2019). *Blurred Lines: What Is Extremism?* (U. o. School, Ed.) Retirado de <https://repository.law.umich.edu/mjlr/vol52/iss4/7>

ESTUDO 2 – AS CÉLULAS DE INFORMAÇÕES MILITARES E O SEU CONTRIBUTO PARA A COMUNIDADE DE INTERESSE E INFORMAÇÕES E SEGURANÇA MILITARES

Luís Miguel da Silva Resende Mouta

Major de Artilharia do Exército
Colocado na Divisão de Recursos do Estado-Maior do Exército
Mestre em Ciências Militares
1149 - 065 Lisboa
mouta.lmsr@exercito.pt

Carlos Miguel C. R. Marques da Silva

Tenente-coronel de Infantaria do Exército
Colocado na Repartição de Segurança e Contrainformação do Centro de Informações e Segurança Militares
Mestre em Ciências Militares
Investigador Associado do Centro de Investigação do Instituto Universitário Militar
1449 - 027 Lisboa
silva.cmcrm@emgfa.pt

RESUMO

O presente estudo pretende avaliar na atualidade o contributo das Células de Informações Militares, e o seu papel para a Comunidade de Interesse das Informações e Segurança Militares das Forças Armadas, no quadro de emprego geral em variados Teatros de Operações. Recorreu-se a uma metodologia aliada a pensamento dedutivo, associado a uma estratégia de investigação qualitativa, com base na análise documental à doutrina vigente, complementada por outros estudos na área, assim como, e de forma fundamental, a um conjunto de entrevistas, realizadas a várias entidades intervenientes no Sistema de Informações Militares nacional. Os resultados deste estudo indicam que o contributo das Células de Informações Militares, no desenvolvimento das Informações Militares no terreno, é de alto interesse para a Comunidade de Interesse das Informações e Segurança Militares, desde o nível tático, ao nível operacional, ao nível estratégico militar, e, mediante algumas condições, até ao patamar político, atendendo às necessidades de maior conhecimento situacional. Conclui-se de igual forma que é necessário encetar esforços para o reforço e desenvolvimento contínuo nas áreas de Pessoal, Equipamento, Educação e Treino, no âmbito das Informações Militares, para assim incrementar o já relevante contributo das Células de Informações Militares.

Palavras-chave: Informações, Células de Informações Militares, Comunidade de Interesse das Informações e Segurança Militares.

1. INTRODUÇÃO

A atual conflitualidade é abrangente e de caráter de mutável, incerta e diversificada, constituindo-se assim também um desafio a todo o Sistema de Informações Militares (SIM) que nela opera. Existe assim a necessidade de permanente adaptação das operações ligadas às Informações, às diferentes ameaças, perenes ou conjunturais, à área de operações, e ao ambiente operacional em que se inserem. Tal implica que se mantenha ou adquira muito rapidamente e com um elevado nível de detalhe, também um *conhecimento cultural* específico na área de operações, e nestas circunstâncias, aumenta o grau de dificuldade e de complexidade em determinar não só quem constitui “o inimigo”, mas também as possíveis modalidades de ação que este poderá desenvolver (Estado-Maior do Exército [EME], 2009).

As Células de Informações Militares (CIM) nacionais foram empregues em variados teatros de operações (TO), e têm participado ativamente para a construção do conhecimento situacional (Bartolomeu, 2013), constituindo uma origem única e particular de todo o processo e ciclo de produção de Informações Militares (IM).

Em 2018, foram estabelecidos, pelo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), os Termos de Referência (TOR) para a Comunidade de Interesse das Informações e Segurança Militares das Forças Armadas (CIISM), tendo esta comunidade como objetivo fundamental a partilha de Informações “de qualidade e oportunas de modo coordenado e colaborativo que satisfaçam as necessidades inerentes ao planeamento e à conduta das missões das forças armadas e das ações do âmbito das Informações, Contrainformação e da Segurança militar” (Estado-Maior General das Forças Armadas [EMGFA], 2018).

Desta maneira, importa no seio das Forças Armadas (FFAA) aprofundar o estudo sobre as CIM, depreender os principais desafios na operacionalização do seu conceito, destacar a sua interação, como um órgão de Informações Militares (OIM), parte das entidades envolvidas na organização nacional das IM, e importa compreender como promover a eficiência da CIISM.

A investigação no presente trabalho tem como objeto de estudo as IM, focado na análise das CIM, enquanto um OIM, e os seus potenciais contributos ao fórum da CIISM.

A delimitação da investigação no presente trabalho é deste modo concretizada nos domínios temporal, conceptual e espacial (Santos & Lima, 2019). No que toca ao âmbito do domínio conceptual, a investigação tem enfoque no estudo das IM, mais especificamente sobre o contributo das CIM e a sua relação com a CIISM nacional, no que toca a delimitação espacial a investigação foca-se nos vários OIM nacionais, onde também se considera o emprego das CIM ao abrigo das missões

desenvolvidas pelas FFAA, no âmbito das Forças Nacionais Destacadas (FND).

Em termos temporais, o presente trabalho pretende uma análise em específico desde a última reestruturação legislativa ao nível das FFAA, em 2014, e até à atualidade, pois é na contemporaneidade que mais importa a procura de melhoria e evolução, quer de processos, como de resultados.



Figura 1 – Delimitação da investigação e objeto do estudo

O presente trabalho de investigação individual (TII) tem como objetivo geral (OG): Avaliar o contributo das CIM enquanto instrumento contribuinte para a CIISM.

De forma a conseguir cumprir com o objetivo geral da investigação, foi tido como necessário substantificar os seguintes objetivos específicos (OE), que se encontram elencados concorrentemente de acordo com o OG:

- OE 1: Analisar o enquadramento legal relativo às IM;
- OE2: Caracterizar a CIISM das FFAA portuguesas;
- OE 3: Analisar o contributo das CIM nacionais no âmbito das IM.

O problema em investigação assume-se como elemento fulcral no percurso metodológico, uma vez que dele derivam a formulação da Questão Central (QC) e respetivas Questões Derivadas (QD) (Santos & Lima, 2019). Para o presente trabalho foi elencada como QC: De que modo pode uma CIM contribuir para a eficiência da CIISM?

A partir do OG e respetivos OE, e atendendo a questão orientadora da pesquisa, foram elencadas as seguintes QD:

- QD 1: Qual o enquadramento legal relativo às IM?

- QD 2: Como se caracteriza a CIISM?
- QD 3: Qual o contributo das CIM no âmbito das IM?

O trabalho organiza-se em cinco capítulos distintos. No seguimento da presente *Introdução*, no segundo capítulo é apresentado um enquadramento conceptual, plasmado no quadro teórico de referência, com exposição de teorias e conceitos considerados estruturantes ao presente artigo, assim é apresentado o modelo de análise delineado para o estudo. No terceiro capítulo é explanada a metodologia, referente a tipo de raciocínio utilizado, estratégia para a investigação e desenho de pesquisa que enforma a investigação.

No quarto capítulo é feita apresentação dos dados, e discussão dos resultados, onde para além de se aprofundar o entendimento sobre o quadro legal relativo às IM nacionais, é feita a caracterização da CIISM, assim como o seu modelo de cooperação associado, examinando-se também o papel, o conceito de emprego, e a operacionalização das CIM.

No quinto capítulo, materializado em *Conclusões*, é apresentada súmula dos resultados a este estudo, contributos para o conhecimento, recomendações, assim como limitações da investigação, e propostas a possíveis estudos subsequentes.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

Neste capítulo concretiza-se um enquadramento teórico sobre o tema em estudo, nomeando os conceitos estruturantes que permitem enquadrar a investigação, com destaque aos conceitos de *Informações*, *Segurança Militar*, *Contrainformação*, *Ameaça*, *Ciclo de Produção de Informações*, e *Princípios das Informações*, assim como, é descrito em subcapítulo próprio, o modelo de análise adotado no presente estudo.

2.1. REVISÃO DE LITERATURA

Com base em documentação enquadrante, essencialmente patente na legislação e na doutrina, nacional e da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), bem como em estudos anteriormente elaborados no seio da comunidade académica, e da comunidade mais especializada, no presente capítulo procede-se a apresentação de um breve enquadramento conceptual, teorias e conceitos estruturantes.

A expressão *Inteligência* na atualidade é já também assumida no léxico da língua portuguesa um significado próprio às atividades de Informações, equiparado ao conceito de *Intelligence* (INTEL) no léxico anglo-saxónico, enquanto “entidades ou conjunto de pessoas que se dedicam à recolha de informações sigilosas relativas

à segurança de um Estado ou governo, ou a setores estratégicos da sociedade; serviços secretos” (Dicionário infopédia da língua portuguesa, s.d.).

No âmbito de doutrina de referência NATO, o conceito de INTEL, e doravante designado neste estudo por também por **Informações**, é descrito como: “*product resulting from the directed collection and processing of information regarding the operating environment and the capabilities and intentions of actors, in order to identify threats and offer opportunities for exploitation by decision-makers*” (NATO, 2020, p. 2-1).

O conceito específico de Informações no Exército português, é caracterizado também como sendo o “produto resultante do processamento de notícias respeitantes a nações estrangeiras, organizações ou elementos reais ou potencialmente hostis, ou áreas de operações atuais ou potenciais” (EME, 2009, p. 1-6).

Sobre o conceito de *Segurança Militar*, a mesma doutrina define-o como sendo:

[...] conjunto de medidas e disposições ativas e passivas, tomadas como proteção contra interferências, observação, espionagem e sabotagem, com a finalidade de impedir a surpresa, garantir a liberdade de ação, preservar o segredo e evitar a subversão, a captura ou aniquilamento do pessoal, bem como a destruição, dano ou roubo do material e instalações [...]. (EME, 2013, p. 1-1)

No que toca ao conceito de *Contrainformação* a mesma doutrina nacional define-o como sendo “o conjunto de atividades relacionadas com a identificação e neutralização da ameaça à segurança, constituída por serviços de informações e organizações hostis ou por indivíduos relacionados com espionagem, sabotagem, subversão ou terrorismo” (EME, 2013, p. 1-2).

Para o presente estudo, e no que se relaciona a definição em particular de IM, assume-se como sendo “o processo sistemático recolha, processamento, análise e disseminação de um produto de apoio à decisão decorrente da prévia manifestação de necessidades identificada ou não pelos decisores com interesse militar” (Silva, 2018, p.7).

Segundo Rogério (2002, p. 940) quanto à distinção entre Informações ditas “militares” e Informações “civis”, tem sido apreciada em várias vertentes, sendo que em questão de uma possível distinção em razão da matéria “pode significar, por um lado que os serviços tratam respetivamente, de «informações essencialmente militares» (ou de defesa militar), e de todas as outras”.

Segundo o mesmo autor, pode ainda ser também uma distinção em razão de forma, ou de estrutura, “que uns serviços são guarnecidos por militares, e outros por civis, subordinando-se os primeiros a uma instituição relacionada com as Forças Armadas (Estado-Maior, Chefia de um Ramo, Ministério da Secretaria da

Defesa) e os segundos a uma tutela civil” (Rogério, 2002, p. 940).

Pela resolução do Conselho de Ministros n.º19/2013, de 5 de abril, foi aprovado o atual Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) que estabeleceu como linhas de ação “no âmbito do vetor estratégico relativo ao exercício da soberania nacional, a neutralização de ameaças e riscos à segurança nacional, a adaptação e racionalização de estruturas e a rentabilização de meios e capacidades...”.

Considera-se que relativamente ao conceito de *Ameaça*, “depende da intenção e da capacidade do inimigo, interno ou externo, atual ou potencial”, e pode manifestar-se nas várias áreas: “Terrorismo, Espionagem e/ou outras atividades de informação, Subversão e outras formas de neutralização do pessoal, Sabotagem do material e instalações, Crime Organizado e Agitação Social” (EME, 2013, p. 1-4)

Especificamente ao conceito de Ameaça, considera-se no presente estudo, a definição de Couto (1987), sendo assim relativa a qualquer acontecimento ou ação, de natureza variada e proveniente de uma vontade consciente que contraria a consecução de um objetivo e que, por norma, é causador de danos materiais ou morais.

A relação entre dados obtidos, quer ao seu processamento a informação utilizável para a produção de conhecimento, é intimamente associada a um processo de tomada de decisão, e pode-se considerar reflexivo em três vários domínios conforme Figura 2.

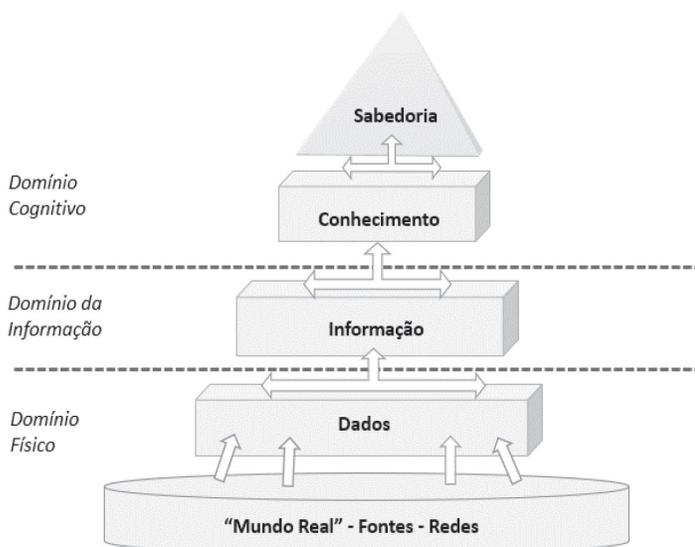


Figura 2 – Pirâmide Cognitiva associada ao Processo de Tomada de Decisão

Fonte: Adaptado a partir de Nunes (2016, p.35).

Os *dados* são factos ou simples produtos de observação. Por *Informação* considera-se a integração de vários dados agrupados, organizados, que tornam significado num determinado contexto, e que vêm responder a “quem”, “o quê”, “onde” e “quando” (NATO, 2020, p. B-1).

No plano do *Conhecimento e Sabedoria* associa-se então o conceito de *Informações*, que respondem às necessidades dos comandantes e decisores. As *Informações* são assim baseadas nos dados disponíveis, na informação integrada e formulada, e que por associação permitem neste patamar responder também às questões de “porquê” e “como” (NATO, 2020, p. B-1).

O Ciclo de produção de *Informações* (CPI) é considerado como o modelo conceptual, e doutrinário, que explica o desenvolvimento das atividades das *Informações*, e de acordo com o Quadro 1 verifica-se que o seu desenvolvimento tem uma aceitação bastante semelhante e transversal entre as várias comunidades de *Informações*, sejam elas militares ou civis.

Quadro 1 – Matriz comparativa das fases constituintes do CPI

Referências					
Exército Português	NATO	Goldman	U.S. National Intelligence	Lowenthal	Waltz
Orientação do Esforço de Pesquisa	Orientação	Necessidade de atualização de novas informações	Planeamento e Orientação	Identificação de Requisitos	Planeamento e Orientação
Pesquisa	Pesquisa	Criação e Pesquisa	Pesquisa	Pesquisa	Pesquisa
Processamento	Processamento	Processamento	Processamento e Exploração	Processamento e Exploração	Processamento
Disseminação	Disseminação	Disseminação	Análise e Produção	Análise e Produção	Análise e Produção
		Utilização	Disseminação	Disseminação	Disseminação
		Armazenamento		Consumo	
		Disponibilização	Avaliação	Feedback	

Fonte: Silva (2018, p. 29).

O CPI constitui-se assim, e seguindo em linha com doutrina NATO, como uma “sequência de atividades através das quais a informação é obtida, analisada, convertida em *Informações*, e disponibilizada aos utilizadores”, congregando um conjunto de quatro fases, não necessariamente sequenciais: *Direction* (Orientação), *Colection* (Pesquisa), *Processing* (Processamento) e *Dissemination* (Disseminação) (NATO, 2020, p. 4-1 - 4-2) (Figura 3).

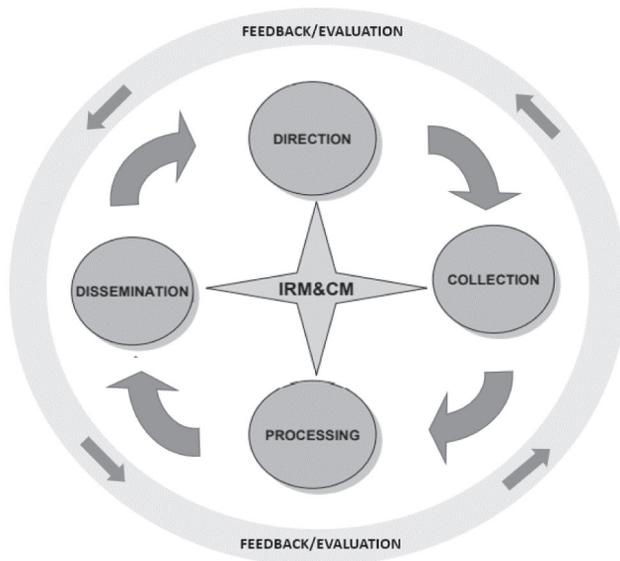


Figura 3 – Fases do CPI⁹
Fonte: Adaptado a partir de NATO (2020).

A fase *Orientação* do CPI relaciona-se ao conjunto de necessidades de Informação, ao esforço na recolha de Informação, pautado pela emissão de ordens às unidades assim como pedidos aos órgãos de pesquisa disponíveis (NATO, 2020, p. 4-1).

A fase *Pesquisa* no CPI relaciona-se ao trabalho de exploração pelas várias fontes e órgãos de pesquisa, assim como a entrega dos dados, às unidades e órgãos apropriados ao processamento das mesmas (NATO, 2020, p. 4-1).

A fase *Processamento* no CPI relaciona-se ao processo de avaliação, análise, integração, classificação e interpretação dos resultados da fase anterior desenvolvendo agora as Informações (NATO, 2020, p. 4-4).

A fase *Disseminação* no CPI relaciona-se à divulgação das Informações aos utilizadores que delas necessitam, em tempo oportuno e de acordo com os requisitos de segurança estabelecidos e com as necessidades elencadas pelos mesmos, requerendo uma rotina de retorno (*feedback*) (NATO, 2020, p. 4-1).

Enquanto produto, destinado a utilizadores, em especial considerando a sua importância para decisores, as Informações devem ser dotadas de Valor, assim

⁹ “IRM & CM” refere-se a *Intelligence Requirement Management and Collection Management*, associado a gestão dos requisitos de informação, e gestão da coleta de informações, em proveito ao planeamento e execução das operações.

como providas de uma elevada Qualidade.

Em termos de avaliação da *Qualidade*, podem-se considerar um conjunto de características às Informações, que derivam em particular de doutrina americana, visto ao nível nacional e NATO não as elencar de forma incisiva, para serem consideradas Informações de excelência, designadamente: *Antecipatórias, Oportunas, Precisas, Utilizáveis, Completas, Relevantes, Objetivas, Disponíveis*.

Quer no âmbito NATO, como no âmbito nacional destacam-se três níveis de Informações, distintos e hierarquizados, nomeadamente: *Estratégicas, Operacionais e Táticas*.

As *Informações Estratégicas* são informações que visam dar “resposta às necessidades colocadas pelos governos nacionais, cobrindo todo o espectro de assuntos militares, diplomáticos, políticos e económicos, nacional e internacional”, e que contribuem à “formulação de planos políticos e militares, a nível nacional e internacional” (EME, 2009, p.1-6).

As *Informações Operacionais* são “informações necessárias para o planeamento e conduta de campanhas ao nível operacional” designadamente “as informações necessárias ao planeamento, execução e apoio a campanhas e operações” e em proveito direto das chefias militares dessas campanhas e operações (EME, 2009, p.1-6).

As *Informações Táticas* são as informações “necessárias ao planeamento e conduta de operações táticas” e “usadas ao nível dos quartéis-generais das unidades de baixos escalões” (EME, 2009, p.1-7).

No âmbito da produção de Informações, consideram-se várias disciplinas de pesquisa, designadamente, *acoustic INTEL* (ACINT), *human INTEL* (HUMINT), *imagery INTEL* (IMINT), *measurement and signature INTEL* (MASINT), *open-source INTEL* (OSINT), *signals INTEL* (SIGINT), *communications INTEL* (COMINT), *electronic INTEL* (ELINT) e *geospacial INTEL* (GEOINT) (NATO, 2020, p.3-1).

Importa ainda destacar, e seguindo o referido ao nível de doutrina nacional, os princípios orientadores básicos que devem nortear a produção de Informações, a organização e as atividades que conduzem o processo de Informações:

[...] *Controlo Centralizado*. As informações devem ser controladas de forma centralizada, para evitar a duplicação de trabalho não autorizado, fornecer o apoio mútuo e assegurar o uso eficiente e económico de todos os recursos;

Oportunidade. As informações são inúteis se chegarem ao seu destino demasiado tarde. Pela mesma razão, o sistema através do qual são atribuídas as ordens de pesquisa às origens e órgãos, deve ser capaz de reflectir, sem atraso, quaisquer alterações significativas nas necessidades ou prioridades de informações;

Exploração Sistemática. As origens e órgãos devem ser explorados de forma

sistemática e metódica, com base no conhecimento das suas capacidades e limitações;

Objetividade. Deve-se resistir a toda a tentativa de distorcer a informação para servir ideias pré-concebidas;

Acessibilidade. As notícias e as informações relevantes devem ser imediatamente disponibilizadas às células de informações e aos utilizadores. Todas as notícias e informações devem ser processadas pelas células de informações, que as compara com os dados obtidos antecipadamente. As informações não têm nenhum valor se não forem disseminadas ou não estiverem acessíveis àqueles que delas necessitam;

Capacidade de Resposta. A célula de informações deve antecipar-se e ter capacidade de resposta às necessidades de informações do comandante, em todos os momentos;

Proteção da Fonte. Todas as fontes de informação devem ser protegidas adequadamente;

Revisão Contínua. As informações devem ser continuamente revistas onde se torne necessário, tendo em consideração toda a informação nova e comparando-a com a já existente. (EME, 2009, p. 1-3)

Segundo Rogério (2002), o sentido de pertença a uma *comunidade de Informações* não trata apenas da troca, confirmação e trabalho de dados ocasionados por aliados ou por outros membros de entidades coletivas em que se integre o nosso sistema, mas também:

[...] através da manutenção de um sistema moderno de *intelligence*, sustentar – pelo conhecimento e pela análise – a crescente necessidade de viver e actuar no ecossistema, quer em missões de apoio a paz, quer em tarefas de cooperação no mundo lusófono, quer ao serviço de acordos e tratados estabelecidos e honrados, quer no quotidiano da existência do Estado Português. (Rogério, 2002, p. 915)

2.2. MODELO DE ANÁLISE

O presente estudo é desenvolvido de acordo com o modelo de análise presente no Quadro 2, correlacionando os OE delineados com os conceitos estruturantes destacados, as dimensões equacionadas de análise, e os indicadores que se pretendem indagar.

Quadro 2 – Modelo de análise

Objetivo Geral	Avaliar o contributo das CIM enquanto instrumento contribuinte para o CIISM?				
Questão Central	De que modo pode uma CIM contribuir para a eficiência da CIISM?				
Objetivos Específicos	Questões Derivadas	Conceitos	Dimensões	Indicadores	Instrumentos de recolha de dados
OE 1: Analisar o enquadramento legal relativo às Informações Militares	QD 1: Qual o enquadramento legal relativo às Informações Militares	Informações Militares	– Legal – Organizacional	– Legislação – Responsabilidades – Estruturas	Documentação enquadrante; Entrevistas semiestruturadas.
OE 2: Caracterizar a CIISM das FFAA portuguesas	QD 2: Como se caracteriza a CIISM?	Comunidade de Interesse Informações e Segurança Militares	– Organização – Atividades – Conhecimento	– Colaboração – Cooperação – Comunicação	Documentação enquadrante; Entrevistas semiestruturadas.
OE 3: Analisar o contributo das CIM nacionais no âmbito das IM.	QD 3: Qual o contributo das CIM no âmbito das IM?	Ciclo de Produção de Informações Célula de Informações Militares	– Organização – Atividades – Conhecimento	– Estrutura – Relevância – Qualidade	Documentação enquadrante; Entrevistas semiestruturadas.

No enfoque da relação entre o CISMIL enquanto OIM, com o SIED no SIRP, apresentada por Silva e Ribeiro (2018), destacam-se vários possíveis níveis de ligação. No caso do presente estudo, e particularmente na avaliação da relação efetiva entre os intervenientes da CIISM, procura-se uma reflexão sobre a perceção atual das ligações na CIISM entre os vários OIM, em especial no que se relaciona aos níveis de Colaboração, Cooperação e Comunicação, com um entendimento similar em descrição, constante na Tabela 1.

Tabela 1 – Níveis de Ligação entre os Serviços de Informações

Ligação	Descrição
Cooperação	Acordo entre entidades sobre quem faz o “quê”. Exige definição clara de responsabilidades a fim de evitar eventuais zonas “cinzentas” que comprometam a satisfação da necessidade de informações.
Colaboração	Processo de análise integrante, ou seja, de forma conjunta, resultando na produção de um só produto. É efetuado numa base pontual, de acordo com a rentabilização de especialistas em determinados tópicos, pertencentes a organizações diferentes.
Comunicação	Conhecimento sobre os produtos efetuados entre Organizações.

Fonte: adaptado a partir de Silva e Ribeiro (2018).

No âmbito do estudo a investigação foi focalizada, no caso específico das CIM, nos domínios – *estrutura, atividades e conhecimento* – materializando vetores enquadrantes da análise de um OIM (Silva e Ribeiro, 2018).

3. METODOLOGIA E MÉTODO

No presente capítulo apresenta-se o raciocínio e a estratégia de investigação, assim como o desenho de pesquisa delineado. Adicionalmente, identificam-se os participantes no estudo, o procedimento adotado, e são descritos os instrumentos de recolha e as técnicas de tratamento de dados empregues.

3.1. METODOLOGIA

O trabalho e temática associada, no domínio das *Ciências Militares*, enquadram-se na área das *Operações Militares*, segundo tipificado no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 249/2015, de 28 de outubro, mais especificamente na subárea das *Informações Militares*.

Na presente investigação adota-se um posicionamento ontológico de *construtivismo* na medida em que se procura visualizar os fenómenos sociais com base em interações entre atores e entre estes e fenómenos envolventes, que lhes assiste um caráter de realidade própria, concreta e válida no seu contexto particular (Santos & Lima, 2019).

Assume-se um posicionamento epistemológico *interpretativista* relativamente à investigação, por considerar que “o mundo social, ao ser formado por indivíduos e pelas suas interações, não pode nem deve ser estudado a partir dos princípios, ferramentas e técnicas das ciências naturais” (Santos & Lima, 2019, p.18).

A investigação segue uma análise da informação adquirida, através de raciocínio dedutivo, procurando fortalecer uma visão desenvolvida do fenómeno, “partindo da teoria em busca de uma verdade particular” que permita consolidar perspetivas, e contributos para o futuro (Santos & Lima, 2019, p. 19).

Foi adotada uma estratégia de investigação do tipo qualitativo, sendo que o objetivo do estudo passa pela procura de um entendimento mais profundo e subjetivo do objeto de estudo, sem recurso primordial a medições e a análises estatísticas, embora também empregues (Santos & Lima, 2019).

O desenho da pesquisa assenta no *estudo de caso*, visto ter sido estudado o fenómeno e o seu contexto, procurando recolher informação detalhada sobre uma única unidade de estudo (Santos & Lima, 2019, p.36) Um *caso* é metodologicamente compreendido como uma unidade de análise, “que pode ser um individuo, o papel desempenhado por ele ou por uma organização, um pequeno grupo, uma comunidade ou até mesmo uma nação (Vilelas, 2009, p. 141), pelo que no presente estudo se refere em concreto às IM, e a OIM, no quadro específico de atuação das CIM, assim como da CSIIM das FFAA portuguesas.

3.2. MÉTODO

3.2.1. Participantes e procedimento

A seleção de entrevistados convencionou-se numa amostra não probabilística e intencional (Santos & Lima, 2019, p. 66), em três áreas de especialistas: responsáveis pertencentes ao principal órgão responsável pela coordenação e produção de IM; a chefes de CIM nacionais empregues em TO; e a outros especialistas na área das IM e no âmbito dos vários OIM nos diferentes Ramos nas FFAA. A definição da amostra a estas entrevistas estabeleceu-se assim para a obtenção de vários contributos de entidades com experiência profissional de relevo, com conhecimentos técnicos e conceptuais na área das Informações, especificamente das IM, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Lista de entrevistados e respetivos cargos/desempenho de funções

Entrevistados participantes	Cargo ou desempenho de função
Tenente-coronel Fernando Jorge Marques Machado	Chefe da 1.ª FND Célula de Informações Nacional na República Centro-África (2020)
Tenente-coronel Carlos Cavaco	Chefe da 2.ª FND Célula de Informações Nacional na República Centro-África (2021)
Coronel Artur José Lima Castanha	Chefe da Repartição de Planeamento / CISMIL
Tenente-coronel Sérgio Bruno Quintas Rosado Gião	Chefe CIM Jordânia (2019)
Tenente-coronel João Paulo Catrola Martins	Chefe da Repartição de Informações e segurança Militar, da Divisão de Cooperação, Operações, Informações e Segurança do Estado-Maior do Exército
Tenente-coronel César Miguel Santinho Garcia	Chefe do Centro de Segurança Militar e de Informações do Exército
Coronel José Magro	Chefe de Repartição de Segurança e Contrainformação / CISMIL
Coronel Armando de Jesus Marques Leitão	Chefe de Repartição de Produção / CISMIL
Capitão-de-mar-e-guerra Paulo Jorge Cardoso Paiva Lopes	Chefe de Repartição de Coordenação e Gestão da Pesquisa / CISMIL
Capitão-de-mar-e-guerra Encarnação Gomes	Chefe de CIM Afeganistão
Capitão-de-mar-e-guerra Batista Pereira	Chefe de Divisão de Informações do Estado Maior da Armada
Tenente-coronel Diamantino Fernandes	Chefe da Repartição de Informações Militares do Comando Aéreo

3.2.2. Instrumentos de recolha de dados

Os instrumentos de recolha de dados foram efetuados recorrendo à análise documental e à entrevista. A condução de entrevistas exploratórias, foram concretizadas em forma de entrevista não-estruturada, sendo que na segunda fase da investigação seguiram a forma de entrevista semiestruturada, recorrendo a um guião formal com a disposição das perguntas a abordar na entrevista (Santos & Lima, 2019, pp. 28-29).

3.2.3. Técnica de tratamento dos dados

Como técnica de tratamento dos dados realizou-se uma análise de conteúdo qualitativo relativo a documentação disponível sobre a temática, assim como a análise de conteúdo qualitativo sobre as respostas obtidas nas entrevistas, conforme as dimensões abordadas e equacionadas no modelo de análise já exposto, segundo três fases organizadas em: pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (Bardin, 2004, p.89).

Procurou-se metodizar e sistematizar fragmentos das respostas dos entrevistados considerados relevantes e determinantes para cada pergunta, quer em unidades de contexto, como em unidades de resposta, e segundo uma correlação entre estas últimas, a fim de suportar a análise qualitativa, e sustentar as inferências e discussão de resultados que são apresentadas no quarto capítulo.

4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No presente capítulo pretende-se apresentar o enquadramento legal relativo às IM, com base na legislação em vigor, nas estruturas que enquadra, e nas responsabilidades inerentes, apoiando também uma reflexão sobre a sua adequabilidade. Em seguida é efetuada a caracterização da designada CIISM das FFAA, procurando para além da sua apresentação, observar o desempenho, e grau de concretização efetiva no campo da colaboração, cooperação e partilha entre os vários intervenientes. Focando na operacionalização das CIM nacionais é espelhado a forma de concretização, atuação e estruturação genérica, os seus objetivos e o papel, destacando a relevância do seu contributo para as IM e para a CIISM. Por fim, são apresentadas as considerações sobre os dados apresentados e respetiva discussão, e como resultado final, em resposta à QC elencada no presente estudo.

4.1. INFORMAÇÕES MILITARES – ENQUADRAMENTO LEGAL

De acordo com a Lei-Quadro do SIRP, Lei n. 30/84, na sua quinta alteração pela Lei Orgânica (LO) n.º 4/2014, de 13 setembro, nos termos do n.º 2 do art.º 2.º, estabelecem-se as bases gerais do SIRP, a quem “aos serviços de informações incumbe assegurar, no respeito da Constituição e da lei, a produção de informações necessárias à preservação da segurança interna e externa, bem como à independência e interesses nacionais e à unidade e integridade do Estado”.

Nos termos do n.º 1 do art.º 34.º do mesmo legislativo, verifica-se que “não prejudica as atividades de informações levadas a cabo pelas FA e necessárias ao cumprimento das suas missões específicas e à garantia da Segurança Militar”. No entanto, e conforme n.º 2 do seu artigo 34.º, o acompanhamento e fiscalização pelo

Conselho de Fiscalização do SIRP (CFSIRP) estende-se também à produção de informações feita pelas FFAA, assim como a troca de informações entre serviços de informações portugueses e outros parceiros, de forma bilateral ou multilateral. Também nos termos do art.º 18.º, relativa ao Conselho Superior de Informações, presidido pelo Primeiro-Ministro, destaca-se a participação na sua composição do próprio CEMGFA.

Já pelo exposto no Decreto-Lei n.º 184/2014, que aprova a Lei Orgânica do Estado-Maior-General das FFAA (LOBOFA), e no seu art.º 11.º compete ao CEMGFA:

[...] dirigir o Centro de Informações e Segurança Militares de natureza estratégico-militar e operacional, em proveito do planeamento e conduta das missões cometidas às Forças Armadas e das ações necessárias à garantia da segurança militar, em articulação com os chefes de estado-maior dos Ramos, designadamente nos aspetos relativos à uniformização da respetiva doutrina e procedimentos e à formação de recursos humanos [...]. (Decreto-Lei n.º 184/2014)

No âmbito das competências específicas ao órgão CISMIL confere a missão de:

[...] “assegurar a produção de informações necessárias ao cumprimento das missões das Forças Armadas e à garantia da segurança militar” e “no âmbito das suas atribuições específicas, promover, de forma sistemática, a pesquisa, a análise e o processamento de notícias e a difusão e arquivo das informações produzidas” [...].

Em conformidade com o disposto no art.º 33º do Decreto-Lei nº184/2014, de 29 de dezembro, o CISMIL é chefiado por um Comodoro ou Brigadeiro-general, articula-se da seguinte forma:

- A Repartição de Planeamento;
- A Repartição de Coordenação e Gestão da Pesquisa;
- A Repartição de Produção;
- A Repartição de Segurança e Contrainformação;
- Secção de Apoio.

O Decreto-Regulamentar 13/2015, de 31 de julho, que aprova a orgânica do EMGFA, por seu lado, aporta em detalhe a organização e responsabilidades das várias repartições do CISMIL.

Considera-se assim, que as IM são efetivamente uma incumbência das FFAA, cabendo ao CISMIL, que depende do Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA).

Como refere Fonseca (2014) o CISMIL enquanto entidade militar responsável pelas Informações e Segurança Militares, dispõe de capacidade autónoma de pesquisa de informação, levada a cabo quer ao nível estratégico, através do próprio CISMIL, e ao nível operacional-tático, através dos Ramos das FFAA, sendo que no âmbito de operações no exterior do território nacional, que são coordenadas pelo CEMGFA, é o CISMIL responsável por constituir, preparar, gerir e controlar as CIM a projetar.

No campo específico da fiscalização das atividades dos serviços do SIRP, esta é atribuída ao CFSIRP, no n.º 1 do art.º 9º da já referida LO 4/2014. O CFSIRP responde diretamente à Assembleia da República, no mínimo semestralmente, na forma de “emissão de pareceres”, “sobre o funcionamento do SIRP”, que nesta forma assumem um caráter público e não classificado, sendo quando necessário maior detalhe, é feita audiência à porta fechada e em sede de comissão parlamentar, sujeita a dever de sigilo (CFSIRP, 2019, p. 3).

Segundo o parecer reportado a todo o ano de 2019, CFSIRP reitera um conjunto de propostas já efetuadas em pareceres anteriores, onde destaca, entre outras, a sua:

[...] ambição de aperfeiçoamento da articulação do labor dos Serviços de Informações, seja no seio do Sistema de Segurança Interna, incluindo a investigação criminal, seja com a produção de informações e a própria operação das Forças Armadas contribuindo para uma densificação, conceptual e funcional, entre os momentos da *segurança interna* e da *defesa nacional* [...]. (CFSIRP, 2019, p. 6)

O próprio CFSIRP advoga tal necessidade, com base nas características das ameaças vigentes na atualidade, que requerem a maior atenção, quer por “capacidades nacionais absolutas de resposta”, quer por “coordenação das diferentes capacidades existentes ou a erigir”, e enfatiza o papel insubstituível dos serviços de informações “na deteção das conhecidas e concretizáveis ameaças que impendem sobre o País e sobre os espaços onde preponderam interesses portugueses” (CFSIRP, 2019, p. 6-7).

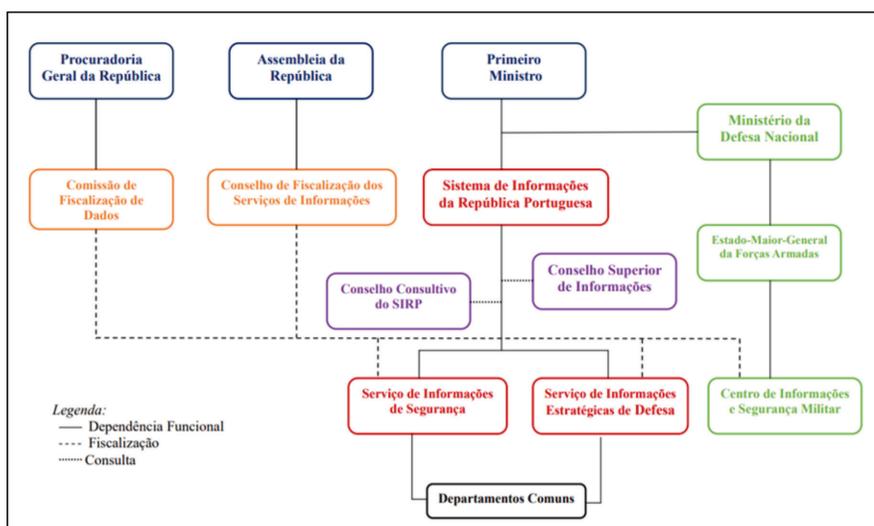


Figura 4 – Organização do Sistema de Informações da República Portuguesa

Fonte: Cardoso (2013).

O EMGFA e SIRP, já em dezembro 2018, assinaram um protocolo destinado a aprofundar a cooperação ao nível operacional, desde o nível da partilha de dados e informações, ao nível da formação. Neste âmbito em declarações ao jornal Diário de Notícias, o exmo. Ministro da Defesa, João Gomes Cravinho, destaca que “é um protocolo de enorme relevância política e operativa”, que:

[...] veio criar um enquadramento institucional para o relacionamento entre o SIRP e o CISMIL ... que funciona no âmbito do EMGFA, que carecia de desenvolvimento desde os anos 90, quando foi criado o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED) e instituído o SIRP. (Marcelino, 2018)

No que se relaciona a este protocolo, destacam-se três grandes passos e objetivos, assim reforçados:

- O SIRP em apoio preparatório aos militares para a realização de missões internacionais, para análise e planeamento nos vários TO.
- A troca de IM recolhidas durante as operações no terreno com os serviços secretos nacionais, que possam ser relevantes.
- O SIRP em coordenação de ações de formação académica para militares, designadamente numa pós-graduação de análise de informações, no IUM.

Este protocolo é assente no interesse mútuo, expresso pelo próprio CEMGFA na sua *Diretiva Estratégica 2018-2021*, de 18 de abril de 2018, onde refere:

[...] a direção que o EMGFA deve seguir, numa lógica de estreita colaboração, abertura e entretajuda com os Ramos das Forças Armadas, os demais órgãos do Ministério da Defesa Nacional (MDN) e de outras entidades com responsabilidades no âmbito da segurança nacional”, como concretizado também no alinhamento do objetivo estratégico: “Aprofundar a cooperação operacional com o SSI¹⁰ e o SIRP. (CEMGFA, 2018)

A atual Secretária-Geral do SIRP, Embaixadora Graça Mira Gomes, fortalece a apreciação de que o papel das FFAA tem sido bem alcançado, no que se relaciona à própria satisfação de necessidades de Informação, quando ocorrem, e destaca a estreita relação entre o SIRP e o CISMIL. Salienta também que a legislação atual não permite a partilha de bases de dados, ou partilha em tempo real, à exceção de pedidos muito específicos, entre OIM e o SIRP (cfr. Gomes, G.M. em conferência a CEM-C 20/21, 12 de janeiro de 2021).

Em relação aos vários Ramos das FFAA, o Decreto-Lei n.º 185/2014, de 29 de dezembro, aprova a LO da Marinha, definindo o Centro de Gestão e Análise de Dados Operacionais na dependência do Comandante Naval, e tendo como missão “apoiar a gestão da informação e do conhecimento, no âmbito da superioridade de

¹⁰ Sistema de Segurança Interna (SSI).

informação e de decisão”.

No seguimento do Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro, e segundo o Decreto Regulamentar n.º 11/2015, de 31 de julho, o CSMIE constitui-se como órgão de base e aprontamento de forças do Exército, ao qual recai as competências de “definir normas e procedimentos nas áreas das informações militares, contrainformação e segurança militar do Exército”, assim como, “estabelecer um canal técnico, no âmbito das informações militares, com o CISMIL”, entre outras.

O Decreto-Lei n.º 187/2014, de 29 de dezembro, aprova a LO da Força Aérea e o Decreto Regulamentar n.º 12/2015, de 31 de julho, aprova a orgânica da FA, no entanto não esclarecem a dependência e missão da Repartição de IM do Comando Aéreo.

Ainda no que concerne aos Ramos, e de acordo com o previsto em cada LO específica, o Chefe do Estado-Maior do Exército, o Chefe do Estado-Maior da Armada, e o Chefe de Estado-Maior da Força Aérea, relacionam-se diretamente com o CEMGFA nos aspetos respeitantes às Informações e Segurança militares.

A opinião é repartida entre os vários participantes ao presente estudo, conforme dados constantes em Figura 5, sobre a suficiência do atual enquadramento legal relativo às IM, e ao desempenho das atividades de Informações, no caso nacional. Tal revela, e nos restantes dados, uma constatação de que melhorias podem ser afetas ao que já está concretizado ao nível da moldura legal já referida e descrita anteriormente.

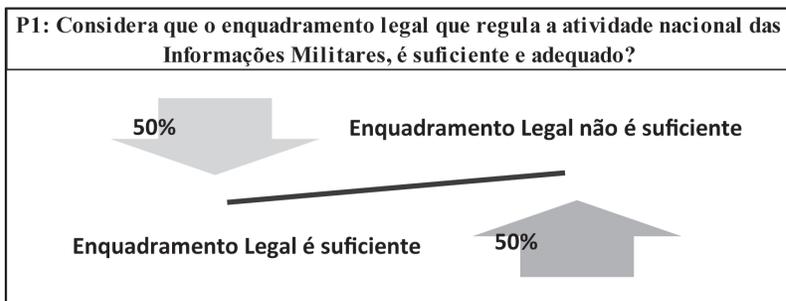


Figura 5 – Pergunta 1, em percentagem incidência de unidades de registo

A inadequabilidade ou insuficiência aludida pelos participantes prende-se essencialmente com a eventual falta de quadro legal mais específico de atuação, como existe no SIRP, visto que o quadro legal para as IM não permite uma clarificação sobre o estatuto dos operacionais, e também porque, em particular, aquando da reforma das IM, não ocorreu uma criação efetiva de um *Serviço* de IM, ao invés de um SIM.

Não obstante, e de forma a colmatar a dita insuficiência, quando há necessidade de estabelecer e esclarecer o funcionamento e interação entre as várias entidades e OIM, quer internas, no seio estritamente militar, ou externas, no âmbito do SIRP, têm sido estabelecidos vários protocolos de âmbito técnico e memorandos de entendimento, onde os próprios termos de constituição da CIISM se inserem.

No caso específico do emprego da atual Célula de Informações Nacional (CIN)¹¹ na República Centro-Africana (RCA), verifica-se que foi emanado normativo específico pelo Exmo. Ministro da Defesa Nacional, nomeadamente, a Portaria n.º 594/2020, de 2 de outubro, e a Portaria n.º 81/2021, de 17 de fevereiro, que vêm autorizar o CEMGFA a:

“empregar e sustentar [...] na República Centro-Africana, uma Célula de Informações Nacional (CIN-RCA), com um efetivo até seis (6) elementos, dos quais cinco (5) são militares”, ficando pelo mesmos normativos expresso que “participação nacional acima identificada fica na dependência direta” do CEMGFA.

Tal, vem firmar o pormenor não só desta operacionalização da CIN RCA, como demonstrar maior sensibilidade a esse conceito de CIN, e confirma que, quando necessário particularizar o quadro legal relativo às atividades das Informações existe possibilidade de o assim concretizar pontualmente.

Face ao exposto anteriormente, considera-se respondida a QD1: “Qual o enquadramento legal relativo às Informações Militares?”, assim como da relação do SIRP com os OIM, e esclarecido o entendimento da sua suficiência e adequabilidade na atualidade, entre vários especialistas.

4.2. A COMUNIDADE DE INTERESSE DAS INFORMAÇÕES E SEGURANÇA MILITARES

A concetualização da CIISM das FFAA, patente nos seus TOR que vem definir o CEMGFA em 2018, surge numa ótica de promover a coordenação de atividades e de desenvolvimento de mecanismos de cooperação e ligação, sendo prevista na sua composição e organização representantes do CISMIL, dos órgãos de estudo, conceção e planeamento dos Estados-Maiores dos três Ramos das FFAA, do Comando Conjunto para as Operações Militares (CCOM), podendo ainda incluir “numa base de interesse e necessidade”, representantes de outras unidades ou órgãos da estrutura das FFAA (CEMGFA, 2018b, p.2).

O CISMIL, e de acordo com o n.º 6 do art.º 9.º da LOBOFA, conforme Lei Orgânica n.º 6/2014, de 01 de setembro, conjugada com a alínea a) do n.º 2 do art.º

¹¹ Diferenciada a designação de CIM para CIN, por inclusão de elementos não-militares, neste caso particular 1 elemento pertencente ao SIED.

32.º da LO do EMGFA, segundo Decreto-Lei nº 184/2014, apresentou uma proposta ao CEMGFA para a criação da referida comunidade. “A proposta foi discutida e assinada em Conselho de Chefes e visou materializar uma ligação técnica entre os órgãos dos Ramos responsáveis pela produção de Informações de forma a maximizar a partilha e a alimentar o ciclo de produção de informações de interesse militar nacional” (C. Cavaco, entrevista por *email*, 15 abril 2021).

O âmbito de atuação da CIISM é relacionado em particular com a partilha, quer de IM referentes a todo o espetro do ciclo de informações, da segurança militar e contrainformação, e em todas as suas vertentes específicas com a avaliação continua de ameaças, e à partilha de “elementos de informação relacionados com a doutrina, organização, educação, treino e interoperabilidade no seio da comunidade de informações militares das FFAA” (CEMGFA, 2018b, p.1).

Com referência ao respeito do quadro legal existente, que elenca as respetivas competências a cada um dos OIM, o método de trabalho desta CIISM apresentado nos seus TOR, refere apenas a concretização de reuniões, convocadas pelo CISMIL ou extraordinariamente por qualquer um dos outros intervenientes.

Destaca-se, no entanto, ao abrigo do mesmo documento, a existência de variadas tarefas a concretizar pela CIISM, designadamente:

- [...] a. Coordenar a contribuição nacional para as atividades de normalização da NATO, e implementação de STANAG ratificados no âmbito das informações, contrainformações, e segurança militares;
- b. Contribuir para o planeamento e coordenação da formação e treino no âmbito das informações, contrainformações, e segurança militares das Forças Armadas;
- c. Contribuir para a elaboração dos planos e relatórios de atividades de informações e segurança militares;
- d. Contribuir para operação e a exploração dos sistemas de informações para apoio à pesquisa e à produção das informações;
- e. Definir os requisitos técnicos e de segurança necessários para a edificação e sustentação de uma plataforma colaborativa de partilha de informações;
- f. Assegurar a disseminação e partilha dos produtos de informações e contrainformações necessários à avaliação permanente da ameaça militar e ao planeamento e condução de operações e exercícios de âmbito nacional ou internacional, de modo colaborativo e complementar;
- g. Assegurar a disseminação da informação geoespacial. (CEMGFA, 2018b)

A responsabilidade de coordenação da CIISM é atribuída ao chefe da Repartição de Planeamento do CISMIL, sendo apoiado pelo respetivo adjunto para os Planos e Projetos (CEMGFA, 2018b, p. 2).

Pela análise dos resultados obtidos nas entrevistas aos vários especialistas

participantes no estudo sobre a organização do sistema de IM, verifica-se que 67% dos inquiridos tem dificuldade em identificar que o funcionamento atual cumpre as necessidades dos vários órgãos e entidades, pelo que se verifica uma maior necessidade de proximidade e interação entre todos os OIM, e necessidade de estreitar a ligação dos diversos OIM dos Ramos e o EMGFA.

As dificuldades e desafios, em termos de organização dos OIM, relacionam-se quer ao nível de pessoal, nomeadamente em relação a quadros orgânicos não preenchidos, como de equipamentos, na satisfação de necessidades de equipamentos nem sempre completas ou em tempo útil, e mesmo no âmbito do treino conjunto (P. J. C. P. Lopes, entrevista por chamada, 27 de abril de 2021)

A CIISM é vista como um fórum interno das FFAA para partilha, e, principalmente, de discussão sobre doutrina, organização, formação, treino e interoperabilidade nas Forças Armadas para aquelas áreas. Tem dependido de contatos e interação formais, através da realização de reuniões, embora afetada a ocorrência das mesmas pela atual situação pandémica.

O entendimento geral dos participantes é de que a CIISM se constitui como um importante passo para estreitar o relacionamento informal e interpessoal, cimentado por motivação e confiança entre os vários intervenientes. Tem cumprido no sentido de partilha par-a-par, numa base da necessidade de conhecer e responsabilidade de partilhar, mas a existir uma base de dados, ou ligação, seguras, seria muito mais célere e eficiente (S. B. Q. Gião, entrevista presencial, 21 de abril de 2021).

Na prática reuniu-se duas vezes formalmente e além da criação de uma pasta de partilha de produtos de informações, na rede classificada nacional, e da aprovação dos TOR pouco mais se avançou no sentido de maximizar o seu desiderato (C. Cavaco, entrevista por *email*, 15 de abril de 2021).

É de destacar, no entanto, que os contatos entre os vários OIM não veio à luz, no quadro do conceito de CIISM constituído em 2018, e, institucionalmente, a interação formal, e informal, já ocorria mesmo antes de surgirem quaisquer TOR.

A formação conjunta no âmbito das IM é tida como fundamental, pois para além de permitir harmonizar narrativas, permitiria também estreitar laços que perduram entre os intervenientes, ou seja, além de incrementar a qualidade e competências dos recursos humanos afetos às atividades de Informações, seria também uma forma de congregar um maior sentido de pertença a uma comunidade de IM (A. J. M. Leitão, entrevista por videochamada, 24 de abril de 2021).

Em resposta à QD 2: Como se caracteriza a CIISM?, para além do apresentado no presente subcapítulo, constata-se que os TOR apresentam-se enquanto um tipo de normativo técnico, adicional ao quadro legal atual, para uma maior eficácia e

eficiência entre os vários OIM e entidades no seio das FFAA, considerando-se assim a CIISM, como uma forma de reduzir disfuncionalidades e duplicação de esforços, melhorando desta forma, a eficácia e a eficiência na interação e funcionamento dos OIM, num Sistema de IM, e como um todo.

4.3. OPERACIONALIZAÇÃO DAS CÉLULAS DE INFORMAÇÕES MILITARES NACIONAIS

No seguimento das suas responsabilidades internacionais Portugal tem vindo a participar em vários TO, operacionalizando e empregando várias CIM ao longo dos últimos anos, conforme Figura 6.

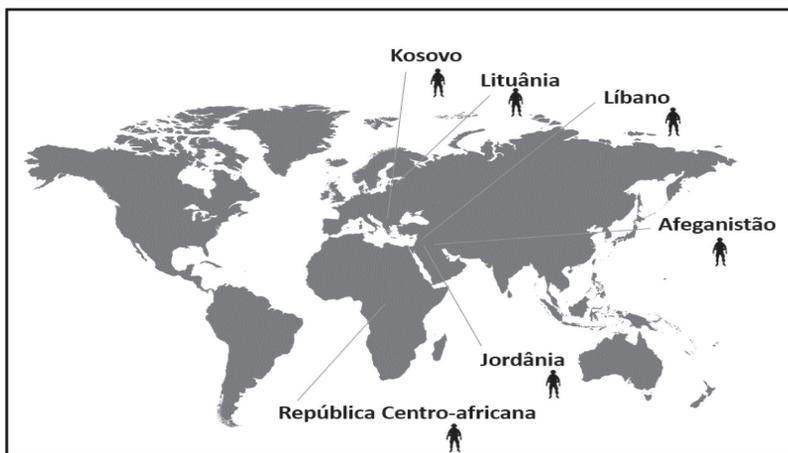


Figura 6 – Participações CIM em TO

As CIM encontram-se sobre o comando direto do CEMGFA, concretizado através do CISMIL, equipadas e guarnecidas em recursos humanos especializados, em várias áreas, seguindo uma arquitetura modelar, com vista a melhor se adaptarem ao TO, e em específico à missão que pretendem concretizar. Na sua estrutura contemplam normalmente os módulos de *Recolha e Pesquisa* (Humana e Eletrónica) e de *Análise e Processamento*, nas várias vertentes, da Segurança Militar, Contrainformação e Informações (Silva, 2018, p.26).

Na capacidade da CIM projetada em apoio a participação nacional na *International Security Assistance Force* no TO Afeganistão, decorrente da análise do oitavo contingente nacional, projetado em 2014, Cardoso (2014, cit. por Costa 2017 p. 26), confirma como principal propósito da CIM, “proporcionar o conhecimento necessário e oportuno ao decisor” em missões militares, e como destaca o mesmo

autor as “principais tarefas passaram pela produção de informação para garantir a segurança e proteção do contingente e produção de informação para o EMGFA, em Portugal”.

Como refere Fonseca (2014, p. 231):

[...] O apoio às operações correntes (planeamento); e o apoio à segurança e proteção física do Contingente Nacional (CN) destacado são os objetivos da missão atribuída às CIM que, em resultado da sua capacidade de pesquisa (na qual se inclui a capacidade para se ligar a outros serviços de informações) produz *Intelligence* que serve para aqueles objetivos – apoiar o planeamento e as operações das FND (CN) e para a sua segurança e proteção. E contribuem, também, com informação para o ciclo de decisão do CEMGFA.

Para além do apoio à tomada de decisão, quer ao nível tático e em apoio à proteção das forças nos próprios TO, salienta-se assim que as CIM potenciam conhecimento e tomada de decisão tanto ao nível operacional, como a um nível estratégico nacional (Fonseca, 2014).

No âmbito específico da integração, partilha oportuna do conhecimento e comunicação, a principal melhoria que os participantes consideram que poderia ser implementada, ao mais breve trecho, relaciona-se com conclusão do processo de acreditação da Rede Segura do EMGFA (SECNET), ao mais alto nível de classificação, sendo que o ideal passaria pelo desenvolvimento e implementação de plataforma informática segura e comum, de análise e partilha de informações, à semelhança do sistema *Battlefield Information Collection and Exploitation System* (BICES), que conecta os parceiros aliados NATO, mas de âmbito exclusivo nacional.

No caso particular de inclusão de elementos não-militares nas CIM, a perspetiva entre os participantes no presente estudo é unânime, no sentido de que tal constitui uma mais-valia, um incremento de capacidades para a obtenção de resultados, em especial no plano estratégico, visto que este envolvimento adicional permite estreitar ligação a órgãos similares e congéneres nos TO, assim como permite uma maior sinergia na experiência partilhada com outro tipo de analistas, com valências e especialização distintas.

A inclusão de elementos não-militares, especificamente do SIED, integrados numa CIM, pressupõe realisticamente, que visam responder a requisitos de informação do nível estratégico-político, no entanto a CIM está no terreno para responder a requisitos de informação estratégico-militares do CEMGFA. Tem de ser garantido de que não há um conflito de interesses (J. P. C. Martins, entrevista por *email*, 21 abril 2021).

A perspetiva dos vários participantes no estudo, é evidente a relevância das CIM, principalmente aos patamares operacional e estratégico, desta forma mais ao planeamento e a decisores, conforme indicia a figura 7.

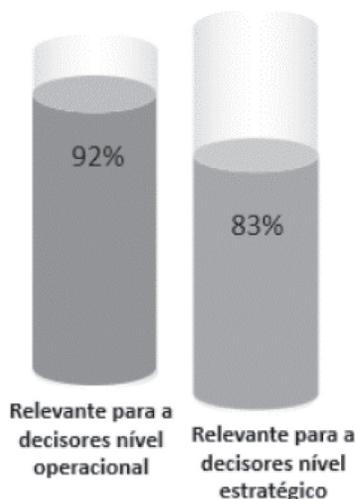


Figura 7 – Pergunta 8, em percentagem incidência de unidades de registo

O contributo das CIM revela-se também de grande relevância pela oportunidade e verosimilhança das notícias, indícios, e produtos, uma vez que são por si diretamente obtidos e concebidos, sem quaisquer pareceres ou filtros de terceiros intervenientes, sendo informação oportuna e sem opiniões subsidiárias (A. J. L. Castanha, entrevista por *email*, 20 de abril de 2021).

Os desafios mais destacados pelos participantes, em relação as CIM, prendem-se com mentalidades, educação, e capacidades disponíveis das próprias CIM. Cada CIM pode funcionar mais capacitada em qualquer área (Informações, Segurança, Contrainformação), e os TO em cada momento podem ter dinâmicas diferentes, o que quer dizer que as CIM devem ser multidisciplinares e flexíveis para se adaptarem. (E. Gomes, entrevista presencial, 28 de abril de 2021). Por outro lado, as atividades relacionadas às Informações não são, por natureza e conceito, uma ciência exata, mas sim resultado da interpretação de factos, de dados e da associação de Informação do mais variado tipo, assente, não só no conhecimento, mas também na experiência pessoal, e até nalguma intuição dos recursos humanos, que se vai adquirindo pelo aumento da experiência profissional (A. J. M. Leitão, entrevista por videochamada, 24 de abril de 2021).

As disciplinas de pesquisa de Informações são quase todas simbióticas, e em boa verdade não podem ser vistas isoladamente, depende dos próprios objetivos das CIM, e das lacunas de informação a pesquisar, em cada TO ou dado momento (P.J.C.P. Lopes, entrevista por chamada, 27 abril 2021).

Assim sendo, a pertinência das disciplinas das Informações para a constituição das CIM depende dos TO, da missão, e dos objetivos da CIM. É a própria missão que determina a organização e articulação da CIM, e não a CIM que restringe a missão a desempenhar. Em suma, são as necessidades de conhecimento, e os planos de pesquisa, que ditam o emprego das CIM. Se existem produtos, existe processamento de dados a montante, isso é claro, e a CIM tem sempre uma certa capacidade de processamento, podendo ser mais ou menos robusta, conforme a sua organização e articulação, utilizando para a recolha e pesquisa, todas as fontes a que consegue aceder.

Dito isto, de acordo com os dados recolhidos entre os participantes no estudo, das áreas e disciplinas de pesquisa a reforçar na atualidade com vista ao desenvolvimento no emprego nacional das CIM, e para uma melhoria dos produtos, é patente um maior número de escolhas relacionadas a HUMINT, IMINT e OSINT e GEOINT, conforme patente em Figura 8.

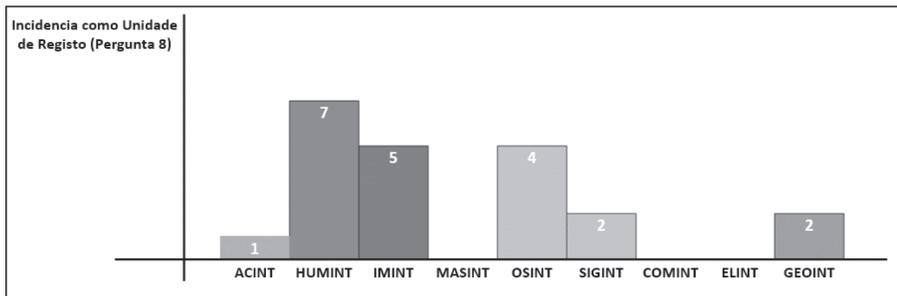


Figura 8 – Número de Unidades registo em disciplinas de pesquisa

Se cada vez mais as redes sociais são o espelho de uma sociedade, pelo que devemos reforçar os recursos humanos com competências nesse âmbito OSINT, deve-se também acompanhar o desenvolvimento tecnológico, com emprego de meios aéreos não tripulados e capacidade e formação em análise de fotografia satélite no âmbito da IMINT, e continuar a reforçar o HUMINT, tido como fundamental para um aumento da eficiência das CIM, e onde se verifica, uma comprovada proficiência no caso dos militares portugueses.

Relativamente a QD 3: “Qual o contributo das CIM no âmbito das IM?”, é manifesto que no que toca a um conhecimento situacional acrescido, e validado no terreno, sobre os vários TO, o contributo CIM para além de potenciar a proteção da força no seu emprego em operações, proporcionando Informação que potencia e facilita o desenvolvimento e conduta das operações. Além do mais, contribui

de igual forma para a adequada preparação de uma FND em território nacional, antes sequer da sua projeção. Tal pode ter reflexo em alteração de técnicas, táticas e procedimentos, durante missão ou durante aprontamento, como na identificação da necessidade de material ou equipamento específico, tidos como necessários, com o evoluir da situação ou alterações do próprio ambiente operacional em que as forças operam nos TO.

Reforça-se que, o emprego de uma CIM poderá traduzir-se numa vantagem estratégica de apoio à decisão, pois permite, de acordo com o princípio das Informações da *Oportunidade*, assegurar os meios necessários para a troca, e o acesso a informação privilegiada (C. Cavaco, entrevista por e-mail, 15 de abril de 2021).

As IM, e o conhecimento obtido pelo contributo das CIM, é de modo colaborativo, partilhado no seio da CIISM, com base na responsabilidade de partilhar, como também enquadrado pela necessidade de se conhecer determinadas Informações, em linha com as responsabilidades e competências de cada OIM. Tal ocorre especialmente em proveito dos Comandos, e entidades com poder de decisão, designadamente ao nível do EMGFA e respetivos Ramos, coadjuvadas por cada OIM específico.

4.4. O CONTRIBUTO DAS CÉLULAS DE INFORMAÇÕES MILITARES À EFICIÊNCIA DA COMUNIDADE DE INTERESSE DAS INFORMAÇÕES E SEGURANÇA MILITARES

A eficiência de uma organização ou órgão prende-se não só com a capacidade de tornar efetivo um objetivo, ou um produto, e poder de realizar e concretizar algo convenientemente, o que resulta no conceito de eficácia, mas acima de tudo com o dispêndio de um mínimo de esforço, tempo ou outros recursos, e também com comprovada competência e virtude, de se produzir o efeito pretendido ((Dicionário infopédia da Língua Portuguesa, s.d.).

Tomando o mote da eficiência, acima descrito, a perspetiva atual da organização das IM, parece destacar que tem algumas dificuldades em obter maiores sinergias, o que traz alguma preocupação, tendo em consideração que as Informações, em lato senso, constituem um dos vetores estruturantes no apoio à tomada de decisão, que contribuem para reduzir a incerteza, quando associadas ao princípio também fundamental das IM da *Oportunidade*.

Tendo em consideração o contexto militar nacional, de otimização de recursos disponíveis, logo, numa constante necessidade de procurar maior eficiência, e tendo como intenção estabelecer uma conexão mais efetiva entre os OIM nos vários processos de decisão militar, parece fundamental dinamizar ainda mais a CIISM, encetando esforços no sentido de operacionalizar meios, garantir

uma interação contínua, e prosseguir no desenvolvimento efetivo das tarefas propostas nos seus TOR.

Em concreto à QC elencada no presente estudo: “De que modo pode uma CIM contribuir para a eficiência da CIISM?”, cumpre, pois, sublinhar que as CIM, por força de operarem unicamente em cenário de emprego de forças militares em operações, e no caso nacional em TO específicos, contribuem em primeira instância para o conhecimento situacional desse TO, assim como facilita as condições para a condução de operações, como referido anteriormente. Nesse âmbito contribui para todos os OIM na CIISM, que tenham necessidades de informação dali presentes. De outra forma, recai-se numa dependência da *boa vontade* para partilha, por parte de outros parceiros, aliados e congéneres. Embora o mote seja *partilha*, conforme princípio conceptual e doutrinário, na realidade, e no terreno, o que ocorre é mais uma relação de *troca* de Informação, ou de Informações, entre parceiros e aliados (D. Fernandes, entrevista presencial, 06 de maio de 2021). Coerentemente, só *troca* quem tem algo para dar, com qualidade, e a quem algo possa fornecer, mesmo que de forma dessincronizada no tempo, pelo que no âmbito das IM pressupõe-se ser o mesmo caso. Desta premissa advém a importância de efetivar CIM nos vários TO em que existam FND a operar, assim como, e também, onde existam particulares interesses nacionais. Cumpre ter presente que, uma CIM é na realidade, *per se*, uma operação militar nacional que está em curso, e não apenas um simples incremento de capacidades, de outra missão ou operação corrente, e que devem ser edificadas com as capacidades mais adequadas, e com recursos humanos demais especializados e competentes. Refira-se ainda por outro lado, que para um maior conhecimento situacional, não basta o contributo das FND, ou, num outro papel também importante nesse campo, dos contributos dos Adidos de Defesa, pois as CIM conseguem “trabalhar” fontes, que aqueles últimos podem não ter acesso, ou não o conseguem estabelecer.

Em relação à maior eficiência da CIISM, de forma mais abrangente, as CIM contribuem certamente. Seja diretamente, pelo desenvolvimento das suas atividades, e pelos produtos elaborados, seja indiretamente, pelo acumulado de experiência e de conhecimento dos militares que ali se agregam, e que são membros da comunidade. Dos resultados das entrevistas também é possível inferir, e constatar, que as CIM são mais um recurso do qual a CIISM pode fazer uso, no entanto a sua influência sobre esta comunidade dependerá sempre da sua devida coordenação, procedimentos, práticas, e confiança entre os seus elementos. Reforçam-se assim os contributos para uma maior eficiência da CIISM, prestados pelas CIM, e sistematizados na Figura 9, designadamente: o incremento do conhecimento situacional dos vários TO; a possibilidade intrínseca de permitirem

acesso a Informação privilegiada, que não é acessível de outra forma direta e sem filtro de outros OIM congêneres; a concretização de produtos credíveis e de confiança com elevado valor e qualidade para os decisores; e o desenvolvimento da experiência dos recursos humanos (RH) das IM, que delas fazem parte.



Figura 9 – Contributos das CIM para a eficiência da CIISM

5. CONCLUSÕES

O atual contexto securitário e de defesa nacional apresenta dinâmicas de uma complexidade crescente, colocando-se desafios cada vez mais exigentes destacando assim também uma crescente importância das IM na preparação e condutas das operações militares. Como não se esgota a importância das IM nos próprios TO, também ao nível nacional, no patamar operacional e estratégico-militar, as IM concretizam cada vez mais um imperativo no que toca ao planeamento e tomada de decisão, pelo que o OG deste estudo foi avaliar o contributo das CIM, enquanto instrumento contribuinte para a CIISM. Este OG foi corporizado através do enunciação de uma QC: “De que modo pode uma CIM contribuir para a eficiência da CIISM?”.

Para resposta à QC confluíram três QD, com o desígnio de emoldurar o desenvolvimento da investigação, ao nível do enquadramento legal às IM, na caracterização da CIISM e na operacionalização das CIM nacionais, respondidas ao longo do capítulo quatro.

A metodologia no presente trabalho de investigação assentou num raciocínio dedutivo, numa abordagem de investigação qualitativa, com base a um estudo de caso, e recorrendo a consulta de fontes bibliográficas, doutrina, estudos prévios, assim como, e em especial, na realização de entrevistas semiestruturadas, direcionadas a vários especialistas, com experiência e desempenho de funções específico na área das IM, para uma melhor percepção do emprego das CIM e do seu contributo associado, para a eficiência da CIISM.

Com base no modelo de análise adotado, foi efetuada uma apresentação da legislação enquadrante, destacando estruturas, órgãos e competências ao nível do SIRP, na sua relação com as IM, e ao nível dos OIM, onde o CISMIL destaca-se como o principal OIM responsável pelo planeamento, projeção, sustentação, e orientação no esforço de pesquisa das CIM nacionais.

Na atividade nacional das Informações, em sentido *lato*, a pesquisa, análise, processamento e difusão de IM é assim uma atribuição do CISMIL, desenvolvida através das suas repartições orgânicas, e das próprias CIM nos TO, com o apoio dos restantes OIM nos vários Ramos das FFAA. Se por um lado a legislação vigente considera-se suficiente ao desempenho das atividades das IM, verifica-se que existem várias situações, e momentos, que determinam um maior esclarecimento e pormenor, concretizado através de memorandos de entendimento, acordos técnicos, e diretivas orientadoras.

Da análise efetuada e discussão de resultados, infere-se que as CIM, enquanto *Organização* de IM, OIM de arquitetura flexível e modelar, operam com processos eficientes que têm objetivo de identificar, analisar, prever, e também como resultado final, anular, quaisquer ameaças, que surjam às forças e elementos nacionais destacados, em qualquer TO.

O trabalho das CIM, e efeitos imediatos, ocorrem principalmente fora do TN, mas é patente, porém, que as CIM contribuem significativamente para o plano nacional, desde o aprontamento de FND, ao planeamento operacional das operações. As CIM incrementam o conhecimento situacional estratégico-militar, podendo apoiar inclusive o nível estratégico-político, e supletivamente, e em simultâneo, coadjuvando todas as cadeias de decisão associadas nos vários patamares aludidos.

As CIM sustentam e nutrem Conhecimento, válido, e pertinente, até com antecipação e oportunidade. No âmbito das suas Atividades, os seus produtos e contributos são tidos como relevantes na CIISM, e são inegavelmente dispare de qualquer outro método, ou de outras capacidades, que possam prover Informação sobre os TO.

Verifica-se, de forma mais global, que é necessário encetar maiores esforços para o reforço de colocação de Recursos Humanos nos OIM nacionais, em particular no CISMIL, e garantir uma maior permanência em desempenho de funções, ao nível das IM.

É de todo proveitoso o desenvolvimento e investimento contínuo na área do Equipamento, quer o disponível às CIM nos TO, como para o estabelecimento de um sistema informático de rede, resiliente e seguro, nacional, de partilha das informações.

No campo da Educação, Formação e Treino, estrita ao âmbito das IM, considera-se necessária a manutenção da prática das atividades das IM, para o caso específico de constituição da preparação de CIM, de pesquisa, análise, tratamento, assim como criar oportunidades para maior experiência dos operacionais, constituindo-se a essencial desenvoltura dos recursos humanos no seio da CIISM, e dessa forma incrementando o já relevante contributo das CIM para a CIISM.

Considera-se que, potencialmente, uma limitação desta investigação se prende com a análise alargada e abrangente das CIM, sendo que se sugere para estudos futuros uma moldura de exame mais específica a um TO individual, em especial, por exemplo, no avanço das CIN na RCA, de modo que, os resultados sejam mais precisos à arquitetura particular utilizada, e seja feita uma reflexão das lições que tenham sido já identificadas.

Por forma a incrementar a eficiência da CIISM, e otimizar a qualidade do produto final, apresentam-se os seguintes contributos:

- Criação de uma plataforma informática de partilha e gestão de IM entre OIM, administrada pelo CISMIL;
- Promover ações conjuntas de treino relacionadas às atividades das CIM, no seio da CIISM;
- Promover workshops na CIISM, com participação dos elementos participantes das várias CIM, sobre temáticas específicas;
- Incrementar grupos de trabalho sobre lições aprendidas, acerca do emprego de CIM, e o respetivo retorno expetável, em prol do CPI nacional;
- Assegurar-se a representatividade dos vários Ramos nas CIM/CIN;
- Garantir especialistas em cada área, Informações, Segurança e Contrainformações, na constituição das várias CIM/CIN, tendo em conta a otimização de RH e a qualidade dos produtos finais.

Embora com objetivos também particulares e contributos próprios enquanto OIM, a vários patamares, e a vários níveis de decisão, é de destacar, novamente, que qualquer CIM “nasce” no seio da CIISM das FFAA, onde nos recursos humanos especializados que as compõem, esta associação é bem patente. Neste sentido, é igualmente de todo pertinente focalizar estudos futuros na análise da formação existente, no âmbito das IM, ao nível EMGFA e nos vários Ramos das FFAA, procurando um modelo de formação e especialização, integrado e/ou conjunto, mais eficiente em edificação de competências relativas às atividades relativas às IM, nos recursos humanos que atuam no seio da CIISM.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bardin, L. (2004). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bartolomeu, J. P. S. (2013). *Cooperação civil-militar no combate ao terrorismo: o papel das Informações Militares*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Batista, D. M. S. (2013). *As Informações em Portugal: Restrições à pesquisa na era do conhecimento* (Tese de Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre). Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Direito, Lisboa.
- Chairman of the Joint Chiefs of Staff. (2013). *Joint Publication 2-0 Joint Intelligence* s.l.: United States Armed Forces.
- Comissão de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa. (2019). *Parecer Anual de 2019 do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa*. Lisboa: Assembleia da República.
- Comissão de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa. (2020). *Parecer do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa Relativo ao Primeiro Semestre de 2020*. Lisboa: Assembleia da República.
- Costa, J. B. (2107). *Participação das Forças Armadas na ISAF* (Tese de Dissertação de Mestrado em *Governance, Leadership and Democracy*). Universidade Católica Portuguesa, Instituto de Estudos Políticos, Lisboa.
- Couto, A. C. (1987). *Elementos de Estratégia*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Decreto-Lei n.º 184/2014, de 29 de dezembro. (2014). *Aprova a Lei Orgânica do Estado-Maior-General das Forças Armadas*. Diário da República, 1.ª série, 250, 6382–6397. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto-Lei n.º 185/2014, de 29 de dezembro. (2014). *Aprova a Lei Orgânica da Marinha*. Diário da República, 1.ª série, 185, 6397–6406. Lisboa. Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro. (2014). *Aprova a Lei Orgânica do Exército*. Diário da República. 1.ª série, 186, 6406–6413. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto-Lei n.º 187/2014, de 29 de dezembro. (2014). *Aprova a Lei Orgânica da Força Aérea*. Diário da República, 1.ª série, 187, 6413–6420. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto-Lei n.º 249/2015, de 28 de outubro. (2015). *Aprova a orgânica do ensino superior militar, consagrando as suas especificidades no contexto do ensino superior, e aprova o Estatuto do Instituto Universitário Militar*. Diário da República, 1.ª série, 211, 9289-9311. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

- Decreto-Regulamentar n.º 11/2015, de 31 de julho. (2015). *Aprova a orgânica do Exército*. Diário da República n.º 148/2015, 1.ª série, 11, 5237–5259. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto-Regulamentar n.º 12/2015, de 31 de julho. (2015). *Aprova a orgânica da Força Aérea*. Diário da República n.º 148/2015, 1.ª série, 12, 5259–5275. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto-Regulamentar 13/2015, de 31 de julho. (2015). *Aprova a orgânica do Estado-Maior-General das Forças Armadas*. Diário da República n.º 148/2015, 1.ª série, 13, 5275–5295. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. (2018). *Diretiva Estratégica 2018-2021 do Estado-Maior-General das Forças Armadas*. Lisboa: Estado-Maior-General das Forças Armadas.
- Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas. (2018b). *Comunidade de Interesse das Informações e Segurança Militares – Termos de Referência*. Lisboa: Estado-Maior-General das Forças Armadas.
- Estado-Maior do Exército. (2009). *PDE 2.0 Informações, Contra-informação e Segurança*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Estado-Maior do Exército. (2013). *PDE 00-25-00 Instruções de Segurança Militar do Exército Português*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Dicionário infopédia da Língua Portuguesa. (s.d.). eficiência [Página online]. Retirado de <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/eficiencia>
- Dicionário infopédia da Língua Portuguesa. (s.d.). inteligência [Página online]. Retirado de <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/intelig%C3%Aancia>
- Lei Orgânica n.º 4/2014, de 13 setembro. (2014). *Quinta alteração à Lei n.º 30/84, de 5 de setembro, que aprova a Lei Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa*. Diário da República n.º 155/2014, 1.ª série, 4, 4194–4206. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei Orgânica n.º 6/2014, de 01 de setembro. (2014). *Procede à primeira alteração à Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho*. Diário da República n.º 167/2014, 1.ª série, 6, 4597–4611. Lisboa: Assembleia da República.
- Marcelino, V. (2018). *Acordo entre o EMGFA e o SIRP: militares vão espiar para as secretas*. Diário de Notícias. Retirado de <https://www.dn.pt/edicao-dodia/12-dez-2018/acordo-entre-o-emgfa-e-o-sirp-militares-vaio-espiar-para-as-secretas-10307299.html>
- NEP/INV- 001 (2020a). *Estrutura e Regras de Citação e Referenciação de Trabalhos Escritos a Realizar no Instituto Universitário Militar*. Lisboa. Instituto Universitário Militar.

- NEP/INV 003 (2020b). *Procedimentos Relativos à Elaboração de Trabalhos de Investigação no Âmbito de Cursos que não Atribuem Grau Académico*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- North Atlantic Treaty Organization. (2020). *Allied Joint Publication -2 Allied Joint Doctrine for Intelligence, Counter-Intelligence and Security*. edição B, versão 1. s.l.: North Atlantic Treaty Organization Standardization Office.
- Nunes, P. V. (2016). *Sociedade em Rede, Ciberespaço e Guerra de Informação – Contributos para o Enquadramento e construção de uma Estratégia Nacional da Informação*. 2 edição. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.
- Portaria n.º 594/2020, de 2 de outubro. *Participação nacional de uma célula de informações nacional na República Centro-Africana*. Diário da República n.º 193/2020, 2.ª série, 594, 53–53. Lisboa: Gabinete do Ministro de Defesa Nacional.
- Portaria n.º 81/2021, 17 de fevereiro. *Participação nacional de uma Célula de Informações Nacional na República Centro-Africana*. Diário da República n.º 33/2021, 2.ª série, 81, 29 – 29. Lisboa: Gabinete do Ministro de Defesa Nacional.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 2ª ed. Lisboa: Gradiva.
- Rogério N. (2002). *Guerra em Paz*. Lisboa: Hungin Editores Lda
- Santos, L.A.B., & Lima, J.M.M. (Coords.) (2019). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação* (2.ª ed., revista e atualizada). Cadernos do IUM, 8. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Silva, C. M. (2018). *As Informações Militares – Um Instrumento de Segurança e Defesa Nacional*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Silva, C., Ribeiro, F. (2018). *As Informações Militares – Um Instrumento de Segurança e Defesa Nacional*. *Revista de Ciências Militares* VI(2), 31.
- Vilelas, J. (2009). *Investigação – O processo de Construção do Conhecimento*. Lisboa: Edições Silabo.

ESTUDO 3 – A FORMAÇÃO CONJUNTA NO ÂMBITO DAS INFORMAÇÕES MILITARES

António Augusto Ramos Carvalho

Primeiro-tenente da Marinha
Colocado na Secção de Comunicações do Comando Naval
Mestre em Ciências Navais
2810-001 Almada
carvalho.aar@marinha.pt

Carlos Miguel C. R. Marques da Silva

Tenente-coronel de Infantaria do Exército
Colocado na Repartição de Segurança e Contrainformação do Centro de Informações e Segurança
Militares
Mestre em Ciências Militares
Investigador Associado do Centro de Investigação do Instituto Universitário Militar
1449-027 Lisboa
silva.cmcrm@emgfa.pt

RESUMO

Atualmente, as operações militares são mormente realizadas em ambiente conjunto e combinado. Neste contexto, por forma a serem produzidas informações úteis e oportunas para os comandantes e decisores, é essencial que a área das Informações Militares (IM) adapte o seu sistema formativo para esta realidade. O presente trabalho tem como objetivo propor contributos para a edificação de um modelo de formação conjunta em IM nas Forças Armadas. Para isso, recorreu-se a uma metodologia de raciocínio indutivo, assente numa estratégia qualitativa e num desenho de pesquisa de estudo de caso, concretizado através da análise documental e na realização de entrevistas a especialistas e entidades com responsabilidade na formação em IM. Através da investigação realizada analisou-se o atual sistema formativo em IM e caracterizou-se o modelo de formação Francês e Espanhol. Em resultado, identificaram-se algumas lacunas ao modelo de formação atual, propondo-se recomendações, não só para as mitigar, mas sobretudo para lançar as bases para a edificação de um modelo de formação conjunta. Por fim, concluiu-se que a formação conjunta no âmbito das IM seria uma grande mais-valia, quer em termos da otimização de recursos humanos, materiais e financeiros, quer em termos operacionais, permitindo uniformizar técnicas e procedimentos e criar sinergias.

Palavras-chave: Informações Militares, Formação Conjunta, Competências, Eficiência.

1. INTRODUÇÃO

“As informações militares só poderão evoluir no dia em que as estruturas e os órgãos dedicados a esta atividade forem povoados por recursos humanos com formação e perícias na área.”

(Ângelo, 2020, p. 401)

Atualmente, o ambiente estratégico caracteriza-se por apresentar uma grande volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade (VUCA¹²), exigindo aos decisores necessidades informacionais complexas, úteis e oportunas (Moreira, 2019). Estas necessidades, conforme sublinhou Cardoso (2004), apenas poderão ser satisfeitas através da obtenção de informações detalhadas e completas. Para isso, é crucial que as informações sejam produzidas por Recursos Humanos (RH) competentes e experientes, os quais, somente existirão, através de uma formação adequada aos desafios atuais (Johnson, 2006).

Neste quadro, também as Informações Militares (IM), conforme releva Ângelo (2020, p. 16), enfrentam o grande desafio de possuírem nas suas fileiras RH “com formação e treino adequados, que possam permanecer nos cargos por largos períodos de tempo”. Acresce que, cada vez mais, as Operações Militares (OM) desenvolvidas em Teatros de Operações (TO), são planeadas e conduzidas de forma conjunta, realidade bastante evidente nas missões das Forças Nacionais Destacadas (FND) previstas para o ano de 2021 (Figura 1).

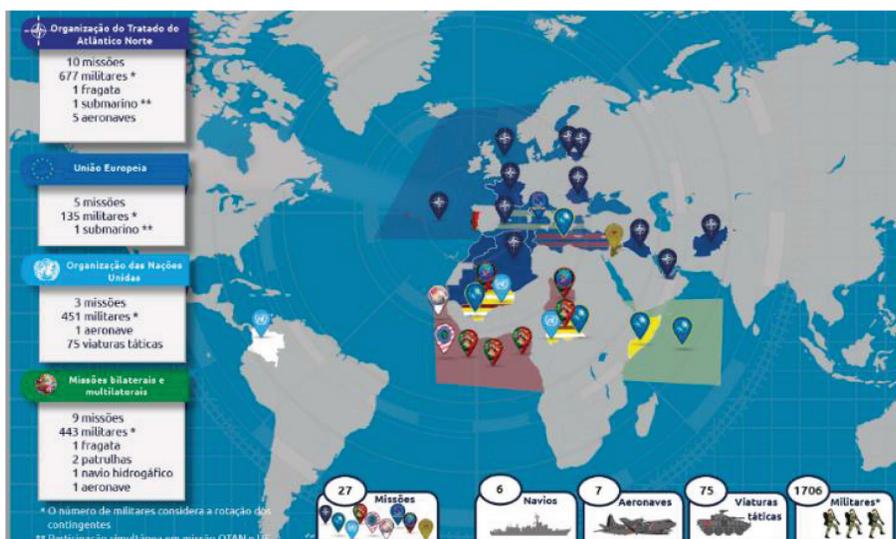


Figura 1 – Forças Nacionais Destacadas 2021

Fonte: EMGFA (2021).

¹² Acrónimo Anglo-saxónico utilizado para caracterizar ambientes dominados pela Volatilidade (*Volatile*), Incerteza (*Uncertain*), Complexidade (*Complex*) e Ambiguidade (*Ambiguous*).

Assim, afigura-se essencial, que o sistema formativo em IM, em vigor nas Forças Armadas (FFAA), acompanhe esta realidade, evoluindo para um modelo de formação conjunta, a fim de se adequar à conjuntura e aos desafios do presente. Nesta conformidade, conceitua-se que as FFAA, numa perspetiva holística, poderão beneficiar com a implementação e harmonização de um sistema formativo conjunto em IM, promovendo-se a interoperabilidade, a uniformização de procedimentos e a eficiência na produção de informações em Operações Conjuntas (OC).

Atendendo à revisão bibliográfica realizada, constatou-se, por um lado, a ausência de investigações de fundo nesta matéria e, por outro, referências à existência de lacunas no Sistema de Informações Militares (SIM), decorrentes da inexistência de uma formação conjunta nesta área. Neste âmbito, Roda (2006) conclui no seu estudo sobre o modelo de formação em Informações e segurança militar no Exército que, perante as exigências ao nível dos Estados-Maiores (EM) internacionais e em órgãos ou serviços conjuntos, faz todo o sentido investigar e desenvolver um modelo de formação em IM assente numa ótica conjunta e combinada. Por sua vez, Coimbra (2008) defendeu mesmo a criação de uma escola de Informações conjunta, a qual poderia potenciar a criação de uma verdadeira comunidade de Informações, instigar uma cultura das informações, normalizar e instituir uma doutrina conjunta e formar profissionais com conhecimentos e competências adequadas para o desempenho de funções nesta área. Numa outra perspetiva, Silva (2019) identificou a ausência de formação básica conjunta na área das IM, recomendando a formação conjunta de quadros.

Por conseguinte, por perspetivar-se que, com esta investigação se possa propor contributos para a criação de um modelo formativo conjunto em IM, visando colmatar as lacunas identificadas pelos referidos autores, considera-se que este estudo não só é pertinente, como também, é atual, perante a realidade cada vez mais frequente da participação de militares portugueses em missões conjuntas e combinadas.

Neste contexto, o presente trabalho de investigação tem como objeto de estudo as IM, sendo delimitado, segundo a taxionomia exposta por Santos e Lima (2019), em três domínios distintos, nomeadamente: tempo, espaço e conteúdo. No domínio temporal, o estudo incide sobre o período subsequente à aprovação dos Decretos Regulamentares 10/2015, 11/2015, 12/2015 e 13/2015, todos de 31 de julho, que aprovam, respetivamente, a orgânica da Marinha, do Exército, da Força Aérea e do EMGFA, até à atualidade (2021). Em relação ao espaço, delimita-se a investigação às FFAA nacionais e às congéneres espanholas e francesas. No que concerne ao conteúdo, o foco incidirá sobre três vetores distintos a desenvolver no âmbito das IM: (i) as tarefas a realizar; (ii) as competências necessárias; (iii) e a oferta formativa existente.

O Objetivo Geral (OG) desta investigação é propor contributos para a edificação de um modelo de formação conjunta em IM nas FFAA. Neste sentido, por forma a operacionalizar este OG foram estabelecidos os Objetivos Específicos (OE) expostos no Quadro 1.

Quadro 1 – Objetivos específicos

OE1	Analisar as funções no âmbito das IM e as competências necessárias para o seu desempenho.
OE2	Analisar a formação em IM que é atualmente ministrada nas FFAA.
OE3	Analisar o modelo de formação em IM que é utilizado em congéneres.

Com vista à consecução do OG estabelecido, formulou-se a seguinte Questão Central (QC): “Que contributos se identificam para a edificação de um modelo de formação conjunta em IM, nas FFAA?”.

O presente estudo está organizado em cinco capítulos. Após a introdução, no segundo capítulo apresentar-se-á o estado da arte e o modelo de análise que serviu de base à investigação. Posteriormente, no terceiro será exposta a metodologia e o método utilizado para a condução do estudo. Em seguida, no quarto capítulo serão apresentados os dados e discutidos os resultados obtidos, com vista a responder às questões de investigação. Por fim, no quinto capítulo serão apresentadas as conclusões da investigação.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

Neste capítulo apresenta-se a revisão da literatura, os conceitos estruturantes e o modelo de análise que serviu de fio condutor à presente investigação.

2.1. REVISÃO DA LITERATURA

2.1.1. Informações Militares

Perante a panóplia de definições existentes, Gill e Phythian (2006) esclarecem que as informações são um conceito abrangente que se referem a um amplo conjunto de atividades, tais como o planeamento, a pesquisa, a análise e disseminação, conduzidas em segredo e com o fim de manter ou aumentar a segurança. Para isso, disponibilizam um aviso antecipado sobre as ameaças ou potenciais ameaças, permitindo a implementação de políticas ou estratégias preventivas, incluindo, onde for necessário, atividades secretas.

Na realidade, constata-se que muitos autores e intervenientes centram a sua análise das informações no produto que é disseminado (Ângelo, 2020). Porém, conforme elucidam Gill, Stephen e Phythian (2009), para se obter uma visão holística sobre as informações é necessário ter em consideração os três

pilares vaticinados por Kent (1949, cit. por Herman, 2004, pp. 1-2): produto, i.e., o conhecimento produzido; a organização, que retrata o tipo de organização que produz o conhecimento; o processo, que são o conjunto de atividades conduzidas pela organização.

Não obstante à panóplia de definições existentes, no que concerne à finalidade, releva-se que as informações, na sua essência, visam apoiar o processo de tomada de decisão e têm como objetivo último a obtenção de uma vantagem sobre um competidor, adversário ou contrário (Ribeiro, 2020).

No que respeita às IM, de acordo com Navarro (2004), estas referem-se às FFAA e são direcionadas para a organização da defesa militar, perante um potencial ou real Inimigo (IN), e para o planeamento e condução de operações. Neste contexto, Silva (2018) evidencia que o objeto das IM são as ameaças militares, efetivas e potenciais, para uma unidade política, e que se caracterizam por uma permanente volubilidade.

Em relação à definição de IM, no presente estudo adota-se o conceito da NATO, doutrina em vigor nas FFAA, que define as informações como sendo “o produto resultante da recolha direta e do processamento de dados sobre o ambiente, e as capacidades e intenções dos atores, por forma a identificar as ameaças e proporcionar oportunidades a serem exploradas pelos decisores” (NATO, 2020, pp. 2-1).

2.1.2. Contrainformação e Segurança

A contrainformação (CI), tradução do termo Anglo-saxónico *counterintelligence*, de acordo com West (2006), tem como finalidade identificar, controlar ou neutralizar as atividades de recolha de informações, que estiverem a ser levadas a cabo por parte, de um contrário e/ou adversário. Segundo Johnson (2006) a CI engloba duas atividades principais: a segurança e a contraespionagem.

Por sua vez, a doutrina militar nacional (Exército Português, 2009) e NATO (2020) detalham que a CI inclui o conjunto de atividades relacionadas com a identificação e neutralização de uma ameaça à segurança militar, constituída por Serviços de Informações (SI) e organizações hostis ou por indivíduos relacionados com espionagem, sabotagem, subversão ou terrorismo. Este será o conceito de CI norteador deste trabalho, uma vez que é a doutrina seguida pelas FFAA.

Em relação às funções da CI, Wettering (2000) destacou duas principais, a saber: a proteção dos segredos (informação sensível, classificada e que é vital proteger); a implementação de medidas e ações com vista a contrariar os SI adversários.

Por seu turno, num contexto militar, a segurança, doravante designada por Segurança Militar (SM), segundo a doutrina NATO (2020, p. 6-1) corresponde à

condição obtida quando a informação, o material, o pessoal, as atividades e as instalações estão protegidos contra a espionagem, a sabotagem, a subversão, o terrorismo e o crime organizado, assim como contra perdas ou divulgações não autorizadas. Este será o conceito de SM adotado na presente investigação.

Perante o apresentado, constata-se que, embora a CI e a SM sejam duas áreas distintas, existe uma clara relação de interdependência entre ambas. Em concreto, a CI caracteriza-se por ser ativa e visa a implementação de um conjunto de atividades com o propósito de identificar e neutralizar uma ameaça à segurança. Por seu turno, a segurança é, concomitantemente, ativa e passiva e compreende todas as medidas de proteção implementadas com vista à sua prossecução e conservação (Exército Português, 2009). Neste sentido, poder-se-á concluir que embora a CI e a SM possuam, em sentido estrito, objetivos distintos, ambas concorrem para a finalidade comum de criar condições para alcançar uma vantagem de decisão sobre um adversário, conforme apresentado na Figura 2 (Silva, 2019).

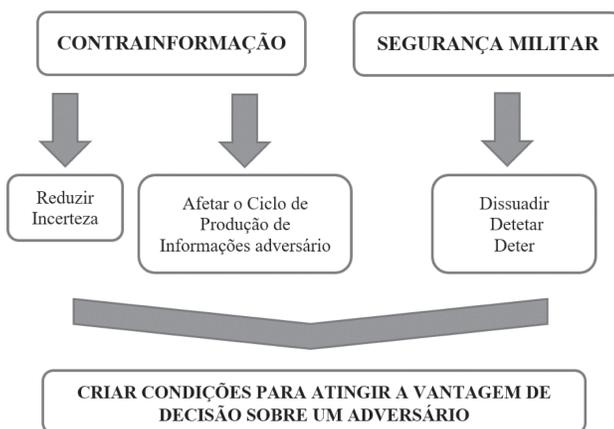


Figura 2 – Objetivos e finalidade da contrainformação e da segurança militar
 Fonte: Adaptado a partir de Silva (2019).

2.1.3. Formação

A palavra formação, tem origem no termo latim *formatiōne* e, refere-se ao conjunto de conhecimentos relativos a uma área científica ou exigidos para exercer uma atividade e/ou instrução (Dicionário infopédia da Língua Portuguesa, 2021).

Segundo a doutrina em vigor na Marinha (2016, p. 2.18), por formação entende-se como sendo o “conjunto de atividades que visam a aquisição de conhecimentos, capacidades, atitudes e formas de comportamento exigidos para o exercício das funções próprias de uma profissão ou grupo de profissões em qualquer

ramo de atividade económica”. Na mesma senda, Santos (2013, p. 146) esclarece que, num contexto militar, a formação corresponde ao “processo de aquisição não apenas de conhecimentos, mas também de atitudes e comportamentos fundamentais ao desenvolvimento da atividade de qualquer organização, bem como ao desenvolvimento individual”. Esta será a definição adotada na investigação.

Como indicadores para avaliar a formação nas FFAA, Loureiro e Santos (2018) na sua investigação destacam cinco principais, os quais se encontram sintetizados no Quadro 2.

Quadro 2 – Indicadores para avaliar a formação nas Forças Armadas

Critério / Indicador	Descrição
Utilidade	Verificar em que medida os resultados da formação correspondem às necessidades que estiveram na sua origem.
Pertinência	Averiguar se os objetivos de uma intervenção formativa são válidos, por referência aos problemas a resolver.
Custo	Apurar o valor (monetário) atribuído a um determinado produto ou processo.
Oportunidade	Confirmar a adequabilidade temporal das decisões e respetiva implementação.
Exequibilidade ¹³	Avaliar onde foi possível operacionalizar as medidas preconizadas, mesmo ponderando as diferentes formas de constrangimento (e.g., tempo, custos)

Fonte: Adaptado a partir de Loureiro e Santos (2018).

2.1.4. Competência

Ligado ao estudo e avaliação da formação, emerge o conceito de competência, o qual importa analisar sumariamente. Em concreto, a palavra competência tem a sua origem no termo latim *competentia* e refere-se à aptidão, representando a qualidade de quem é capaz de solucionar problemas concretos ou de executar determinadas funções (Conceito.de, 2021).

Ao efetuar-se uma revisão da literatura denota-se que o conceito de competência suscita múltiplas e variadas abordagens conceptuais. Neste âmbito, salienta-se a perspetiva de Gonçalves, Andrade, Corrêa e Ribeiro (2018) que evidenciam que competência não é unicamente o conhecimento e a habilidade necessário para cumprir um determinado trabalho (saber fazer), mas engloba igualmente as atitudes, os valores e as características pessoais que cada indivíduo empenha para o bom desempenho desse trabalho (querer fazer).

Por sua vez, no campo da formação, segundo o Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro (2007, p. 9168), a competência corresponde à “capacidade reconhecida

¹³ Loureiro e Santos (2018) na sua investigação, denominam este critério de praticabilidade. Não obstante, no presente estudo irá utilizar-se o termo exequibilidade, mantendo o mesmo sentido.

para mobilizar os conhecimentos, as aptidões e as atitudes em contextos de trabalho, de desenvolvimento profissional, de educação e de desenvolvimento pessoal”. Esta será a definição de competência que servirá de base à presente investigação.

2.2. MODELO DE ANÁLISE

A investigação desenvolveu-se tendo por base o modelo de análise apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 – Modelo de Análise

Tema	A formação conjunta no âmbito das Informações Militares (IM).				
Objetivo Geral (OG)	Propor contributos para a edificação de um modelo de formação conjunta em IM nas FFAA.				
	Questão Central (QC)	Que contributos se identificam para a edificação de um modelo de formação conjunta em IM, nas FFAA?			
Objetivos Específicos (OE)	Questões Derivadas (QD)	Conceitos	Dimensões	Indicadores	Técnicas de Recolha de dados
OE1 Analisar as funções no âmbito das IM e as competências necessárias para o seu desempenho.	QD1 Quais são as funções e competências necessárias para que as FFAA desempenhem a sua atividade de IM?	IM Competência	Planeamento Pesquisa Produção Segurança Contrainformação	Formação Experiência Doutrina Processos Inspeção Estruturas	Análise documental e Entrevistas semiestruturadas
OE2 Analisar a formação em IM que é atualmente ministrada nas FFAA.	QD2 Como se caracteriza a atual formação em IM ministrada nas FFAA?	IM Formação	Organização Tipologia formativa Recursos Humanos Processos	Utilidade Pertinência Custo Oportunidade Exequibilidade	
OE3 Analisar o modelo de formação em IM que é utilizado em congéneres.	QD3 Qual o modelo de formação em IM utilizado em FFAA congéneres?				

3. METODOLOGIA E MÉTODO

Neste capítulo descreve-se a metodologia e o método que nortearam a investigação.

3.1. METODOLOGIA

O presente estudo insere-se no domínio das Ciências Militares, designadamente na área de investigação das OM, na subárea das IM (Decreto-Lei nº 249/2015, 2015).

Para a elaboração da investigação adotou-se o método científico de raciocínio indutivo, tendo como ponto de partida a observação de factos particulares, os quais por intermédio da sua associação, permitam estabelecer generalizações de modo

formular uma lei ou teoria (Santos et al., 2019). A investigação foi desenvolvida com base numa estratégia qualitativa e O desenho de pesquisa utilizado foi de estudo de caso, tendo como objetivo “descrever de forma rigorosa a unidade de observação, que é o centro da atenção do investigador” (Santos et al., 2019, p. 36), ou seja, sobre a formação em IM.

3.2. MÉTODO

3.2.1. Participantes e procedimento

Participantes. A seleção dos participantes do estudo recaiu, por um lado sobre os especialistas, de reconhecido mérito, no domínio das IM e, por outro lado em entidades com responsabilidade organizacionais na área da formação em IM nas FFAA. Em concreto, no Quadro 4, indica-se a relação de especialistas entrevistados na presente investigação.

Quadro 4 – Relação de entidades e especialistas entrevistados

Cargo	Especialista
Chefe do Centro de Informações e Segurança Militares (CISMIL)	Comodoro Luís Pedro Pinto Proença Mendes
Chefe da Repartição de Coordenação e Gestão da Pesquisa do Centro de Informações e Segurança Militares	Capitão-de-mar-e-guerra Paulo Jorge Cardoso Paiva Lopes
Diretor do Centro de Gestão e Análise de Dados Operacionais da Marinha	Capitão-de-Fragata Nuno Miguel dos Santos Baptista Pereira
Chefe do Centro de Segurança Militar e de Informações do Exército (CSMIE)	Tenente-coronel César Miguel Santinho Garcia
Chefe da Repartição de Informações Militares (A2) da Força Aérea	Tenente-coronel Diamantino José Santos Fernandes
Oficial de Ligação Português no Estado-Maior das Forças Armadas Francesas	Tenente-Coronel Fernando Amorim da Cunha
Oficial de Ligação Espanhol EMGFA-Comando Conjunto para as Operações Militares (CCOM)	Major Jorge Vilares Cabana
Docente da Área de Ensino Específico do Exército e docente da Pós-graduação em IM do IUM	Major Rui Miguel Pinho Silva

Procedimento. Relativamente às entrevistas semiestruturadas, todos os entrevistados foram previamente informados dos objetivos do presente estudo e das perguntas a abordar durante as entrevistas. As entrevistas foram realizadas por via presencial, por videoconferência e por via escrita (e-mail), entre os meses de maio e junho de 2021.

3.2.2. Instrumentos de recolha de dados

No que concerne às técnicas de recolha de dados recorreu-se à análise documental, complementada com a construção de um guião de entrevista semiestruturada.

A análise documental incidiu sobretudo sobre a doutrina nacional e NATO, legislação, artigos de publicações da especialidade, estudos, trabalhos académicos, bem como nos planos formativos em IM, não só nacionais, como também os existentes em Espanha e França. Neste âmbito, importa salientar que a seleção destas duas congéneres, para a análise e comparação do modelo de formação em IM, teve por base três aspetos principais, nomeadamente: ambos serem Estados-membros da NATO, tendo, por conseguinte acesso à mesma doutrina de referência; serem modelos de formação distintos, conferindo diferentes perspetivas de análise; informação disponível e facilidade no acesso e consulta da mesma.

Para a condução das entrevistas semiestruturadas foi desenvolvido um guião, constituído por 3 secções, relativas, à identificação das principais funções e competências na área das IM, à formação em IM existente e à identificação de contributos para eficiência da formação em IM.

3.2.3. Técnicas de tratamento dos dados

A documentação recolhida e as entrevistas semiestruturadas serão analisadas com recurso à técnica de análise de conteúdo, exposta por Guerra (2006), contemplando as seguintes etapas: transcrição; leitura; construção de sinopses; análise descritiva; e análise interpretativa.

4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão inicialmente descritas as principais funções no âmbito das IM nas FFAA e identificadas competências necessárias. Posteriormente, será analisada a formação em IM ministrada nas FFAA. Em seguida, analisar-se-á, o modelo formativo em IM de dois países aliados: Espanha e França. Por fim, identificam-se e propõem-se contributos para a edificação da formação conjunta em IM nas FFAA.

4.1. FUNÇÕES E COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DAS IM

4.1.1. Funções no âmbito das Informações Militares

Visando identificar as principais funções que os RH desempenham no âmbito das IM, P. Lopes (entrevista por videoconferência, 24 de maio de 2021) preconiza que, em termos gerais, uma boa forma de as nomear será tomar como referência as atribuições mais importantes das repartições que compõem o CISMIL (Figura 3).

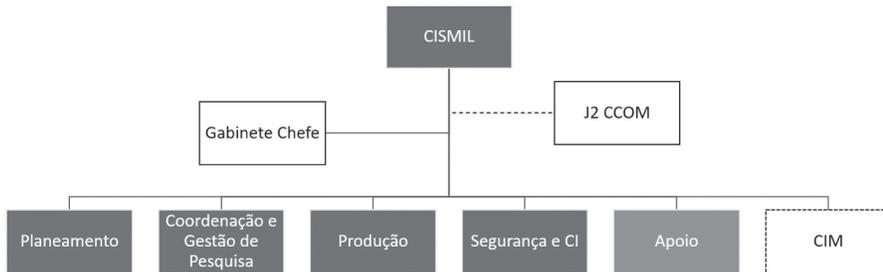


Figura 3 – Organograma CISMIL

Fonte: Adaptado a partir do Decreto-regulamentar n.º 13/2015, 31 de julho (2015)

Neste sentido, corroborando com P. Lopes (*op. cit.*), apresenta-se em seguida uma relação das principais funções no âmbito da atividade de informações, inferidas a partir das competências das repartições que integram o CISMIL¹⁴ e complementadas com a análise dos *Job Descriptions* (JD) dos cargos que as compõem, nomeadamente: Área de Planeamento (Quadro 5); Área de Coordenação e Gestão da Pesquisa (Quadro 6); Área de Produção (Quadro 7); Área de CI e SM (Quadro 8).

Quadro 5 – Principais funções em IM na Área de Planeamento

Principais funções	
Área de planeamento	Definir em coordenação com as restantes Repartições, os <i>Priority Intelligence Requirements</i> (PIR), essenciais para guiarem os sensores disponíveis para pesquisa.
	Preparar e atualizar os planos de defesa militar e os planos de contingência.
	Contribuir para o planeamento estratégico-militar;
	Contribuir para a avaliação da situação e colaborar na avaliação estratégica.
	Contribuir para a elaboração das propostas de Opções de Resposta Militar, na sequência de orientações político-estratégicas.
	Planear e gerir os SIM nacionais e assegurar a representação nacional junto dos respetivos grupos de trabalho, conforme estabelecido em compromissos internacionais.
	Elaborar a proposta de constituição e extinção das Células de Informações Militares (CIM), bem como as respetivas relações de comando e controlo;
	Elaborar o plano de cursos e formação no âmbito das IM, CI e SM.

Fonte: Adaptado a partir de Decreto-Regulamentar n.º 13/2015, de 31 de julho, de D. Fernandes (entrevista presencial, 6 de maio de 2021), de JD-107.100.001 (2020) e de JD-107.100.004 (2020).

¹⁴ O Gabinete de Ligação aos Adidos de Defesa Militares, apesar de nos termos da al. e), n.º2, Art.º 48 se encontre integrado na estrutura do CISMIL, fruto de uma reestruturação interna no EMGFA, em 2019 integrou na estrutura da Divisão de Planeamento Estratégico Militar. Por sua vez, em virtude de se excluir do âmbito da investigação, não serão analisadas as funções da Secção de Apoio.

Quadro 6 – Principais funções em IM na Área de Coordenação e Gestão da Pesquisa

Principais funções	
Área de Coordenação e Gestão da Pesquisa	Coordenar e articular os diversos meios de recolha de informação a fim de responder aos Request for Information (RFI).
	Elaborar os planos de pesquisa e coordenar o esforço de pesquisa.
	Gerir os pedidos de pesquisa de informação.
	Planear e gerir SIM nacionais e assegurar a representação nacional junto dos respetivos grupos de trabalho, conforme estabelecido em compromissos internacionais.
	Contribuir para a implementação e definição das arquiteturas e especificações técnicas dos SIM nacionais e internacionais.
	Garantir a operação dos sistemas de informação de apoio à pesquisa e à produção das informações.

Fonte: Adaptado a partir de Decreto-Regulamentar n.º 13/2015, de 31 de julho, de D. Fernandes (*op. cit.*) e de P. Lopes (*op. cit.*).

Quadro 7 – Principais funções em IM na Área da Produção

Principais funções	
Área de Produção	Realizar o <i>Tasking, Collection, Processing, Exploitation and Dissemination</i> (TCPED).
	Produzir informações e difundir as informações para apoio à decisão.
	Produzir informações necessárias para o planeamento e a execução de missões e operações militares.
	Contribuir para o Common Operational Picture (COP) do ambiente operacional onde decorrem as missões e as OM.
	Realizar a fusão da informação recolhida de modo a obter-se uma avaliação da ameaça mais fidedigna possível.
	Produzir as informações necessárias para a preparação e atualização dos planos gerais de defesa militar e dos planos de contingência.
	Acompanhar a evolução da situação nas áreas de interesse nacional.

Fonte: Adaptado a partir de Decreto-Regulamentar n.º 13/2015, de 31 de julho, de D. Fernandes (*op. cit.*), de JD-107.300.001 (2020), de JD-107.350.001 (2020) e de P. Lopes (*op. cit.*).

Quadro 8 – Principais funções em IM na Área da Contrainformação e Segurança

Principais funções	
Área de Segurança e Contrainformação	Conduzir atividades de CI com a finalidade de identificar e neutralizar ameaças.
	Produzir, analisar e disseminar produtos de CI.
	Produzir e disseminar avaliações da ameaça e de risco.
	Contribuir para a elaboração dos PIR.
	Gerir as informações de CI provenientes das CIM.
	Orientar a instrução de CI nas FFAA.
	Planear, articular e implementar as medidas de proteção adequadas para garantir a SM.
	Preparar, coordenar, difundir e manter atualizadas as diretivas, planos e outros documentos de SM.

Fonte: Adaptado a partir de Decreto-Regulamentar n.º 13/2015, de 31 de julho, de JD-107.410.001 (2020), de JD-107.420.001 (2020), de JD-107.440.001 (2020), e de S. Garcia (entrevista por email, 21 de maio de 2021).

4.1.2. Competências necessárias

Após se terem apresentado as principais funções, que os RH desempenham na área das IM, afigura-se como relevante inferir as competências que devem ser adquiridas e desenvolvidas para o desempenho dessas funções (Quadro 9).

Quadro 9 – Relação de competências necessárias para o desempenho de funções na área das Informações

Entidade	Aptidões, habilidades e conhecimento
Área de Planeamento	Conhecimentos enquadrantes sobre as atividades de IM.
	Gerir e planejar as operações de Informações, Vigilância e Reconhecimento (Intelligence Surveillance Reconnaissance [ISR]).
	Definir requisitos de informação.
	Conhecimento formal sobre a elaboração de planos operacionais e de formação.
	Perceção dos condicionalismos internos e externos que afetam a análise de informações.
	Conhecimentos sólidos em ferramentas de análise estruturadas.
Área de Coordenação e Gestão da Pesquisa	Conhecimentos enquadrantes sobre as atividades de IM.
	Estabelecer os elementos essenciais para direcionar a recolha de Informações.
	Elaboração de planos de pesquisa e pedidos de Informações e saber interligá-los.
	Conhecimento das diversas disciplinas de Informações, tais como ACINT, HUMINT, IMINT, MASINT, OSINT e SIGINT.
	Conhecer as potencialidades e aplicabilidade de cada uma das fontes de informações.
	Conhecimentos sólidos em ferramentas de análise estruturadas.
Área de Produção	Conhecimentos enquadrantes sobre as atividades de IM.
	Conduzir as fases da compilação, avaliação, análise, integração e interpretação de informação.
	Aplicar técnicas de análise estruturada na condução da elaboração de avaliações de Informações.
	Capacidade para organizar, processar e validar a informação recolhida.
	Capacidade para realizar avaliações prospetivas, em apoio ao processo de tomada de decisão militar.
	Conhecimentos sobre a disseminação correta e adequada das informações para os decisores (p. ex. relatórios e briefings).
	Conhecimentos sólidos em ferramentas de análise estruturadas.
Área de Segurança e Contrainformação	Conhecimentos enquadrantes sobre as atividades de CI e SM.
	Conhecimentos sobre o planeamento e condução de operações de CI.
	Conhecimentos sobre a produção, análise e disseminação de produtos de CI.
	Conhecimentos sólidos em ferramentas de análise estruturadas.
	Gerir e planejar a implementação de medidas de SM

4.1.3. Síntese conclusiva e resposta à QD1

Face ao exposto, considera-se que se obteve resposta à QD1 – “Quais são as funções e competências necessárias para que as FFAA desempenhem a sua atividade de IM?”, uma vez que foi apresentada uma proposta de categorização das funções que os RH desempenham na área das IM - área de planeamento; área de coordenação e gestão da pesquisa; área de produção; área de segurança e CI – e foram identificadas competências necessárias adquirir e desenvolver para o adequado exercício dessas funções.

4.2. A ATUAL FORMAÇÃO EM INFORMAÇÕES MILITARES

4.2.1. Caracterização da formação em Informações Militares

Visando analisar o modelo, atual, de formação em IM, tomar-se-á como referência a legislação enquadrante, os Termos de Referência da **Comunidade de Interesse das Informações e Segurança Militares (CIISM)** das FFAA e o exposto no **Protocolo de Cooperação entre o EMGFA e o SIRP**, os planos de curso e as entrevistas realizadas aos peritos, caracterizando-se a formação em cada uma das dimensões propostas no Modelo de Análise (Quadro 3).

4.2.1.1. Organização

No Quadro 10, apresenta-se uma síntese dos principais aspetos que caracterizam a formação, em vigor, em termos de organização.

Quadro 10 – Organização da formação em Informações Militares

Entidade	Descrição da organização atual
EMGFA-CISMIL	Compete ao CISMIL a responsabilidade por planejar, coordenar e dirigir a instrução e treino em IM nas FFAA.
	Compete à RPLAN a elaboração do plano de formação e treino na área das IM.
	O CISMIL-RPLAN solicita anualmente aos ramos a informação das necessidades de formação.
	A Secção de Formação da RPLAN avalia a oferta formativa disponível nas FFAA, nas Forças e Serviços de Segurança (FSS), no Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP) e nas organizações internacionais a que o país pertence, por forma a colmatar essas necessidades de formação.
EMGFA - IUM	No IUM foi criada, em 2019, a Pós-graduação (PG) em IM, que se caracteriza por ser um curso de especialização.
Marinha	A formação em IM é realizada fora da Marinha (cursos nacionais e internacionais).
	É ministrada formação e treino interno aos RH que prestam serviço no CADOP e no Comando do Corpo de Fuzileiros na área do HUMINT.

[cont.]

Entidade	Descrição da organização atual
Exército	A formação em IM integra o Plano de Formação Contínua do Exército sendo ministrada pelo CSMIE, enquanto polo de formação permanente.
	Complemento da formação através da frequência dos cursos existentes no CISMIL, na FA, na NATO (Obberammergau e/ou nos Centro de Excelência (COE)) ou em organizações fora da estrutura das FFAA.
Força Aérea	A responsabilidade pela formação em IM compete à A2.
	Todos os RH que desempenham funções na área das IM da FA (A2, EM e Esquadrilhas de Voo) frequentam o curso de IM.
	Esta formação não é apenas direcionada aos RH da FA, podendo ser ministrada a pessoal da Marinha, do Exército, do CISMIL ou outras entidades (nacionais e internacionais).
	Complemento da formação através da frequência dos cursos existentes no CISMIL e Exército e cursos internacionais.

Fonte: Adaptado a partir de B. Pereira (entrevista por email, 7 de junho de 2021), de D. Fernandes (*op. cit.*), de P. Lopes (*op. cit.*), de P. Silva (entrevista por email, 25 de maio de 2021) e de S. Garcia (*op. cit.*).

Face ao exposto, constata-se que no que respeita aos aspetos organizativos a formação desenvolve-se em diferentes formas/estádios e apesar de, conforme evidenciam P. Lopes (*op. cit.*) e P. Silva (*op. cit.*), já existirem formações de âmbito conjunto, como é o caso do CAIM e do Curso de CI, cada entidade ministra os cursos que necessita, muitas vezes de forma independente. É também por este motivo que todos os entrevistados consideram o atual modelo de formação ineficiente.

De facto, apesar de se encontrar atribuída ao CISMIL-RPLAN a competência para a elaboração do plano de formação e treino na área IM, num âmbito conjunto, após a indicação das necessidades dos Ramos, a sua concretização e materialização tem sido difícil de colocar em prática. Neste contexto, denota-se que o modelo de formação persiste em ser descentralizado.

4.2.1.2. Tipologia formativa

No que concerne à tipologia formativa, no Quadro 11, apresenta-se uma relação da oferta formativa em IM existente nas FFAA, ministrada ao nível do EMGFA e dos Ramos.

Quadro 11 – Tipos de formações em IM existentes nas FFAA

Entidade	Descrição do tipo de formação
EMGFA-CISMIL	Curso de Análise de Informações Militares (CAIM) que tem como propósito habilitar militares e civis com conhecimentos e competências necessárias para pesquisar, processar e aplicar técnicas e ferramentas de análise.
	Curso de CI que visa disponibilizar conhecimentos e perícias para contrariar a recolha de informação por parte de inimigos ou adversários e aplicação de técnicas de vigilância, e contra vigilância, entre outros.
	Curso de Exploração de Análise de Redes Humanas (CEARH) que se destina aos militares pertencentes ao Sistema de CI militar.
	Estes cursos podem ser ministrados no âmbito conjunto, sendo por norma a capacidade sobranje estendida aos Ramos.
EMGFA – IUM	A PG em IM, que visa ampliar e aprofundar o conhecimento necessário para o exercício de funções na área das informações nas FFAA, nas FSS, no SIRP e em outros Organismos da Administração Pública (AP).
Marinha	Não dispõe de nenhum curso na área das IM.
Exército	Formação ministrada: – Curso de Operações HUMINT; – Curso de SM; – Curso de Operador de Informações e Segurança; – Curso de OSINT, ministrado na Escola de Armas.
Força Aérea	– O curso de IM tem como propósito disponibilizar as bases teóricas e as ferramentas de ordem prática aos RH que desempenham funções na área das informações, CI e segurança.

Fonte: Adaptado a partir de B. Pereira (*op. cit.*), de D. Fernandes (*op. cit.*), de P. Lopes (*op. cit.*), de P. Silva (*op. cit.*) e de S. Garcia (*op. cit.*).

Perante o apresentado, constata-se que em relação à oferta formativa existente, esta, no geral, se adequa às necessidades, uma vez que tem existido cooperação entre o CISMIL e os Ramos, com a disponibilização de vagas nos seus cursos. Acresce que, as áreas deficitárias a nível nacional, são por norma, cobertas através da frequência de formação ministrada a nível internacional, na NATO ou em países aliados.

Porém, denota-se que na oferta formativa não existe coordenação e integração, circunstância que origina sobreposição de conteúdos. Este aspeto poderia, de acordo com D. Fernandes (*op. cit.*), ser mitigado com a definição de um percurso formativo comum, procedendo-se, previamente, à harmonia e articulação da oferta vigente.

Adicionalmente, todos os entrevistados são unânimes ao considerarem que a formação de base dos RH na área das IM é deficitária. Este facto, segundo P. Lopes (*op. cit.*) exige que, aquando da chegada dos RH à área das IM, seja ministrada formação e treino interno, o que leva tempo até que os RH estejam devidamente habilitados para o desempenho das funções vertidas no *Job Description* do cargo que ocupam. Como solução para este problema, S. Garcia (*op. cit.*) “entende que é necessário discutir os conteúdos base da formação em IM”, nomeadamente nos cursos de ingresso e progressão na carreira. Por sua vez, P. Lopes (*op. cit.*) e P. Mendes (*op. cit.*) defendem a necessidade da criação de uma especialização em IM.

4.2.1.3. Recursos Humanos e processos

Em relação à caracterização dos RH (discentes e formadores) e dos principais processos que configuram o modelo de formação em vigor, no Quadro 12, apresenta-se uma síntese referente a cada entidade.

Quadro 12 – Caracterização do Público-alvo e dos principais processos

Entidade	Descrição do Público-alvo e dos principais processos da formação existente
EMGFA-CISMIL	Os CAIM e o curso de CI são ministrados quer a militares e civis que prestam serviço no EMGFA e nos RAMOS, quer a elementos que prestam serviço no SIRP.
	O CAIM encontra-se estruturado em 8 unidades curriculares teóricas e duas práticas, com a duração de 32 horas, realizando-se duas a três vezes por ano.
	O curso de CI tem a duração de 20 dias, divididos por 4 módulos.
	O CEARH é lecionado no âmbito da CI, direcionado para os RH que já frequentaram o curso de CI, constituindo-se como uma formação avançada no domínio da CI. Tem a duração de 5 dias.
	Denota-se que por vezes são colocados a desempenhar funções na área das IM, RH que não têm a formação de base adequada.
	Este facto, exige que seja ministrada formação na área das IM a esses RH, o que leva tempo até estarem devidamente habilitados ao desempenho das funções vertidas no JD do cargo que ocupam.
	Os RH que desempenham funções no âmbito das IM são, por vezes, escassos e o tempo de permanência nestas funções é reduzido.
EMGFA - IUM	Para facilitar e incrementar o controlo da formação encontra-se em curso a edificação de uma plataforma colaborativa para a coordenação da formação no âmbito conjunto.
	Podem frequentar a PG em IM, militares e civis, das FFAA, elementos das FSS, SIRP e outros quadros da AP. Pode ainda ser frequentada por militares de Países Amigos e Aliados.
Marinha	A PG em IM tem uma duração de 14 semanas. Durante esse período são ministradas cinco unidades curriculares, num total de 125 tempos escolares, nomeadamente: Estratégia e Informações; Teoria e Fundamentos das Informações; Metodologias de Análise; Comunicação; e Gestão da Informação.
	Tem interesse e necessidade que os seus RH frequentem formações fora do Ramo, nacionais e internacionais.
Exército	Num âmbito mais operacional e tático, considera-se que poderia, eventualmente, ministrar cursos na área do ACINT, SIGINT e HUMINT.
	Apesar de existir alguma formação interna na área das IM, existe o interesse e a necessidade de que os seus RH frequentem formações fora do Ramo, nacionais e internacionais.
	O Curso de Operações HUMINT (Oficiais e Sargentos), tem uma duração de 17 Dias Úteis de Formação (DUF).
Exército	Curso de SM (Oficiais e Sargentos), tem uma duração de 10 e 8 DUF, respetivamente.
	Curso de Operador de Informações e Segurança (Praças), tem uma duração de 5 DUF.
Força Aérea	Curso de OSINT (Oficiais e Sargentos), tem uma duração de 7DUF.
	Verifica-se a necessidade de discutir os conteúdos base da formação em IM (Academia Militar e Curso de Sargentos).
	O curso de IM é constituído por dois módulos. O primeiro, tem a duração de 3 semanas, e é direcionado para os RH da FA e foca-se na análise das Informações táticas e nas operações aéreas. O segundo, tem a duração de 3 semanas, incide sobre o estudo da doutrina e das informações operacionais, sendo transversal a todos os RH das FFAA que desempenham funções nas IM.
Força Aérea	Os formadores do curso de IM são assegurados pelos ramos e pelo CISMIL.
	Apesar deste curso, a FA tem interesse e necessidade de que os seus RH frequentem formações fora do Ramo, nacionais e internacionais.

Fonte: Adaptado a partir de B. Pereira (*op. cit.*), de D. Fernandes (*op. cit.*), de P. Lopes (*op. cit.*), de P. Silva (*op. cit.*) e de S. Garcia (*op. cit.*).

Face ao exposto, verifica-se que existe um déficit de RH ligados à área das IM e que o tempo de desempenho de funções nesta área é reduzido. Para colmatar este problema, P. Mendes (*op. cit.*) refere que “existe um conjunto de cargos que, pela necessidade de formação específica ou, simplesmente, pela necessidade de experiência acumulada, devem ter uma duração superior à normal”. Deste modo, encontra-se a ser elaborada uma proposta para alteração do tempo de comissão de alguns cargos e estão a ser identificadas funções que deverão possuir requisitos do desempenho prévio na área das IM (P. Mendes, *op. cit.*).

De igual modo, denota-se que existe uma carência no número de formadores habilitados e com competências para ministrar formação adequada na área nas IM. Assim, conforme refere S. Garcia (*op. cit.*) “a adoção de um modelo de formação conjunto para as IM (Plano de Formação Conjunto) teria reflexos na questão da otimização de recursos”, logo, contribuiria também para colmatar a escassez de formadores.

Por fim, considera-se que com a edificação da CIISM e da plataforma colaborativa para a coordenação da formação, apoiada na SECNET, se encontram a ser dados passos favoráveis para o robustecimento da articulação e da coordenação entre os CISMIL e os Ramos, que se aproveitados, poderão coadjuvar na implementação de um modelo de formação conjunta em IM.

4.2.2. Análise SWOT à formação em Informações Militares

Tendo por base os indicadores de análise (i. formação; ii. experiência; iii. doutrina; iv. processos; v. inspeção; vi. estruturas; vii. utilidade; viii. pertinência; ix. custo; x. oportunidade; xi. exequibilidade), inferem-se em seguida um conjunto de elementos que, numa abordagem holística ao modelo de formação atual em IM, se identificam como “*Strengths* – forças, *Opportunities* – oportunidades, *Weaknesses* – fraquezas e *Threats* – ameaças, conforme apresentado na Figura 4.

<p>S</p> <ul style="list-style-type: none"> • Oferta formativa existente; • Número de missões conjuntas e integração em Staff nacionais e internacionais; • Doutrina de Informações comum; • A cooperação entre o CISMIL e os Ramos e inter-Ramos; • Incremento da centralização das necessidades e planeamento da formação no CISMIL; • Existência de estruturas adequadas; • Qualidade da formação ministrada; • Acesso a formação na NATO e em nações aliadas; • Formação já existente e cabimentada; • A cooperação com o SIRP; • A integração da formação no CIISM. 	<p>W</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formação de base em IM insuficiente; • Défice de formadores; • Formação lecionada em vários centros, sem a harmonização de conteúdos; • Dificuldade CISMIL-RPLAN em implementar o plano de formação e treino na área das IM, coordenado com os Ramos; • Formação descentralizada nos Ramos; • Inexistência de uma Escola de IM; • Ocupação de cargos sem a formação e experiência adequada; • Inexistência de uma especialização em IM; • Inexistência de uma bolsa de formadores; • Indefinição de uma carreira em IM; • Tempo de permanência nos cargos dos RH.
<p>O</p> <ul style="list-style-type: none"> • Centralização da formação, eliminação de sobreposição de conteúdos programáticos; • Criação de uma bolsa de formadores; • Uniformização da doutrina de IM; • Plataforma colaborativa em desenvolvimento poderá incrementar a coordenação da formação conjunta; • Plano de Atividades das IM; • Otimizar recursos materiais; • Adequação da formação à realidade; • Importância do conjunto para o cumprimento da missão das FFAA; • Possibilidade de otimizar recursos (humanos, materiais e financeiros); • Reforma FFAA em curso, poderá dar mais autoridade ao CISMIL para coordenar a formação; • Oportunidade criada pelo CIISM implementação da formação conjunta. 	<p>T</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ramos centram-se apenas nas suas necessidades de formação; • Carência de RH na área das IM; • Ausência de uma cultura IM comum nas FFAA; • Dificuldades na concretização dos principais objetivos e tarefas da CIISM; • Não integração e coordenação de todas as atividades de Informações; • Possíveis objeções à perda de estruturas, fruto do processo de otimização; • A não materialização de uma formação conjunta poderá originar uma diminuição na interoperabilidade; • Aversão à mudança; • Dificuldades económicas do país poderão adiar reformas em curso; • Adversidades de diversa ordem provocada pela situação pandémica vigente; • Dificuldades de recrutamento e retenção de RH nas FFAA.

Figura 4 – Análise SWOT ao modelo de formação atual em Informações Militares

4.2.3. Síntese conclusiva e resposta à QD2

Perante o apresentado ao longo do presente subcapítulo (4.2.), considera-se que se obteve resposta à QD2 – “Como se caracteriza a atual formação em IM ministrada nas FFAA?”, na medida em que foi possível descrever e analisar a formação em IM, identificando-se as suas forças, oportunidades, vulnerabilidades e ameaças.

4.3. A FORMAÇÃO EM INFORMAÇÕES MILITARES NAS FORÇAS ARMADAS CONGÉNERES

Este subcapítulo tem como objetivo apresentar, de forma resumida, o modelo de formação em IM de duas nações aliadas, Espanha e França, as quais possuem

conceções diferentes de organização e funcionamento, aspeto que enriquece o estudo e a comparação.

4.3.1. Espanha

Através da análise dos principais planos de curso em IM, complementada com a informação obtida através de entrevista, constata-se que Espanha adota um modelo de formação “misto”. Em concreto, atribui aos ramos a responsabilidade pela formação de base e específica, predominantemente de nível tático, complementando-a com uma formação de âmbito conjunto. Esta última, é no fundo uma especialização em IM. No Quadro 13 apresenta-se um resumo da caracterização da formação em IM - Espanha.

Quadro 13 – Análise ao modelo de formação em IM - Espanha

Dimensão	Formação em IM em Espanha
	<p>A formação conjunta - <i>Curso Superior de Inteligencia de la Fuerzas Armadas</i> (CSIFAS) - centrada no nível operacional e estratégico, visa fornecer conhecimentos e competências para o desempenho de funções em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - EM de nível de Divisão e superiores, tais como: o <i>Centro de Inteligencia de Las Fuerzas Armadas</i> (CIFAS); <i>Estado Mayor de La Defensa</i> (EMAD); <i>Estado Mayor Conjunto de la Defensa</i>. - FND; - CIM; - Agências de Informações NATO; - Gabinetes nacionais de informações; - Equipas Nacionais de CI, entre outras. <p>O CSIFAS foi criado pelo JEMAD em 2007 e fundamenta-se no curso de especialização em IM.</p> <p>O CSIFAS é ministrado na <i>Escuela Superior de las Fuerzas Armadas</i>.</p>
Tipologia Formativa	<p>O CSIFAS tem como finalidade proporcionar conhecimentos nas áreas das Informações, CI, SM e no planeamento e condução de operações conjuntas.</p> <p>Ao nível dos Ramos existem três cursos principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Curso Básico de Inteligencia</i>, para os Sargentos que serão colocados nas CIM, ou unidades de IM; - <i>Curso Avanzado de Inteligencia y Seguridad</i>, fornecer competências aos Oficiais, no Comando e gestão de Cargos, Equipas ou Unidades de Informações, CI e SM até ao nível de Companhia; - <i>Curso de Especialidad de Trayectoria de Inteligencia</i> (CETI), para habilitar os Oficiais a exercer funções em EM, até ao nível de Brigada.
RH	<p>Existe uma “carreira” ligada à área das IM, para os Oficiais que frequentem, primeiramente, o CETI e posteriormente o CSIFAS.</p> <p>O CSIFAS pode ser frequentado por oficiais dos três ramos, de qualquer especialidade.</p> <p>O CSIFAS é direcionado a Oficiais com o posto de OF3 ou OF4.</p>
Processos	<p>O CSIFAS, tem a duração de 6 meses, sendo 3 meses em formato online.</p> <p>Os módulos principais do CSIFAS são quatro: formação base em informações, CI e SM; Pesquisa; Contributo das IM para as Operações Conjuntas; Processamento e disseminação das informações.</p>

Fonte: Adaptado a partir de EMAD (2019) e de V. Cabana (entrevista por email, 14 de maio de 2021)

4.3.2. França

Efetivamente, França tem implementada uma estrutura muito maior, comparativamente a Portugal e mesmo em relação a Espanha. A título elucidativo da dimensão francesa nesta área, poder-se-á referir que existem carreiras integralmente dedicadas às IM, quer dentro do Exército, quer a nível Conjunto. A análise resultante da investigação efetuada encontra-se sintetizada no Quadro 14.

Quadro 14 – Análise ao modelo de formação em IM - França

Dimensão	Formação em IM em França
Organização	Existe muita formação ao nível conjunto, que é da responsabilidade do Centre de Formation Interarmées au Renseignement (CFIAR), que depende da Direction du Renseignement Militaires (DRM), organismo homólogo ao nosso CISMIL.
	Esta formação conjunta tem como finalidade, por um lado, uniformizar a formação relativa às IM, para quem vai trabalhar na DRM e, por outro providenciar conhecimentos e competências para o desempenho de funções em: <ul style="list-style-type: none"> – EM conjuntos em missões nacionais francesas e internacionais; – CIM; – Agências de Informações NATO; – Gabinetes nacionais de informações.
	Existem escolas de IM em cada Ramo.
	A formação ministrada nos Ramos tem como propósito disponibilizar conhecimentos na área das Informações, CI e SM com vista, ao cumprimento das suas missões específicas (nível tático e operacional), e à garantia de um adequado apoio à decisão, aquando do provimento de cargos na estrutura superior do Ramo (nível estratégico).
	O Exército tem um Comando das Informações (Commandement du Renseignement), formando Oficiais e Sargentos com o propósito de seguirem uma carreira neste Comando e sempre na área das IM. A formação no Exército é ministrada na École du Renseignement, que pertence à École Militaire de Saumu.
	A Marinha e a FA também possuem formação específica na área das IM.
RH	No âmbito conjunto, no DRM e no Exército exis uma carreira na área de IM, a qual tem início após a formação base inicial.
	São formados a nível conjunto todos os militares que trabalham na DRM, por forma a uniformizar os métodos de trabalho;
	A DRM recruta os seus elementos nos três Ramos, no seio dos organismos de IM de cada Ramo, fazendo também recrutamento de analistas civis.
Processos	É exigida formação básica na área de informações para a candidatura a cursos avançados e de carreira em IM;
	A formação conjunta existente abrange os três níveis: tático, operacional e estratégico;
	Existe uma clara partilha da DRM com os Ramos e mesmo fora das FFAA, através da Comunidade de IM francesa;

Fonte: Adaptado a partir de A. Cunha (entrevista por email, 12 de maio de 2021) e de *Ministère des Armées* (2010, 2021).

4.3.3. Síntese conclusiva e resposta à QD3

Pelo referido e cingindo-se a análise ao modelo espanhol e francês, em resposta à QD3 – “Qual é o modelo de formação em IM utilizado em FFAA

4.4.1. Principais lacunas identificadas do modelo de formação em IM

No seguimento da caracterização e análise do modelo nacional de formação em IM vigente, sustentada numa análise de conteúdo, à documentação consultada e às entrevistas efetuadas, foi possível depreender um conjunto de lacunas, delimitadas nas dimensões em estudo e que se encontram sintetizadas no Quadro 15.

Quadro 15 – Descrição das lacunas identificadas ao modelo atual de formação em IM

Dimensão	Lacunas
Organização	Não integração e coordenação de todas as atividades de Informações, realizadas no âmbito do CISMIL e dos RAMOS.
	Dificuldades na concretização dos principais objetivos e tarefas da CIISM, nomeadamente na área da formação conjunta, devido à suspensão das reuniões de coordenação em virtude dos acontecimentos do ambiente externo.
	Ausência de uma carreira na área das IM, no seio das FFAA.
	Inexistência da definição de um percurso formativo evolutivo na área das IM.
Tipologia Formativa	Sobreposição de formação.
	Inexistência de uma escola de IM.
	Formação de base deficitária (cursos de ingresso e progressão na carreira).
	Ausência de uma especialização na área de IM.
RH	Carência de RH na área das IM.
	Défice de formadores, com conhecimentos e competências, na área das IM.
	Reduzido período de permanência dos RH a desempenhar funções na área das IM.
	Modelo de colocações e rotações de pessoal.
Processos	Processo de coordenação e controlo da formação, centralizado no CISMIL, não é eficaz, quer seja por dificuldades na implementação do processo, quer seja pela ausência de informação dos Ramos.
	Falta concluir a implementação da plataforma colaborativa para a coordenação e controlo da formação em IM.
	Mentalidade focada no Ramo e não no conjunto.
	Ausência de uma Cultura de IM ao nível geral, nas FFAA.

4.4.2. Contributos para a criação de um modelo de formação conjunta

Face às lacunas identificadas, importa, por conseguinte, correlacionar o conhecimento obtido ao longo da investigação com os indicadores de análise, devidamente enquadrados nas dimensões em estudo, por forma a propor recomendações com vista à mitigação dessas lacunas. Assim, no Quadro 16, elencam-se alguns contributos para a otimização da formação em IM e que permitem estabelecer as bases para a criação de um modelo de formação conjunta nas FFAA.

Quadro 16 – Contributos para a criação de um modelo formação conjunto em IM

Indicadores	Dimensões	Recomendações
Utilidade Pertinência Custo Exequibilidade	Organização	Apostar num modelo de formação conjunta no âmbito das IM, objetivando o estabelecido no DR 13/2015, de 31 de julho, que alude que o CISMIL, através da RPLAN, tem como competência colaborar na definição da doutrina militar conjunta e combinada no âmbito das IM.
		Robustecer o papel do CISMIL, enquanto órgão central e coordenador da formação em IM nas FFAA.
		Definir um percurso formativo evolutivo no âmbito das IM, constituído, no geral, pelas seguintes etapas: – Curso básico de IM; cursos complementares em Informações focadas nas áreas específicas das três componentes (marítima, terrestre e aérea); cursos intermédios âmbito conjunto, p. ex. CAIM; e por fim cursos de especialização como o Advanced Critical Thinking, Targeting, CI ou HUMINT.
		Desenvolver e implementar um Plano de Atividades das IM, com vista a integrar e coordenar todas as atividades de Informações, realizadas no âmbito do CISMIL e dos Ramos.
		Potenciar a CIISM, enquanto comunidade de excelência para a discussão de matérias no âmbito das IM, por forma a planear, articular e coordenar, adequada e eficientemente, a implementação da formação conjunta nas FFAA.
		Estudar a possibilidade de existir uma carreira na área das IM, delineando-se um percurso padrão de funções a exercer e de formação necessária.
	Tipologia da Formação	Centralizar a gestão das necessidades e planeamento da formação no CISMIL, otimizando a formação existente, nos Ramos e no CISMIL, para ser ministrada num âmbito conjunto.
		Identificar e eliminar sobreposição de formação, nomeadamente conteúdos programáticos que estejam duplicados.
		Manter a formação tática e específica de cada Ramo, no seio deste.
		Centralizar a coordenação da restante formação ao nível CISMIL, sustentada na definição do percurso formativo evolutivo já mencionado, aproveitando e potenciando os cursos que já deram garantias da sua utilidade e valia.
		Rever a formação de base em IM, cursos de ingresso e progressão na carreira, incrementando os conteúdos sobre esta matéria, de forma a cultivar-se uma cultura de informações nas FFAA.
		Face à mais-valia, utilidade e abrangência do curso, certificar o CAIM, através da revisão dos referenciais para obtenção de grau académico, através da atribuição de créditos.
Criar uma especialização em IM para os RH que vão desempenhar funções nesta área.		
Pertinência Oportunidade Exequibilidade	RH	Reduzir a carência de RH na área das IM.
		Criar uma bolsa formadores, constituída por militares dos três Ramos, para apoio das atividades de formação na área das IM.
		Aumentar o período de permanência dos RH no desempenho de funções na área das IM, revendo e alterando o tempo de comissão.
		Alterar, em conformidade, o modelo de colocações e rotação dos RH.
		Privilegiar o provimento de cargos na área das IM por RH com experiência no desempenho prévio de funções na área.
Utilidade Oportunidade Exequibilidade	Processos	Otimizar e robustecer o processo de coordenação e controlo da formação, pelo CISMIL, melhorando a articulação e coordenação com vista à implementação de uma formação de natureza conjunta.
		Concluir, implementar e disseminar a plataforma colaborativa para a coordenação e controlo da formação em IM.
		Garantir que os cargos na área das IM são ocupados por RH com os pré-requisitos de formação.
		Fomentar a mentalidade e a importância do conjunto para o cumprimento da missão das FFAA.
		Desenvolver processos com vista ao fomento de uma cultura de IM nas FFAA, começando desde logo com revisão dos cursos de ingresso e progressão na carreira.

4.4.3. Síntese conclusiva e resposta à QC

Face ao até aqui analisado e discutido, considera-se que se obteve resposta à QC – “Que contributos de identificam para a edificação de um modelo de formação conjunta em IM, nas FFAA?”.

Com efeito, como resultado da investigação, elencou-se um conjunto de recomendações, enquadradas nas dimensões em estudo, que têm como objetivo contribuir, por um lado, para a otimização da formação e eliminação das lacunas detetadas e, por outro, lançar as bases para a criação de um modelo de formação conjunta no âmbito das IM.

5. CONCLUSÕES

Atualmente, as OM são, cada vez mais, planeadas e conduzidas em ambiente conjunto e combinado. Neste universo, por forma a serem produzidas Informações úteis e oportunas para os comandantes e decisores, é essencial que as IM adaptem o seu sistema formativo para esta realidade.

Por conseguinte, esta investigação teve como objeto de estudo as IM, mais concretamente a formação no âmbito das IM, procurando identificar contributos que sirvam de base para a implementação de um modelo de formação conjunta nas FFAA. Nesta senda, a investigação foi delineada tendo como finalidade responder à seguinte QC – “Que contributos se identificam para a implementação de um modelo de formação conjunta em IM, nas FFAA?”.

Para isso, o procedimento metodológico que norteou a investigação teve por base um raciocínio indutivo, assente numa estratégia qualitativa d num desenho de pesquisa do tipo estudo de caso. Para a recolha de dados realizou-se uma análise documental, de âmbito legal, normativa e doutrinária, bem como, entrevistas semiestruturadas a entidades que desempenham funções na área da formação em IM nas FFAA.

Assim, por forma a alcançar o OE1 – “Analisar as funções no âmbito das IM e as competências necessárias para o seu desempenho”, e responder à correspondente QD1, começou-se por identificar uma relação das principais funções no âmbito da atividade de informações, tendo sido analisadas para tal, as competências das repartições que integram o CISMIL e os *Job Descriptions* (JD) dos cargos que as compõem. Em resultado, inferiu-se uma relação de funções gerais que os RH desempenham na área das IM, as quais podem ser categorizadas em quatro áreas principais, nomeadamente: área de planeamento (Quadro 5); área de coordenação e gestão da pesquisa (Quadro 6); área de produção (Quadro 7); área de segurança e CI (Quando 8). A partir da análise destas funções, foram,

ainda, identificadas as principais competências necessárias adquirir, as quais foram sintetizadas no Quadro 9.

Relativamente ao OE2 – “Analisar a formação em IM que é atualmente ministrada nas FFAA”, este foi operacionalizado através da QD2, por intermédio de uma análise documental dos planos de curso e pela realização de entrevistas semiestruturadas, apresentando-se uma síntese da caracterização da formação nos Quadros 10, 11 e 12. A análise ao modelo atual de formação nacional em IM ficou concluída com a elaboração de uma análise SWOT (Figura 5), lançando-se as bases para a proposta de contributos para o modelo de formação conjunta.

Quanto ao OE3 – “Analisar o modelo de formação em IM que é utilizado em congéneres”, concretizado através da resposta à subsequente QD3, a investigação incidiu na caracterização do modelo de formação em IM de Espanha e de França (Quadros 13 e 14). Em concreto, concluiu-se que, embora sejam modelos de conceção e dimensão distintos, ambos fomentam a formação conjunta no âmbito das IM. Constatou-se, ainda, que esta formação é, inclusive, um requisito para o desempenho de funções em operações, conjuntas e multilaterais, bem como para o provimento de cargos de assessoria à decisão estratégica. Em ambos os modelos, observou-se, também, a existência da especialização na área das IM, considerada por ambas as nações como fundamental para o exercício de funções neste domínio.

Neste sentido, como *contributos para o conhecimento* da presente investigação enfatiza-se o facto de se terem identificado vários aspetos em que o modelo atual de formação em IM pode ser melhorado e otimizado. Adicionalmente, releva-se o conjunto de contributos e sugestões a implementar com vista à criação de um modelo de formação conjunta, dado que se considera que, teoricamente, este modelo *per si* tem potencial para mitigar grande parte das lacunas do modelo de formação em vigor.

Ao nível das *limitações* do estudo, releva-se a ausência de resposta à entrevista semiestruturada por parte de entidades com responsabilidade na área da formação das IM. Todavia, considera-se que esta limitação foi, na medida do possível, contornada, quer com a resposta de outras entidades, quer com a opinião de peritos que desempenharam esses cargos no passado, conseguindo-se obter a visão de todos os intervenientes principais no âmbito da formação em IM, CISMIL e Ramos.

Em termos de *estudos futuros* sobre esta temática e por forma a serem aprofundadas algumas das recomendações apresentadas, sugerem-se os seguintes:

- Conceber um plano formativo conjunto em IM, identificando as responsabilidades, os processos de coordenação necessários e principalmente os cursos a ministrar (base, intermédios e avançados) e a

formação/conteúdos da formação atual que deverão ser eliminados;

- Verificar a possibilidade da criação de uma especialização em IM, de natureza conjunta, no seio das FFAA;
- Analisar os prós e os contras da edificação de uma escola de formação conjunta em IM, que agregue formadores, cursos e recursos materiais e financeiros.

Face ao até aqui analisado, no que respeita ao OG – “Propor contributos para a edificação de um modelo de formação conjunta em IM nas FFAA”, e decorrente QC, com base na análise documental e de conteúdo das entrevistas efetuadas, foi possível, numa primeira análise, identificar um conjunto de recomendações com vista a mitigar as lacunas detetadas no modelo de formação atual em IM (Quadro 15). Para além disso, as recomendações elencadas têm como propósito indicar as principais linhas de ação necessárias para a edificação de um modelo de formação conjunta no âmbito das IM. Em pormenor, como resultado da investigação apresenta-se, no Quadro 16, uma relação de contributos para lançar as bases da edificação de um modelo de formação conjunta, dos quais se salienta os seguintes:

- Robustecer o papel do CISMIL, enquanto órgão central e coordenador da formação em IM nas FFAA;
- Centralizar a gestão das necessidades e planeamento da formação no CISMIL, otimizando a formação existente, nos Ramos e no CISMIL, para ser ministrada num âmbito conjunto;
- Definir um percurso formativo evolutivo no âmbito das IM;
- Desenvolver e implementar um Plano de Atividades das IM, com vista a integrar e coordenar todas as atividades de informações;
- Potenciar a CIISM, enquanto comunidade de excelência para a discussão de matérias no âmbito das IM, por forma a planear, articular e coordenar, adequada e eficientemente, a implementação da formação conjunta nas FFAA;
- Estudar a possibilidade de existir uma carreira na área das IM, delineando-se um percurso padrão de funções a exercer e de formação necessária;
- Identificar e eliminar sobreposição de formação, nomeadamente conteúdos programáticos que estejam duplicados;
- Rever a formação de base em IM, cursos de ingresso e progressão na carreira, incrementando os conteúdos sobre esta matéria;
- Criar uma especialização em IM para os RH que vão desempenhar funções nesta área;
- Ponderar a edificação de uma escola conjunta de IM, que agregue formadores, cursos e recursos materiais e financeiros;

- Reduzir a carência de RH na área das IM;
- Criar uma bolsa formadores, constituída por militares dos três Ramos, para apoio das atividades de formação na área das IM;
- Aumentar o período das comissões de serviço dos cargos de IM;
- Concluir, implementar e disseminar a plataforma colaborativa para a coordenação e controlo da formação em IM;
- Fomentar a mentalidade e a importância do conjunto para o cumprimento da missão das FFAA.

Assim, considera-se que o OG foi alcançado e que os dados recolhidos permitiram dar resposta à QC.

De facto, conceitua-se que a implementação efetiva de um modelo de formação conjunta no âmbito das IM seria uma mais-valia, quer em termos de recursos humanos, materiais e financeiros, quer em termos operacionais, ao permitir uniformizar técnicas e procedimentos, criando sinergias entre todos os elementos que trabalham na área das IM. Não obstante, considera-se que a formação tática ou de carácter específico, deverá permanecer a cargo do Ramos, funcionando como um complemento da formação conjunta e fornecendo as competências necessárias para fazer face às especificidades de cada ramo e da sua missão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ângelo, F. C. (2020). *DINFO: A Queda do último Serviço Secreto Militar*. Lisboa: Casa das Letras.
- Cardoso, P. G. (2004). *As Informações em Portugal* (1ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Coimbra, A. D. (2008). *Sistema de informações militares nacional. Edifício nas forças armadas de um sistema de informações militares nacional* (Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2007/2008). Instituto de Estudos Superiores Militares [IESM], Lisboa.
- Conceito.de. (2021, 4 de junho). Conceito de competência [Página online]. Retirado de <https://conceito.de/competencia>
- Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro (2007). *Estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Qualificações e define as estruturas que regulam o seu funcionamento*. Diário da República, 1ª Série, 251, 9165-9173. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.
- Decreto-Lei nº 249/2015, de 28 de outubro (2015). *Aprova a orgânica do ensino superior militar, consagrando as suas especificidades no contexto do ensino superior, e aprova o Estatuto do Instituto Universitário Militar*. Diário da República, 1ª Série, 211, 9298-9311. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto Regulamentar n.º 11/2015, de 31 de julho (2015). *Aprova a orgânica do*

- Exército*. Diário da República, 1ª Série, 148, 5237-5259. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional
- Decreto-Regulamentar n.º 13/2015, de 31 de julho (2015). *Aprova a orgânica do Estado-Maior-General das Forças Armadas*. Diário da República, 1ª Série, 148, 5275 - 5295. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional
- Despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada n.º 1/2020, de 13 de janeiro (2020). *Regulamento Interno do Comando Naval*. OA1 n.º 3, 13 de janeiro 2020. Lisboa: Chefe do Estado-Maior da Armada
- Dicionário infopédia da Língua Portuguesa. (2021, 3 de abril). Formação [Página online]. Retirado de <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/forma%C3%A7%C3%A3o>
- EMAD. (2019). *Currículo del curso para la obtención del diploma del Curso Superior de Inteligencia de las Fuerzas Armadas (CSIFAS)*. Madrid: Ministerio de Defensa.
- EMFA. (2011). *RFA 303-5. Organização e normas de funcionamento do Comando Aéreo*. Lisboa: Força Aérea.
- EMGFA. (2018). *Comunidade de Interesse das Informações e Segurança Militares das Forças Armadas - Termos de Referência*. Lisboa: Autor.
- EMGFA-SIRP. (2018). *Protocolo de Cooperação entre o Estado-Maior-General das Forças Armadas e o Sistema de Informações da República Portuguesa*. Lisboa: Autores.
- EMGFA. (2021, 6 de janeiro). *Forças Nacionais Destacadas 2021* [Página online]. Retirado de <https://www.emgfa.pt/Paginas/Forcas-Nacionais-Destacadas-2021.aspx>
- Exército Português (2009). *PDE 2-00. Informações, contra-informação e segurança*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Gill, P., & Phythian, M. (2006). *Intelligence in an insecure world* (1.ª Ed.). Cambridge: Polity Press.
- Gill, P., Marrin, S., & Phythian M. (Ed.) (2009). *Intelligence Theory. Key questions and debates*. London and New York: Routledge.
- Gonçalves, W. A., Andrade, W. M., Corrêa, D. A., & Ribeiro, G. G. (2017). Confrontando o conceito de competências pela sua diversidade e aplicação: um olhar entre a teoria e a prática. *Pretexto*, 18 (4), 114-128. Doi: <https://doi.org/10.21714/pretexto.v18i4.2722>
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa qualitativa e Abálise de Conteúdo. Sentidos e Formas*. Lisboa: Principia.
- Herman, M. (2004). *Intelligence Power in Peace and War*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Job Description - 107.100.001 (2020). *Chefe da Repartição de Planeamento*. Lisboa: Estado-Maior-General das Forças Armadas.
- Job Description - 107.100.004 (2020). *Adjunto para as Relações Bilaterais da Repartição de Planeamento*. Lisboa: Estado-Maior-General das Forças Armadas.
- Job Description - 107.300.001 (2020). *Chefe da Repartição de Produção*. Lisboa: Estado-Maior-General das Forças Armadas.
- Job Description - 107.350.001 (2020). *Chefe da Secção Informações Operacionais da Repartição de Produção*. Lisboa: Estado-Maior-General das Forças Armadas.
- Job Description-107.410.001 (2020). *Chefe da Secção de Sgurança da Repartição de Segurança e Contrainformação*. Lisboa: Estado-Maior-General das Forças Armadas.
- Job Description 107.420.001. (2020). *Chefe da Secção de Contrainformação da Repartição de Segurança e Contrainformação*. Lisboa: Estado-Maior-General das Forças Armadas.
- Job Description-107.440.001. (2020). *Chefe da Área de Análise da Secção de Contrainformação da Repartição de Segurança e Contrainformação*. Lisboa: Estado-Maior-General das Forças Armadas.
- Johnson, L. K. (2006). *Handbook of Intelligence Studies*. London and Nova York: Routledge.
- Loureiro, N. S., & Santos, L. B. (2018). *Avaliação da eficácia da formação em contexto militar: modelos, processos e procedimentos*. Cadernos do IUM, 31. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Marinha. (2016). *Glossário de Termos de Formação Profissional*. Lisboa: Direção de Formação.
- Ministère des Armées. (2010, 6 de julho). CFIAR, le centre interarmées qui apprend à renseigner [Página online]. Retirado de: <https://www.defense.gouv.fr/english/actualites/articles/cfiar-le-centre-interarmees-qui-apprend-a-renseigner>
- Ministère des Armées. (2021, 13 de abril). Organismes et formations rattachés [Página online]. Retirado de: <https://www.defense.gouv.fr/fre/terre/l-armee-de-terre/le-niveau-divisionnaire/commandement-du-renseignement/commandement-du-renseignement/organismes-et-formations-rattaches>
- Moreira, A. A. (2019, janeiro). *“Tempos de Imprevisíveis” (os choques do futuro)*. Comunicação apresentada na 1ª Ed. das *Memórias das “Conversas no EMGFA”*, do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Lisboa.
- NATO (2020). *AJP-2 - Allied Joint Doctrine for Intelligence, Counter-intelligence and Security*. Edition B Version 1. Brussels: NATO Standardization Office (NSO).

- Navarro, M. A. (2004). Necesidad, funcionamiento y misión de un servicio de inteligencia para la seguridad y la defensa. Em: *Cuadernos de estrategia*, 127 (pp. 60-87). Retirado de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1046960>
- NEP/INV - 001 (A1). (2020). *Procedimentos relativos à elaboração de trabalhos de investigação realizados no âmbito de cursos que não atribuem grau académico*. Pedrouços: Instituto Universitário Militar.
- NEP/INV - 003 (A3). (2020). *Estrutura e regras de citação e referenciação de trabalhos escritos a realizar no Instituto Universitário Militar*. Pedrouços: Instituto Universitário Militar.
- Ribeiro, A. S. (2020, maio). Informações Estratégicas. Em: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas [ISCSP], *Pós-graduação em Informações e Segurança*. Aulas organizadas pelo ISCSP, Lisboa.
- Roda, G. P. (2006). *Formação em Informações e Segurança Militar - um modelo para o Exército* (Trabalho Individual de Longa Duração). Instituto de Estudos Superiores Militares [IESM], Lisboa.
- Santos, L. B. (2013). Formação em Contexto Militar. *Revista Militar*, 2533-2534 (fevereiro/março), <https://www.revistamilitar.pt/artigo/804>
- Santos, L. B. & Lima, J. V. (Coords.) (2019). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação* (2.ª Ed., revista e atualizada). Cadernos do IUM, 8. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Silva, C. M. (2018). *As Informações Militares - um instrumento de Segurança e Defesa Nacional* (Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2017/2018). Instituto Universitário Militar [IUM], Pedrouços.
- Silva, C. M. (Coord.), 2019. *“Informações, Contrainformação e Segurança enquanto Instrumentos Militares Contribuintes para a Segurança e Defesa Nacional”*. Coleção “ARES”, 33. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- West, N. (2006). Cold War intelligence defectors. Em L. K. Johnson, *Handbook of Intelligence Studies* (pp. 229-236). London and New York: Routledge.
- Wettering, F. L. (2000). Counterintelligence: The Broken Triad. *International Journal of Intelligence and CounterIntelligence*, 13(3), 265-300. doi:10.1080/08850600050140607

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

A

ACINT	<i>Acoustic Intellegence</i>
Al.	Alínea
AP	Administração Pública
Art.º	Artigo

B

BICES	<i>Battlefield Information Collection and Exploitation System</i>
-------	---

C

CADOP	Centro de Gestão e Análise de Dados Operacionais
CAIM	Curso de Análise de Informações Militares
CCOM	Comando Conjunto para Operações Militares
CAERH	Curso de Exploração de Análise de Redes Humanas
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEMGFA	Chefede Estado-Maior-General das Forças Armadas
CATI	<i>Curso de Especialidad de Trayectoria de Inteligencia</i>
CFIAR	<i>Centre de Formation Interarmées au Renseignement</i>
CFSIRP	Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa
CI	Contrainformação
CIFAS	<i>Centro de Inteligencia de Las Fuerzas Armadas</i>
CIISM	Comunidade de Interesse das Informações e Segurança Militares
CIM	Células de Informações Militares
CIN	Células de Informações Nacionais
CISMIL	Chefe do Centro de Informações de Segurança Militar
CMDNAV	Comando Naval
CN	Contingente Nacional
COE	<i>Centre of Excellence</i> (Centro de Excelência)
COMINT	<i>Communications Intellegence</i>
COP	<i>Common Operational Picture</i>
CPI	Ciclo de Produção de Informações
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRP	Constituição da República Portuguesa
CPOS-FA	Curso de Promoção a Oficial Superior – Força Aérea
CPOS-M	Curso de Promoção a Oficial Superior – Marinha
CSIFAS	<i>Curso Superior de Inteligencia de Las Fuerzas Armadas</i>
CSMIE	Centro de Segurança Militar e Informações do Exército

D

DIVINFO	Divisão de Infrmações
DRM	<i>Direction du Renseignement Militaires</i>
DUF	Dias Úteis de Formação

E

ELINT	<i>Electronic Intellegence</i>
EM	Estados-Maiores
EMAD	<i>Estado Mayor de La Defensa</i>
EME	Estado-Maior do Exército
EMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas

F

FA	Força Aérea
FFAA	Forças Armadas
FND	Forças Nacionais Destacadas
FSS	Forças e Serviços de Segurança

G

GLADM	Gabinete de Ligação aos Adidos de Defesa e Militares
GEOINT	<i>Geospacial Intellegence</i>

H

HUMINT	<i>Human Intellegence</i>
--------	---------------------------

I

<i>i.e</i>	Isto é
IM	Informações Militares
IMINT	<i>Imagery Intellegence</i>
IN	Inimigo
INFOSEC	<i>Information Security</i>
INTEL	<i>Intellegence</i>
ISR	Informações, Vigilância e Reconhecimento
ISTAR	Informações, Vigilância, Aquisição e Objetivos e Reconhecimento
IUM	Instituto Universitário Militar

J

JD	<i>Job Description(s)</i>
----	---------------------------

L

LO	Lei Orgânica
LOBOFA	Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas

M

MASINT	<i>Measurement and Signatures Intellegence</i>
--------	--

N

N.º	Número
NEP	Normas de Execução Permanente
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>

O

OC	Operações Conjuntas
OM	Operações Militares
OE	Objetivo Específico
OG	Objetivo Geral
ONU	Organização das Nações Unidas
OIM	Órgão de Informações Militares
OSCE	<i>Organization for Sevurity and Co-operation in Europe</i>
OSINT	<i>Open-Source Intellegence</i>

P

PG	Pós-graduação
PI	Projeto de Investigação
PIR	<i>Priority Intellegence Requirements</i>

Q

QC	Questão Central
QD	Questão Derivada

R

RAN	<i>Radicalization Awareness Network</i>
RCA	República Centro-Africana
REPINFOMIL	Repartição de Informações Militares
RFI	<i>Request for Information</i>
RH	Recursos Humanos
RI	Relações Internacionais
RPLAN	Repartição de Planeamento

S

SDN	Segurança e Defesa Nacional
SECNET	Rede Segura do Estado-Maior-General das Forças Armadas
SI	Serviços de Informações
SIC	Sistemas de Informação e Comunicações
SIED	Serviço de Informações Estratégicas de Defesa
SIGINT	<i>Signals Intellegence</i>
SIM	Sistemas de Informações Militares
SIRP	Sistema de Informações da República Portuguesa
SIS	Serviço de Informações de Segurança
SM	Segurança Militar
SSI	Sistema de Segurança Interna
STANAG	<i>Standardization Agreement</i>
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats</i>

T

TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TII	Trabalho de Investigação Individual
TO	Teatros de Operações
TOR	Termos de Referência

U

UE	União Europeia
UN	<i>United Nations</i>

V

VUCA	<i>Volatile, Uncertain, Complex and Ambiguous</i>
------	---

POSFÁCIO DE AUTORES

Hugo Miguel da Silva Rodrigues é Tenente-coronel de Infantaria, do Exército Português. É licenciado em Ciências Militares pela Academia Militar. Está habilitado com os cursos curriculares da carreira militar e possui diversos cursos de qualificação ligados à área da segurança militar e de informações onde se destacam o Curso de Segurança Militar, Nato *Intel Analyst Course*, Nato *OSINT Course*, Curso de Operações HUMINT, Curso de Contrainformação, tendo também participado em exercícios NATO no âmbito das Informações, Contrainformação e Segurança. Foi entre outras funções Comandante de Pelotão de Instrução no Regimento de Infantaria nº 2 em Abrantes, Oficial Instrutor nos diversos Cursos ministrados no Centro de Instrução de Operações Especiais, Chefe de diversas Secções e 2º Comandante no Batalhão de Informações e Segurança Militar (atual CSMIE). Durante a sua carreira foi Comandante de Pelotão no teatro de Timor Leste (em 2003), 2.º Comandante do Módulo de Apoio no Afeganistão (em 2008, 2011, 2014 e 2015) e Analista de Operações Psicológicas, Oficial de Operações da 2.ª Célula de Informações Militares (CIM) no Afeganistão e Agente de Contrainformação para o Comando Aliado de CI-SHAPE no HQ, também em Cabul, no Afeganistão. Foi, ainda, chefe da 1.ª Célula de Informações Militares na Jordânia pelo CISMIL). Atualmente, é Chefe da Secção de Contrainformação do Centro de Informações e Segurança Militares do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

Carlos Miguel Coelho Rosa Marques da Silva é Tenente-coronel de Infantaria, do Exército Português. É licenciado e mestre em Ciências Militares pela Academia Militar; possui o curso de Especialização em Informações e Segurança pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e a pós-graduação em Informações Militares do Instituto Universitário Militar (IUM). Está habilitado com os cursos curriculares da carreira militar, o Curso de Estado-Maior Exército e Curso de Estado-Maior Conjunto. É “Especialista de Reconhecida Experiência e Competência Profissional” na área de “Operações Militares” no âmbito das Ciências Militares. Possui diversos estudos publicados na *Revista de Ciências Militares* sobre a temática das Informações, publicação esta, indexada à SciELO, com revisão por pares em sistema duplo anonimato e bilingue, bem como, a coordenação de uma publicação da Coleção ARES do IUM em matérias específicas de Informações Militares. Possui diversos cursos nacionais e estrangeiros, bem como a participação em diversos exercícios NATO no âmbito das Informações, Contrainformação e Segurança. Paralelamente esteve presente em diversos Grupos de Trabalho de Revisão Doutrinária de publicações do Exército e das Forças Armadas, nomeadamente, no SEGMIL 1, Lei de Segurança da Informação Classificada, entre outros. Foi orientador de diversos Trabalhos de Investigação de auditores do Curso de Estado-Maior Conjunto, de Promoção a Oficial Superior do Exército, da Força Aérea e da Marinha, bem como de Trabalhos de Avaliação Individual de Cadetes da Academia Militar. É o investigador Principal do Projeto de Investigação do Centro de

Investigação e Desenvolvimento do IUM intitulado de: “Informações, Contrainformação e Segurança – instrumentos militares contribuintes para a Segurança e Defesa Nacional”. Foi entre outras funções, Comandante de Pelotão de Atiradores e de Instrução no Regimento de Guarnição n.º 1, Chefe de diversas Secções e 2.º Comandante no Centro de Segurança Militar e de Informações do Exército, Docente na Área de Ensino Específico do Exército do Instituto Universitário Militar, tendo ainda, desempenhado diversas missões associadas às Informações Militares nos teatros de operações do Kosovo, Afeganistão e Jordânia. Atualmente, está colocado na Repartição de Segurança e Contrainformação do Centro de Informações e Segurança Militares.

Luís Miguel da Silva Resende Mouta é Major de Artilharia, do Exército Português. É licenciado em Ciências Militares – Especialidade Artilharia, pela Academia Militar. Possui uma pós-graduação em Ciências Militares – Segurança e Defesa. Está habilitado com os cursos curriculares da carreira militar e possui diversos cursos de qualificação ligados à sua especialidade. Foi, entre outras funções, comandante de diversas subunidades de Artilharia Antiaérea de escalão Pelotão e escalão Companhia, oficial em diversas repartições de Estado-Maior Regimental, nas áreas da Formação e Logística, assim como, como oficial de Operações no Estado-Maior do Grupo de Artilharia de Campanha da Brigada de Intervenção e adjunto do Chefe de Repartição de Logística do Comando das Forças Terrestres. No decurso da sua carreira participou numa Força Nacional Destacada no teatro de Operações do Kosovo, como Comandante de Pelotão de Morteiros Médios da Reserva Tática da Kosovo Force (KFOR). Atualmente, está colocado na Divisão de Recursos do Estado-Maior do Exército, com as funções de coordenador de área da Repartição de Instrução.

António Augusto Ramos Carvalho é Primeiro-tenente da Marinha Portuguesa. É mestre em Ciências Militares Navais pela Escola Naval e mestre em Segurança da Informação e Direito no Ciberespaço pelo Instituto Superior Técnico. Complementarmente, é especializado em Comunicações e possui, entre outros, os Cursos de Planeamento de Operações Navais e Planeamento de Operações de Ciberdefesa. É autor e coautor de vários artigos subordinados a temas como a Segurança da Informação, Segurança no Ciberespaço e Informações, tendo após a conclusão do Curso de Promoção a Oficial Superior, participado, como representante do Instituto Universitário Militar, na conferência anual da *International Society of Military Sciences*, com uma investigação na área das informações. Foi, entre outras funções, Adjunto do Imediato para a Gestão do Pessoal, na primeira guarnição do NRP D. Francisco de Almeida, Imediato do NRP Zaire, Oficial de Serviço ao Centro de Busca e Salvamento de Lisboa (MRCC), Comandante do NRP Hidra, Chefe do Serviço de Organização da Esquadilha de Superfície, Chefe do Serviço de Comunicações e Sistemas de Informação do NRP Vasco da Gama e do NRP Álvares Cabral e Ajudante-de-campo do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. Atualmente, está colocado na Secção de Comunicações do Comando Naval com a função de Chefe da mesma.

Rita Olímpia Parada da Silva Parreira é Capitão de Polícia Aérea da Força Aérea Portuguesa. Bacharel em Tecnologias Aeronáuticas Militares pela Academia da Força Aérea, possui pós-graduações em Direito e Segurança e em Informações Militares. Está habilitada com os cursos curriculares da carreira militar e possui diversos cursos de qualificação ligados à área de *Force Protection* e de Informações, onde se destacam o Curso de Inativação de Engenho Explosivos, Curso de Operações *Counter-Improvised Explosive Device*, Nato CJ2X *Course*, Curso de Operações em *Human Intelligence*, Curso Avançado em Entrevista Forense, e Curso de Análise de Informações Militares. Foi, entre outras funções, Chefe da Equipa de Intervenção Rápida NRBQ Nacional, Comandante da Equipa de Alerta IEE e representante Nacional na *European Defence Agency's Joint Deployable Exploitation and Analysis Laboratory*. Atualmente, está colocada na Repartição de Segurança e Contrainformação do Centro de Informações e Segurança Militares.



Editorial: cidium@ium.pt
Telefone: (+351) 213 002 100; Fax: (+351) 213 002 162
Morada: Rua de Pedrouços - 1449-027 Lisboa



Capa
Composição gráfica
Tenente-coronel TINF Rui José da Silva Grilo
Sobre aguarela de
Tenente-general Vitor Manuel Amaral Vieira